



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA

FORMULÁRIO

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Por meio do presente processo inaugura-se a fase de seleção do fornecedor, subsequente à fase de planejamento.

1. Objeto da Contratação

1.1. Objeto:

Contratação de serviço de webconferência.

2. Unidade Demandante

2.1. Unidade Demandante:

Seção de Microinformática - SEMIN

3. Indicação de Fiscais



| | 3.1. Titular: | 3.2. Substituto: |
|-------------------------|------------------------------------|------------------|
| Demandantes: | Marco Antônio Vídero Vieira Santos | - |
| Técnicos: | Leonardo Costa de Menezes | - |
| Administrativos: | Maria da Salette Saraiva | - |

- ☒ Os fiscais indicados participaram do planejamento da contratação.
- ☐ Os fiscais indicados são da área de negócio do objeto da contratação.
- ☐ Os fiscais indicados são da unidade usuária do objeto da contratação.

4. Nº SEI da fase de Planejamento:
[0006049-03.2022.6.05.8000]

5. PREVISÃO NO PLANCONT
[A contratação foi prevista no PLANCONT (Esta contratação

corresponde ao item 51 do PLANCONT 2022.)]

| | |
|--|---|
|  | Documento assinado eletronicamente por Marco Antônio Vídero Vieira Santos, Chefe de Seção , em 29/08/2022, às 11:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006. |
|  | A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trbajus.br/autenticar informando o código verificador 2066195 e o código CRC CABCFE1F . |
| 0015909-28.2022.6.05.8000 | 2066195v3 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de webconferência, pelo período de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA

A pandemia global do Novo Coronavírus declarado pela Organização Mundial da Saúde levou as autoridades públicas a decretarem restrições de contato social, o que implicou na necessidade de realização de trabalho remoto nas mais diversas organizações.

Findadas as restrições, percebeu-se que as soluções de digitalização dos serviços permitiram, por acabarem com necessidade de reunião de todos num único ambiente, ampliaram o alcance da comunicação entre os clientes e colaboradores, facilitando a vida de todos.

Diante desse fato, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia manteve o atendimento virtual, sobretudo na realização de audiências entre partes, sessões do plenário e realização ações de capacitação dos seus colaboradores.

Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE |
|------|--------|---|------------|
| 1 | 26077 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | 25 |

Para o provimento da função de webmeeting, o serviço deve possuir, no mínimo, os seguintes recursos:

- a)** Sem limite de quantidade de eventos remotos que poderão ser realizados por cada licença;
- b)** Sem limite de participantes com câmera ativa simultaneamente;
- c)** Possibilidade de exibir apenas participantes com câmera ligada;
- d)** Possibilidade de exibir, no mínimo, 20 (vinte) participantes ao mesmo tempo em uma mesma tela na versão desktop;
- e)** Possibilidade de manter em destaque o participante que estiver falando;
- f)** Sala de espera para o participante aguardar autorização para ingresso no evento;
- g)** O ingresso de participantes ocorrer somente após o ingresso do anfitrião/organizador;

- h)** Possibilidade de participação de até 300 (trezentas) pessoas por reunião;
- i)** Possibilidade de o participante pedir a palavra por meio de uma ação ou ícone no ambiente da ferramenta e de o anfitrião/organizador controlar a ordem para fala;
- j)** Possibilidade de os participantes baterem papo de forma privada e pública;
- k)** Possibilidade de o anfitrião/organizador bloquear o bate papo privado ou público;
- l)** Possibilidade de excluir participante;
- m)** Possibilidade de desativar microfone e câmera de participante de modo que ele tenha que pedir permissão para reativar;
- n)** Possibilidade de gravar os eventos, inclusive bate-papo, em nuvem e localmente;
- o)** Possibilidade de compartilhar tela de apresentação;
- p)** Possuir encriptação de dados nas comunicações;
- q)** Possibilidade de encriptação de dados do cliente armazenados na nuvem, de modo que somente o cliente tenha acesso ao seu conteúdo;
- r)** Possibilidade de uso de senha única de acesso a cada evento;
- s)** Possibilidade de transmissão do evento ao vivo pelo canal do Contratante no Youtube;
- t)** Possibilidade de divisão de uma reunião em sessões separadas para realização de atividades em grupos menores;
- u)** Possibilidade de criação de canais de áudio independentes numa mesma reunião de modo que intérpretes possam traduzir eventos e os participantes possam escolher entre o áudio original e o traduzido.

4. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecedor deverá habilitar as licenças em até **em até 5 (cinco) dias úteis** após a celebração do ajuste.

4.2. O serviço deverá estar disponível em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano.

5. RECEBIMENTO DO SERVIÇO

5.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

5.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

5.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o que foi pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para que providencie a reexecução do serviço no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.1.

5.5. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

5.6. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos serviços durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

6. HABILITAÇÃO

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1. Além daquelas previstas no edital, a licitante deverá comprovar o atendimento da seguinte habilitação:

- a)** Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao site de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners&ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners&ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b)** prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c)** efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência e do edital;
- d)** zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e)** solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a)** executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- b)** manter o serviço disponível e acessível conforme especificado no item 4.2.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

10. PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

10.1 A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

a) atrasar injustificadamente a entrega do objeto contratado – **1%, sobre o valor do serviço entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 30 (trinta) dias;**

b) inexecução total – **20% sobre o valor total contratado.**

10.2. Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, a Administração poderá não receber os itens pendentes de entrega.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, § 1º, da Portaria nº 305/2019, do TRE/BA, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

11.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

a) Para valor igual ou inferior a R\$ 50.000,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura;

b) Para valor superior a R\$ 50.000,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura.

12.2. Condiciona-se o pagamento à:

a) Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;

b) Declaração da Fiscalização do Contrato de que a execução se deu conforme pactuado;

12.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

12.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.

13. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

13.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

a) Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

b) A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) - LEI 13709/18

14.1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

14.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

14.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Vídero Vieira Santos, Chefe de Seção**, em 29/08/2022, às 11:04, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2066472** e o código CRC **3726473C**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2066472v8



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/STI/COSUP/SEMIN

À COSUP,

Para ciência e encaminhamento.



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio Vídero Vieira Santos, Chefe de Seção**, em 29/08/2022, às 11:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2071227** e o código CRC **DE3B9341**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2071227v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/STI/COSUP

À STI para encaminhamento.



Documento assinado eletronicamente por **André Anton Hadad, Coordenador**, em 29/08/2022, às 13:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2071676** e o código CRC **7D6ED432**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2071676v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/STI

À SEAGG, para conhecimento.

À SGPRE, com Termo de Referência (Doc. 2066472), com sugestão de encaminhamento à DG para as providências cabíveis.

Respeitosamente,

ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Cavalcanti e Cavalcante**, **Secretário**, em 29/08/2022, às 14:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2072010** e o código CRC **7EF2F2DC**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2072010v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/GAB

Ciente do Termo de Referência (2066472) oriundo da STI para contratação de serviço de webconferência, pelo período de 12 meses.

A vista da documentação apresentada, manifesto anuência e encaminhamento à ASSED para conhecimento e adoção das providências pertinentes.

Thaís Habib
Secretária Geral da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **Maria Thaís Pinheiro Habib, Secretária-Geral da Presidência**, em 29/08/2022, às 16:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2072096** e o código CRC **8CCD668C**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2072096v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASSED

Considerando que a documentação encartada aos autos foi aprovada pela Secretária-Geral da Presidência, conforme documento n.º 2072096, encaminhe-se à SGA para instrução.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 30/08/2022, às 07:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2072733** e o código CRC **57C6C816**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2072733v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA

Considerando que a contratação em tela consta do PLANCONT 2022, à **COGELIC**, para análise e instrução, salientando a necessidade de publicação no *site* do Tribunal do DOD (doc. n.º 2025348) e do ETP (doc. n.º 2049884) aprovado pelo CGovTIC no SEI n.º 0006049-03.2022.6.05.8000.

Antônio Moisés Almeida Braga
Secretário de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Moisés Almeida Braga**, **Secretário**, em 30/08/2022, às 16:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2073932** e o código CRC **667A8388**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2073932v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC

À SEAQUI para análise e instrução, devendo publicar o ETP e, simultaneamente, à SELIC para elaboração da minuta de edital.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho, Coordenador**, em 30/08/2022, às 18:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2075248** e o código CRC **C3723C37**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2075248v3

70005.112022.7251.4514.512178282



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00011/2022

Às 09:00 horas do dia 13 de maio de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 1685/2021 de 01/01/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 0002869-64.2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00011/2022. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Aquisição de 10 (dez) licenças corporativas de uso do software de videoconferência Zoom Meetings, pelo período de 12 (doze) meses, para realização de videoconferências, através da Internet, com vídeo, áudio e texto, para uso nas sessões plenárias do TRE-MA, nas reuniões do corpo administrativo do Tribunal, em treinamentos diversos, inclusive, das Zonas Eleitorais, além de tornar possível a participação de convidados remotos em eventos presenciais e à distância, com transmiss. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1

Descrição: Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Descrição Complementar: Licenças corporativas de uso do software de videoconferência Zoom Meetings, pelo período de 12 (doze) meses, para realização de videoconferências, através da Internet, com vídeo, áudio e texto, para uso nas sessões plenárias do TRE-MA, nas reuniões do corpo administrativo do Tribunal, em treinamentos diversos, inclusive, das Zonas Eleitorais, além de tornar possível a participação de convidados remotos em eventos presenciais e à distância, com transmissão por meio das redes sociais e/ou canais internos, conforme especificações deste Edital

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 10

Valor Máximo Aceitável: R\$ 15.447,5000

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,10

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Situação: Aceito e Habilitado

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 11.799,9000 .

Histórico

Item: 1 - Cessão Temporária de Direitos Sobre Programas de Computador Locação de Software

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

| CNPJ/CPF | Fornecedor | ME/EPP Equiparada | Declaração ME/EPP | Quantidade | Valor Unit. | Valor Global | Data/Hora Registro |
|---|--|-------------------|-------------------|------------|----------------|-----------------|------------------------|
| 23.880.630/0002-84 | WETALK TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | Sim | Sim | 10 | R\$ 1.500,0000 | R\$ 15.000,0000 | 12/05/2022 14:27:20 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licença Zoom Business (Corporativa) Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 14.065.989/0001-26 | CONTIGO SOLUCOES PARA GESTAO PUBLICA LTDA | Sim | Sim | 10 | R\$ 1.544,0000 | R\$ 15.440,0000 | 03/05/2022 19:35:15 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licenças corporativas de uso do software de videoconferência Zoom Meetings, pelo período de 12 (doze) meses, para realização de videoconferências, através da Internet, com vídeo, áudio e texto, para uso nas sessões plenárias do TRE-MA, nas reuniões do corpo administrativo do Tribunal, em treinamentos diversos, inclusive, das Zonas Eleitorais, além de tornar possível a participação de convidados remotos em eventos presenciais e à distância, com transmissão por meio das redes sociais e/ou canais internos, conforme especificações deste Edital Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 20.411.148/0001-26 | OTIMO TECNOLOGIA LTDA | Sim | Sim | 10 | R\$ 1.544,0000 | R\$ 15.440,0000 | 12/05/2022 18:17:01 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licença Anual Zoom Meetings para reuniões permite que um usuário realize reuniões ilimitadas. Cada reunião tem capacidade para até 100 participantes. Marca: Zoom Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 23.734.075/0001-00 | CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA | Sim | Sim | 10 | R\$ 1.544,0000 | R\$ 15.440,0000 | 13/05/2022 08:19:20 |

| | | | | | | | |
|--------------------|---|-----|-----|----|----------------|-----------------|---------------------|
| | Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licenças corporativas de uso do software de videoconferência Zoom Meetings, pelo período de 12 (doze) meses, para realização de videoconferências, através da Internet, com vídeo, áudio e texto, para uso nas sessões plenárias do TRE-MA, nas reuniões do corpo administrativo do Tribunal, em treinamentos diversos, inclusive, das Zonas Eleitorais, além de tornar possível a participação de convidados remotos em eventos presenciais e à distância, com transmissão por meio das redes sociais e/ou canais internos, conforme especificações deste Edital Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | |
| 10.984.751/0001-43 | MCAM SERVICOS E SOLUCOES EM TECNOLOGIA DIGITAL LTDA | Sim | Sim | 10 | R\$ 1.544,7500 | R\$ 15.447,5000 | 12/05/2022 13:23:29 |
| | Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licenças corporativas de uso do software de videoconferência Zoom Meetings, pelo período de 12 (doze) meses, para realização de videoconferências, através da Internet, com vídeo, áudio e texto, para uso nas sessões plenárias do TRE-MA, nas reuniões do corpo administrativo do Tribunal, em treinamentos diversos, inclusive, das Zonas Eleitorais, além de tornar possível a participação de convidados remotos em eventos presenciais e à distância, com transmissão por meio das redes sociais e/ou canais internos, conforme especificações deste Edital Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | |
| 03.859.239/0001-00 | KONVERGENTE TELECOMUNICACOES EIRELI | Sim | Sim | 10 | R\$ 1.550,0000 | R\$ 15.500,0000 | 04/05/2022 16:59:13 |
| | Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licenciamento Zoom Business 12 meses Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | |
| 33.216.487/0001-01 | 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI | Sim | Sim | 10 | R\$ 1.600,0000 | R\$ 16.000,0000 | 13/05/2022 08:49:30 |
| | Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licenças corporativas de uso do software de videoconferência Zoom Meetings, pelo período de 12 (doze) meses, para realização de videoconferências, através da Internet, com vídeo, áudio e texto, para uso nas sessões plenárias do TRE-MA, nas reuniões do corpo administrativo do Tribunal, em treinamentos diversos, inclusive, das Zonas Eleitorais, além de tornar possível a participação de convidados remotos em eventos presenciais e à distância, com transmissão por meio das redes sociais e/ou canais internos, conforme especificações deste Edital Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | |
| 27.492.080/0001-04 | RR SOFTWARE E SOLUCOES EM TECNOLOGIA EIRELI | Sim | Sim | 10 | R\$ 2.500,0000 | R\$ 25.000,0000 | 12/05/2022 23:00:12 |
| | Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Software Zoom Meetings Business (Corporativo) – Capacidade para até 300 participantes – Licença Anual. Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | |

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

| Valor do Lance | CNPJ/CPF | Data/Hora Registro |
|-----------------|--------------------|-------------------------|
| R\$ 25.000,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:00:01:450 |
| R\$ 16.000,0000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:00:01:450 |
| R\$ 15.500,0000 | 03.859.239/0001-00 | 13/05/2022 09:00:01:450 |
| R\$ 15.447,5000 | 10.984.751/0001-43 | 13/05/2022 09:00:01:450 |
| R\$ 15.440,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:00:01:450 |
| R\$ 15.440,0000 | 14.065.989/0001-26 | 13/05/2022 09:00:01:450 |
| R\$ 15.440,0000 | 20.411.148/0001-26 | 13/05/2022 09:00:01:450 |
| R\$ 15.000,0000 | 23.880.630/0002-84 | 13/05/2022 09:00:01:450 |
| R\$ 14.950,0000 | 03.859.239/0001-00 | 13/05/2022 09:03:17:657 |
| R\$ 14.900,0000 | 10.984.751/0001-43 | 13/05/2022 09:07:01:510 |
| R\$ 14.800,0000 | 03.859.239/0001-00 | 13/05/2022 09:07:13:867 |
| R\$ 14.750,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:09:13:673 |
| R\$ 14.700,0000 | 03.859.239/0001-00 | 13/05/2022 09:09:24:920 |
| R\$ 14.799,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:09:26:283 |
| R\$ 14.690,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:09:55:380 |
| R\$ 13.500,0000 | 23.880.630/0002-84 | 13/05/2022 09:10:03:520 |
| R\$ 13.490,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:11:03:903 |
| R\$ 13.450,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:11:27:220 |
| R\$ 14.685,0000 | 10.984.751/0001-43 | 13/05/2022 09:12:20:593 |
| R\$ 13.445,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:13:17:187 |
| R\$ 13.400,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:13:25:690 |
| R\$ 13.300,0000 | 23.880.630/0002-84 | 13/05/2022 09:13:36:993 |
| R\$ 13.200,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:13:52:230 |
| R\$ 14.684,0000 | 20.411.148/0001-26 | 13/05/2022 09:14:52:797 |
| R\$ 13.190,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:15:57:083 |
| R\$ 13.150,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:16:16:477 |
| R\$ 13.149,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:16:59:083 |
| R\$ 13.100,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:17:41:267 |

| | | | |
|--|-----------------|--------------------|-------------------------|
| | R\$ 14.683,0000 | 10.984.751/0001-43 | 13/05/2022 09:18:13:613 |
| | R\$ 13.099,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:18:48:057 |
| | R\$ 13.050,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:19:31:213 |
| | R\$ 13.049,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:20:17:520 |
| | R\$ 13.025,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:20:26:843 |
| | R\$ 13.024,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:21:02:107 |
| | R\$ 13.010,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:21:12:677 |
| | R\$ 13.009,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:22:21:840 |
| | R\$ 13.000,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:22:35:860 |
| | R\$ 14.000,0000 | 03.859.239/0001-00 | 13/05/2022 09:22:48:247 |
| | R\$ 12.999,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:23:03:370 |
| | R\$ 12.998,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:23:37:770 |
| | R\$ 12.997,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:23:50:653 |
| | R\$ 12.996,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:24:10:547 |
| | R\$ 12.995,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:25:01:280 |
| | R\$ 12.994,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:25:35:937 |
| | R\$ 12.990,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:26:21:293 |
| | R\$ 12.993,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:26:35:737 |
| | R\$ 12.989,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:27:01:273 |
| | R\$ 12.988,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:27:50:387 |
| | R\$ 12.985,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:28:03:983 |
| | R\$ 12.984,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:28:41:183 |
| | R\$ 12.983,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:28:52:360 |
| | R\$ 12.982,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:29:36:377 |
| | R\$ 12.980,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:30:21:397 |
| | R\$ 12.979,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:31:00:520 |
| | R\$ 12.970,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:31:21:813 |
| | R\$ 12.969,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:32:30:980 |
| | R\$ 12.800,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:32:39:190 |
| | R\$ 12.779,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:33:11:047 |
| | R\$ 12.700,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:33:30:750 |
| | R\$ 12.699,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:34:25:390 |
| | R\$ 12.600,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:34:36:153 |
| | R\$ 12.599,0000 | 27.492.080/0001-04 | 13/05/2022 09:35:13:337 |
| | R\$ 12.500,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:35:20:163 |
| | R\$ 12.499,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:36:33:523 |
| | R\$ 12.450,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:36:42:820 |
| | R\$ 12.449,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:37:50:967 |
| | R\$ 12.400,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:38:26:953 |
| | R\$ 12.399,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:39:36:903 |
| | R\$ 12.300,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:39:56:883 |
| | R\$ 12.299,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:41:06:937 |
| | R\$ 12.250,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:41:16:910 |
| | R\$ 12.249,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:42:26:937 |
| | R\$ 12.200,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:42:55:927 |
| | R\$ 12.199,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:44:09:050 |
| | R\$ 12.150,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:44:40:927 |
| | R\$ 12.149,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:45:53:417 |
| | R\$ 12.100,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:46:21:730 |
| | R\$ 12.099,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:47:30:983 |
| | R\$ 12.050,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:48:29:990 |
| | R\$ 14.682,0000 | 20.411.148/0001-26 | 13/05/2022 09:48:32:777 |
| | R\$ 12.049,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:49:42:233 |
| | R\$ 12.030,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:49:51:403 |
| | R\$ 12.029,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:51:00:850 |
| | R\$ 12.020,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:51:23:043 |
| | R\$ 12.019,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:52:33:180 |
| | R\$ 12.015,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:52:48:853 |
| | R\$ 12.014,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:53:58:813 |
| | R\$ 12.014,8000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:54:16:340 |

| | | | |
|--|-----------------|--------------------|-------------------------|
| | R\$ 12.014,7000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:55:25:837 |
| | R\$ 12.014,6000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:55:43:017 |
| | R\$ 12.014,5000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:56:52:133 |
| | R\$ 12.010,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:57:02:870 |
| | R\$ 12.009,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 09:58:14:003 |
| | R\$ 12.000,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 09:59:13:350 |
| | R\$ 11.999,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:00:34:557 |
| | R\$ 11.999,8000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:02:03:930 |
| | R\$ 11.999,7000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:03:22:577 |
| | R\$ 11.999,6000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:04:56:440 |
| | R\$ 11.999,5000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:06:05:850 |
| | R\$ 11.990,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:06:20:277 |
| | R\$ 11.989,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:07:41:813 |
| | R\$ 11.980,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:08:33:020 |
| | R\$ 11.979,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:09:42:647 |
| | R\$ 11.970,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:09:54:937 |
| | R\$ 11.969,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:11:02:950 |
| | R\$ 11.950,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:11:42:840 |
| | R\$ 11.949,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:12:51:857 |
| | R\$ 11.900,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:13:18:933 |
| | R\$ 11.899,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:14:28:333 |
| | R\$ 11.890,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:15:42:817 |
| | R\$ 11.889,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:16:52:987 |
| | R\$ 11.880,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:17:30:423 |
| | R\$ 11.879,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:18:39:967 |
| | R\$ 11.870,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:19:36:530 |
| | R\$ 11.869,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:20:46:173 |
| | R\$ 11.860,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:21:42:947 |
| | R\$ 11.859,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:22:52:107 |
| | R\$ 11.850,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:23:16:543 |
| | R\$ 11.849,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:24:26:843 |
| | R\$ 11.848,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:25:01:103 |
| | R\$ 11.847,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:26:11:763 |
| | R\$ 11.847,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:27:26:630 |
| | R\$ 11.846,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:28:36:297 |
| | R\$ 11.846,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:29:08:983 |
| | R\$ 11.845,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:30:18:310 |
| | R\$ 11.845,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:30:56:080 |
| | R\$ 11.844,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:32:08:430 |
| | R\$ 11.844,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:33:33:113 |
| | R\$ 11.843,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:34:42:413 |
| | R\$ 11.843,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:35:18:857 |
| | R\$ 11.842,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:36:27:857 |
| | R\$ 11.842,8000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:37:23:353 |
| | R\$ 11.842,7000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:38:32:237 |
| | R\$ 11.842,6000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:39:05:687 |
| | R\$ 11.842,5000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:40:14:980 |
| | R\$ 11.842,4000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:41:13:400 |
| | R\$ 11.842,3000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:42:23:080 |
| | R\$ 11.842,2000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:42:31:000 |
| | R\$ 11.842,1000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:43:43:103 |
| | R\$ 11.842,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:43:56:923 |
| | R\$ 11.841,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:45:04:993 |
| | R\$ 11.841,8000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:45:32:240 |
| | R\$ 11.841,7000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:46:45:847 |
| | R\$ 11.841,6000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:46:58:590 |
| | R\$ 11.841,5000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:48:07:470 |
| | R\$ 11.841,4000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:48:17:877 |
| | R\$ 11.841,3000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:49:38:947 |
| | R\$ 11.841,2000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:50:00:533 |

| | | | |
|---|-----------------|--------------------|-------------------------|
| | R\$ 11.841,1000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:51:08:890 |
| | R\$ 11.841,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:51:20:897 |
| | R\$ 11.840,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:52:30:413 |
| | R\$ 11.840,8000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:53:11:773 |
| | R\$ 11.840,7000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:54:21:067 |
| | R\$ 11.840,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:55:03:747 |
| | R\$ 11.839,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:56:13:273 |
| | R\$ 11.839,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:56:51:847 |
| | R\$ 11.838,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 10:58:01:077 |
| | R\$ 11.838,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 10:58:41:840 |
| | R\$ 11.837,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:00:00:670 |
| | R\$ 11.837,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:00:29:030 |
| | R\$ 11.836,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:01:41:997 |
| | R\$ 11.836,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:02:07:843 |
| | R\$ 11.835,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:03:16:953 |
| | R\$ 11.835,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:03:47:587 |
| | R\$ 11.834,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:04:58:297 |
| | R\$ 11.834,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:05:38:417 |
| | R\$ 11.833,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:06:46:910 |
| | R\$ 11.833,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:07:06:713 |
| | R\$ 11.832,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:08:22:913 |
| | R\$ 11.832,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:08:36:537 |
| | R\$ 11.831,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:09:48:503 |
| | R\$ 11.831,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:09:54:580 |
| | R\$ 11.830,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:11:03:107 |
| | R\$ 11.830,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:11:39:103 |
| | R\$ 11.829,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:12:49:323 |
| | R\$ 11.829,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:12:58:947 |
| | R\$ 11.828,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:14:07:777 |
| | R\$ 11.828,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:14:16:767 |
| | R\$ 11.827,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:15:25:800 |
| | R\$ 11.827,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:15:32:330 |
| | R\$ 11.826,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:16:42:393 |
| | R\$ 11.826,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:16:46:303 |
| | R\$ 11.825,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:17:56:717 |
| | R\$ 11.825,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:18:16:747 |
| | R\$ 11.824,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:19:28:740 |
| | R\$ 11.824,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:19:38:990 |
| | R\$ 11.823,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:20:46:873 |
| | R\$ 11.823,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:20:52:487 |
| | R\$ 11.822,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:22:02:643 |
| | R\$ 11.822,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:22:09:867 |
| | R\$ 11.821,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:23:18:600 |
| | R\$ 11.821,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:23:56:263 |
| | R\$ 11.820,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:25:09:973 |
| * | R\$ 11,8200 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:25:34:533 |
| | R\$ 11.820,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:26:02:320 |
| | R\$ 11.819,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:27:13:370 |
| | R\$ 11.819,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:27:25:187 |
| | R\$ 11.818,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:28:38:503 |
| | R\$ 11.818,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:28:44:893 |
| | R\$ 11.817,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:29:54:413 |
| | R\$ 11.817,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:30:08:543 |
| | R\$ 11.816,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:31:17:340 |
| | R\$ 11.816,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:31:28:257 |
| | R\$ 11.815,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:32:37:497 |
| | R\$ 11.810,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:33:11:653 |
| | R\$ 11.809,9000 | 33.216.487/0001-01 | 13/05/2022 11:33:21:920 |
| | R\$ 11.800,0000 | 23.734.075/0001-00 | 13/05/2022 11:33:38:280 |

R\$ 11.799,9000

33.216.487/0001-01

13/05/2022 11:34:01:113

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**Eventos do Item**

| Evento | Data | Observações |
|--|---------------------|---|
| Abertura | 13/05/2022 09:00:02 | Item aberto para lances. |
| Exclusão de lance | 13/05/2022 11:25:53 | Lance excluído no valor de R\$ 11,8200. |
| Encerramento | 13/05/2022 11:36:02 | Item encerrado para lances. |
| Encerramento etapa aberta | 13/05/2022 11:36:02 | Item com etapa aberta encerrada. |
| Abertura do prazo - Convocação anexo | 13/05/2022 11:46:38 | Convocado para envio de anexo o fornecedor 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 33.216.487/0001-01. |
| Encerramento do prazo - Convocação anexo | 16/05/2022 09:49:31 | Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 33.216.487/0001-01. |
| Aceite de proposta | 16/05/2022 16:26:26 | Aceite individual da proposta. Fornecedor: 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 33.216.487/0001-01, pelo melhor lance de R\$ 11.799,9000. |
| Habilitação de fornecedor | 16/05/2022 16:28:19 | Habilitação individual da proposta. Fornecedor: 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 33.216.487/0001-01, pelo melhor lance de R\$ 11.799,9000. |

Não existem intenções de recurso para o item**Troca de Mensagens**

| | Data | Mensagem |
|-----------|---------------------|---|
| Sistema | 13/05/2022 09:00:01 | A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados. |
| Sistema | 13/05/2022 09:00:02 | O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances. |
| Sistema | 13/05/2022 11:25:53 | O lance no valor de R\$ 11,8200 do item 1 foi excluído pelo comprador por ter sido considerado inexecutável. Caso não concorde com a exclusão, favor reenviar o lance. |
| Sistema | 13/05/2022 11:36:02 | O item 1 está encerrado. |
| Sistema | 13/05/2022 11:36:28 | A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade". |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:39:40 | 9.1. Finda a fase de lances e a negociação, o PREGOEIRO examinará o lance classificado em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, passando-se à convocação das licitantes subseqüentes, na ordem de classificação. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:40:11 | 9.3. A licitante detentora do MENOR LANCE deverá encaminhar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, pelo SISTEMA, sua PROPOSTA DE PREÇOS, com o valor readequado ao valor do lance vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes do SUBITEM 9.6 deste Edital, para sua elaboração. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:40:35 | 9.5. O PREGOEIRO examinará a PROPOSTA DE PREÇOS quanto à compatibilidade do preço e às especificações constantes do SUBITEM 9.6 e do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo desclassificada a que não atender às condições do Edital ou apresentar preços acima do máximo estabelecido ou for manifestamente inexecutável, passando-se à convocação das licitantes subseqüentes, na ordem de classificação. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:40:48 | 9.6. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter as seguintes informações: |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:41:02 | a) Razão Social da Pessoa Jurídica, com endereço e número do CNPJ; |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:41:16 | b) Preços unitários e totais dos itens, consoante tabela de formação de preços constante do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e abaixo, em reais, em algarismos, incluídas todas as despesas que resultem no custo das aquisições, tais como impostos, taxas, transportes, materiais utilizados, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos e quaisquer outras despesas, que incidirem na aquisição e/ou prestação de serviços. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:41:31 | c) Prazo de validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de abertura da Sessão Pública; |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:41:43 | d) Características dos produtos ofertados, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:41:56 | e) Dados da licitante tais como: telefone, e-mail, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento (facultada a apresentação destas informações quando da contratação); |
| Pregoeiro | 13/05/2022 | f) Prazo de entrega, conforme ITEM 7 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital. |

| | | |
|--------------------|------------------------|---|
| | 11:42:10 | |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:42:32 | 10.1. Após aceitação da proposta, o PREGOEIRO, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de participação quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros: |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:42:45 | a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/); |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:42:59 | b) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:43:13 | 10.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também do sócio (a) majoritário (a), por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:43:29 | Habilitação jurídica: |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:43:49 | Regularidade fiscal e trabalhista: |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:44:02 | Qualificação Econômico-Financeira. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:44:14 | a) Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da licitante, com emissão de até 60 dias da abertura da Sessão Pública; |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:44:26 | No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 11:44:48 | Será procedida a consulta ao SICAF das licitantes |
| Sistema | 13/05/2022 11:46:38 | Senhor fornecedor 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 33.216.487/0001-01, solicito o envio do anexo referente ao item 1. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 12:52:12 | Senhores, a sessão será suspensa às 13h e será reaberta às 13h do dia 16/05. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 12:53:01 | A empresa 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI possui até às 11:46 do dia 16/05 para o envio da proposta de preços, pois sábado e domingo não contam o prazo. |
| Pregoeiro | 13/05/2022 12:53:10 | Senhores, a sessão será suspensa às 13h e será reaberta às 13h do dia 16/05. |
| Sistema | 16/05/2022 09:49:31 | Senhor Pregoeiro, o fornecedor 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 33.216.487/0001-01, enviou o anexo para o item 1. |
| Pregoeiro | 16/05/2022 14:38:10 | boa tarde |
| Pregoeiro | 16/05/2022 14:41:14 | Senhores, comunico que estamos analisando a proposta de preços da empresa 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI e assim que for concluída o resultado será divulgado. |
| Pregoeiro | 16/05/2022 14:46:24 | Senhores, mantenham o SICAF atualizado |
| Pregoeiro | 16/05/2022 15:26:09 | Senhores, solicito que continuem acompanhando a sessão, pois o resultado do julgamento da proposta de preços da empresa 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI será divulgado ainda hoje. |
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:03:15 | Senhores, comunico que será divulgado o resultado do julgamento |
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:03:34 | Senhores, comunico que será divulgado o resultado do julgamento |
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:06:14 | Senhores, após a análise da proposta de preços da empresa 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI verificou-se que atendeu às exigências do edital, bem como a documentação de habilitação também cumpriu ao edital. |
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:06:37 | Em seguida será realizada a tentativa de negociação, visando alcançar preço mais vantajoso. |
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:07:13 | Será concedido o prazo de 10 minutos para a empresa se manifestar no chat, se tem a possibilidade de negociar o preço ofertado. |
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:07:58 | Esclareço que a empresa não está obrigada a negociar o preço, mais o pregoeiro possui o dever em negociar, por conta do edital e de determinações do TCU. |
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:08:30 | Para 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI - Solicito manifestar no chat se tem interesse em negociar o valor ofertado, será concedido o prazo de 10 minutos. |
| 33.216.487/0001-01 | 16/05/2022 16:09:24 | Sr. Pregoeiro, devido a constante variação cambial, e pelo fato deste sistemas ser adquirido exclusivamente em dólar, não conseguimos reduzir o valor de nossa proposta. |
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:22:22 | Para 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI - obrigado |
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:22:59 | Senhores, declaro a empresa 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI vencedora do certame. |
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:23:17 | Em seguida será aberto o prazo de intenção de recurso. |
| Sistema | 16/05/2022 16:28:19 | Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'. |

| | | |
|-----------|------------------------|--|
| Pregoeiro | 16/05/2022 16:28:33 | Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 16/05/2022 às 17:00:00. |
|-----------|------------------------|--|

| Eventos do Pregão | | |
|----------------------------|---------------------|---|
| Evento | Data/Hora | Observações |
| Alteração equipe | 13/05/2022 07:18:54 | |
| Abertura da sessão pública | 13/05/2022 09:00:01 | Abertura da sessão pública |
| Julgamento de propostas | 13/05/2022 11:36:28 | Início da etapa de julgamento de propostas |
| Abertura do prazo | 16/05/2022 16:28:19 | Abertura de prazo para intenção de recurso |
| Fechamento do prazo | 16/05/2022 16:28:33 | Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 16/05/2022 às 17:00:00. |

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 17:00 horas do dia 16 de maio de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

FABIO LEAL BARBOSA
Pregoeiro Oficial

KATIA LIMA SILVA MIRANDA
Equipe de Apoio

 Imprimir o
Relatório

Voltar



70018.482022.8737.4232.553425939



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo TRE SP

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00048/2022 (SRP)

Às 13:00 horas do dia 31 de maio de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 81/2022 de 07/03/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 0036227-81.2021, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00048/2022. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Contratação/renovação de assinatura anual de uso do serviço de videoconferência Zoom Meeting e Webinars Zoom.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1 - Grupo 1

Descrição: Teleconferência / Videoconferência

Descrição Complementar: Teleconferência / Videoconferência. Assinatura anual de uso do serviço de Videoconferência – modalidade Corporativo – em nuvem (CloudComputing)

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 33

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor Máximo Aceitável: R\$ 1.512,3400

Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 1,00 %

Aceito para: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, **pelo melhor lance de R\$ 1.150,0000 e a quantidade de 33 UNIDADE .**

Item: 2 - Grupo 1

Descrição: Teleconferência / Videoconferência

Descrição Complementar: Teleconferência / Videoconferência. Webinar para 1.000 participantes

Tratamento Diferenciado: -

Quantidade: 1

Unidade de fornecimento: UNIDADE

Valor Máximo Aceitável: R\$ 17.400,0000

Situação: Aceito e Habilitado

Intervalo mínimo entre lances: 1,00 %

Aceito para: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, **pelo melhor lance de R\$ 17.000,0000 e a quantidade de 1 UNIDADE .**

Relação de Grupos

Grupo 1

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Critério de Valor: R\$ 67.307,2200

Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso

Aceito para: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, **pelo melhor lance de R\$ 54.950,0000 .**

Itens do grupo:

- 1 - Teleconferência / Videoconferência
- 2 - Teleconferência / Videoconferência

Histórico

Item: 1 - Grupo 1 - Teleconferência / Videoconferência

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

| CNPJ/CPF | Fornecedor | ME/EPP Equiparada | Declaração ME/EPP | Quantidade | Valor Unit. | Valor Global | Data/Hora Registro |
|---|---|-------------------|-------------------|------------|----------------|-----------------|---------------------|
| 23.734.075/0001-00 | CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA | Sim | Sim | 33 | R\$ 1.512,3400 | R\$ 49.907,2200 | 31/05/2022 10:20:31 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Assinatura anual de uso do serviço de Videoconferência – modalidade Corporativo – em nuvem (CloudComputing) para 33hosts | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|---|-----|-----|----|----------------|-----------------|------------------------|
| Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 22.310.432/0001-31 | RAUL FERNANDES DO NASCIMENTO 37862560809 | Sim | Sim | 33 | R\$ 1.512,3400 | R\$ 49.907,2200 | 31/05/2022 11:52:20 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Assinatura anual de uso do serviço de Videoconferência- modalidade Corporativo - em nuvem (CloudComputing) para 33 hosts. Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 03.859.239/0001-00 | KONVERGENTE TELECOMUNICACOES EIRELI | Sim | Sim | 33 | R\$ 1.700,0000 | R\$ 56.100,0000 | 27/05/2022 15:05:52 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licenciamento Zoom Business 300 participantes Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 23.518.065/0001-29 | XP ON CONSULTORIA LTDA | Não | Não | 33 | R\$ 2.900,0000 | R\$ 95.700,0000 | 30/05/2022 17:03:59 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Fornecimento de Assinatura anual de uso do serviço de Videoconferência - modalidade Corporativo - em nuvem (CloudComputing) Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP) | | | | | | | |

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

| Valor do Lance | CNPJ/CPF | Data/Hora Registro |
|----------------|--------------------|-------------------------|
| R\$ 2.900,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:00:01:273 |
| R\$ 1.700,0000 | 03.859.239/0001-00 | 31/05/2022 13:00:01:273 |
| R\$ 1.512,3400 | 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:00:01:273 |
| R\$ 1.512,3400 | 22.310.432/0001-31 | 31/05/2022 13:00:01:273 |
| R\$ 1.690,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:05:40:947 |
| R\$ 1.490,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:09:36:790 |
| R\$ 1.400,0000 | 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:09:55:590 |
| R\$ 1.465,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:11:11:957 |
| R\$ 1.440,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:12:16:240 |
| R\$ 1.500,0000 | 03.859.239/0001-00 | 31/05/2022 13:12:29:583 |
| R\$ 1.300,0000 | 03.859.239/0001-00 | 31/05/2022 13:12:42:013 |
| R\$ 1.418,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:15:39:823 |
| R\$ 1.396,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:16:49:503 |
| R\$ 1.375,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:17:58:130 |
| R\$ 1.350,0000 | 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:18:10:657 |
| R\$ 1.354,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:19:14:363 |
| R\$ 1.313,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:19:20:957 |
| R\$ 1.315,0000 | 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:19:46:020 |
| R\$ 1.273,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:20:53:887 |
| R\$ 1.250,0000 | 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:21:31:787 |
| R\$ 1.234,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:21:37:607 |
| R\$ 1.200,0000 | 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:21:56:007 |
| R\$ 1.172,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:22:22:077 |
| R\$ 1.150,0000 | 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:22:39:953 |

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**Eventos do Item**

| Evento | Data | Observações |
|---------------------------|---------------------|--|
| Aceite de proposta | 31/05/2022 14:28:47 | Aceite individual da proposta. Fornecedor: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 23.734.075/0001-00, pelo melhor lance de R\$ 1.150,0000. |
| Habilitação de fornecedor | 31/05/2022 14:40:30 | Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - CNPJ/CPF: 23.734.075/0001-00 |

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.**Item: 2 - Grupo 1 - Teleconferência / Videoconferência****Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

| CNPJ/CPF | Fornecedor | ME/EPP Equiparada | Declaração ME/EPP | Quantidade | Valor Unit. | Valor Global | Data/Hora Registro |
|--|---|-------------------|-------------------|------------|-----------------|-----------------|---------------------|
| 23.734.075/0001-00 | CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA | Sim | Sim | 1 | R\$ 17.400,0000 | R\$ 17.400,0000 | 31/05/2022 10:20:31 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Webinar para 1.000 participantes Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 22.310.432/0001-31 | RAUL FERNANDES | Sim | Sim | 1 | R\$ 17.400,0000 | R\$ 17.400,0000 | 31/05/2022 |

| | | | | | | | |
|--|---|-----|-----|---|-----------------|-----------------|------------------------|
| | DO NASCIMENTO 37862560809 | | | | | | 11:52:20 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Webinar para 1.000 participantes. Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 03.859.239/0001-00 | KONVERGENTE TELECOMUNICACOES EIRELI | Sim | Sim | 1 | R\$ 25.991,0000 | R\$ 25.991,0000 | 27/05/2022 15:05:52 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licenciamento Zoom Webinar 1000 participantes Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 23.518.065/0001-29 | XP ON CONSULTORIA LTDA | Não | Não | 1 | R\$ 42.000,0000 | R\$ 42.000,0000 | 30/05/2022 17:03:59 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Webinar para 1.000 participantes Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP) | | | | | | | |

Lances (Obs: lances com * na frente foram excluídos pelo pregoeiro)

| Valor do Lance | CNPJ/CPF | Data/Hora Registro |
|-----------------|--------------------|-------------------------|
| R\$ 42.000,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:00:01:273 |
| R\$ 25.991,0000 | 03.859.239/0001-00 | 31/05/2022 13:00:01:273 |
| R\$ 17.400,0000 | 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:00:01:273 |
| R\$ 17.400,0000 | 22.310.432/0001-31 | 31/05/2022 13:00:01:273 |
| R\$ 17.225,0000 | 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 13:07:28:307 |
| R\$ 17.000,0000 | 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:08:24:263 |
| R\$ 23.000,0000 | 03.859.239/0001-00 | 31/05/2022 13:13:30:643 |
| R\$ 22.000,0000 | 03.859.239/0001-00 | 31/05/2022 13:14:31:887 |

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item**Eventos do Item**

| Evento | Data | Observações |
|---------------------------|------------------------|---|
| Aceite de proposta | 31/05/2022 14:28:47 | Aceite individual da proposta. Fornecedor: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 23.734.075/0001-00, pelo melhor lance de R\$ 17.000,0000. |
| Habilitação de fornecedor | 31/05/2022 14:40:30 | Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - CNPJ/CPF: 23.734.075/0001-00 |

Para consultar intenção de recurso e demais eventos do item, verificar histórico do Grupo 1.**HISTÓRICO DO Grupo 1****Propostas** Participaram deste grupo as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

| CNPJ/CPF | Fornecedor | ME/EPP Equiparada | Declaração ME/EPP | Quantidade | Valor Global | Data/Hora Registro |
|--------------------|---|-------------------|-------------------|------------|------------------|------------------------|
| 23.734.075/0001-00 | CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA | Sim | Sim | - | R\$ 67.307,2200 | 31/05/2022 10:20:31 |
| 22.310.432/0001-31 | RAUL FERNANDES DO NASCIMENTO 37862560809 | Sim | Sim | - | R\$ 67.307,2200 | 31/05/2022 11:52:21 |
| 03.859.239/0001-00 | KONVERGENTE TELECOMUNICACOES EIRELI | Sim | Sim | - | R\$ 82.091,0000 | 27/05/2022 15:05:52 |
| 23.518.065/0001-29 | XP ON CONSULTORIA LTDA | Não | Não | - | R\$ 137.700,0000 | 30/05/2022 17:03:59 |

Eventos do Grupo

| Evento | Data | Observações |
|--|------------------------|--|
| Abertura | 31/05/2022 13:00:03 | Item aberto para lances. |
| Encerramento etapa aberta | 31/05/2022 13:24:40 | Item com etapa aberta encerrada. |
| Encerramento | 31/05/2022 13:24:40 | Item encerrado para lances. |
| Abertura do prazo - Convocação anexo | 31/05/2022 14:20:21 | Convocado para envio de anexo o fornecedor CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 23.734.075/0001-00. |
| Encerramento do prazo - Convocação anexo | 31/05/2022 14:22:16 | Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 23.734.075/0001-00. |
| Habilitação de fornecedor | 31/05/2022 14:40:30 | Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - CNPJ/CPF: 23.734.075/0001-00 |
| Registro de intenção de recurso | 31/05/2022 14:50:01 | Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: XP ON CONSULTORIA LTDA CNPJ/CPF: 23518065000129. Motivo: Manifestamos intenção de recurso contra a empresa Crossing, visto que esta não atende o item |

| | | |
|-------------------------------|---------------------|---|
| | | 3.2 do Anexo I - Termo de Referência. Respeitando as fases procedimentais, lembramos que o mérito do recu |
| Aceite de intenção de recurso | 31/05/2022 15:17:11 | Intenção de recurso aceita. Fornecedor: XP ON CONSULTORIA LTDA, CNPJ/CPF: 23518065000129. Motivo: Em razão do recurso evocar aspectos técnicos da execução do objeto, cuja avaliação refoge aos conhecimentos desta pregoeira, o recurso será aceito. |

Intenções de Recurso para o Grupo

| CNPJ/CPF | Data/Hora do Recurso | Data/Hora Admissibilidade | Situação |
|--------------------|--|---------------------------|----------|
| 23.518.065/0001-29 | 31/05/2022 14:50 | 31/05/2022 15:17 | Aceito |
| | Motivo Intenção: Manifestamos intenção de recurso contra a empresa Crossing, visto que esta não atende o item 3.2 do Anexo I - Termo de Referência. Respeitando as fases procedimentais, lembramos que o mérito do recurso só deve ser avaliado a partir da peça recursal e tolher esse direito contraria os princípios do art. 5º do Dec. 5450/05, do art. 4º do Anexo I Dec. 3555/00 e do art. 3º da Lei 8666/93. | | |
| | Motivo Aceite ou Recusa: Em razão do recurso evocar aspectos técnicos da execução do objeto, cuja avaliação refoge aos conhecimentos desta pregoeira, o recurso será aceito. | | |

Troca de Mensagens

| | Data | Mensagem |
|--------------------|---------------------|---|
| Sistema | 31/05/2022 13:00:01 | A sessão pública está aberta. Nesta compra foi realizada a análise de propostas automática e todas foram classificadas para a fase de lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Mantenham-se conectados. |
| Sistema | 31/05/2022 13:00:03 | O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances. |
| Sistema | 31/05/2022 13:00:03 | Algumas propostas do item G1 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances. |
| Sistema | 31/05/2022 13:24:40 | O item G1 está encerrado. |
| Sistema | 31/05/2022 13:24:42 | A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade". |
| Pregoeiro | 31/05/2022 13:25:07 | Srs. fornecedores, boa tarde. Meu nome é Silvana Sales Scardini e juntamente com o grupo de apoio daremos continuidade à sessão pública deste certame, com a verificação das melhores propostas para o grupo. Permaneçam conectados. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 13:36:07 | Vamos dirigir nossa atenção à empresa CROSSING, que detem a melhor proposta para o grupo |
| Pregoeiro | 31/05/2022 13:36:32 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Boa tarde sr. licitante. Solicito que acuse sua conexão para tratativas. |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:37:48 | Boa tarde, estamos aqui. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 13:46:45 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Boa tarde sr. licitante. |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:47:20 | Boa tarde, |
| Pregoeiro | 31/05/2022 13:47:51 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - No tocante ao seu preço, posso propor um pequeno ajuste/para o ITEM 1, R\$ 1.125,00. O valor é aceitável? |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:48:55 | Desculpe a demora nas respostas o meu sistema está lento aqui e perdendo a conexão. |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:50:48 | Entendemos a importância desta fase de negociações, mas, a disputa foi muito acirrada, de forma que chegamos ao nosso menor valor dentro da fase de lances. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 13:52:18 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Tudo bem sr. licitante. De toda forma, agradecemos seu esforço em negociar. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 13:55:01 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Antes de aceitar sua proposta, estamos tentando averiguar se sua empresa possui a autorização para comercialização de licenças. Estamos com dificuldade. O sr. pode nos ajudar? |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:55:17 | Agradeço a compreensão. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 13:55:31 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - O endereço que consta no edital, nos remete a uma página e estamos com dificuldade em navegar |
| Pregoeiro | 31/05/2022 13:55:52 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Caso sua empresa localize a página, pode a qualquer momento inserir no endereço no nosso chat |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 13:56:14 | Sim, claro. Somos revendedora autorizada ZOOM posso enviar o link da página do fabricante aqui? |
| Pregoeiro | 31/05/2022 13:59:56 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Por favor |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 14:01:24 | https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners&region[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 14:02:23 | Neste link vai aparecer a logo na VIDEOBRAX que é a marca registrada. |

| | | |
|--------------------|---------------------|---|
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 14:03:16 | link direto: https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=&region[]=&state[]=&country[]= |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:06:32 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Sr. licitante. Sua empresa é autorizada da Videobrax? é isso? |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:08:06 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Aguardo manifestação.. |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 14:09:32 | Isso nós somos a Videobrax, (marca registrada no INPI) que opera com a Razão Social: CROSSING COMERCIO E SERVIÇOS LTDA |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 14:11:12 | O registro na ZOOM é feito pela nossa MARCA e direciona para o nosso site. |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 14:12:40 | conforme é possível conferir no INPI: https://busca.inpi.gov.br/pePI/servlet/MarcasServletController?Action=detail&CodPedido=4559387 |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:17:10 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Efetuamos uma diligencia e farei constar aqui: https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=&region[]=&state[]=&country[]= |
| 23.734.075/0001-00 | 31/05/2022 14:17:54 | Muito obrigado. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:17:55 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Este endereço nos remete diretamente à pagina onde se encontram as empresas autorizadas no território brasileiro, competentes para comercializar o produto em comento. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:19:10 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Ali localizamos a empresa VIDEOBRAX, nome fantasia da licitante CROSSING COMERCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:19:37 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Assim, sua empresa pode comercializar o grupo e sua proposta pode ser aceita |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:20:11 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Julgo seu preço aceitável. Assim, passo a solicitar sua proposta definitiva de preços. Elabore-a em conformidade com o anexo II. |
| Sistema | 31/05/2022 14:20:21 | Senhor fornecedor CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 23.734.075/0001-00, solicito o envio do anexo referente ao grupo G1. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:20:55 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Seu prazo: duas horas. |
| Sistema | 31/05/2022 14:22:16 | Senhor Pregoeiro, o fornecedor CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 23.734.075/0001-00, enviou o anexo para o grupo G1. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:33:06 | A proposta estava correta e nesse sentido foi aceita. A aceitação da proposta, está vinculada à análise desta pregoeira e respectiva equipe de apoio, do atendimento ao item 1-b, da cláusula XIII. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:33:47 | Referido item trata da comprovação da licitante ser parceira autorizada do fabricante, por intermédio de consulta ao sítio eletrônico do fabricante Zoom |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:34:28 | Referida consulta foi efetuada, nos remetendo à empresa de nome fantasia, ostentado pela ora licitante, qual seja VIDEOBRAX.. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:38:33 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Encerrada a fase de aceitação, iniciaremos a etapa habilitatória, que consiste na verificação no SICAF da regularidade das certidões previstas no edital e abrangidas por esse sistema. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:39:31 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Nesse sentido, foram conferidos os documentpos lançados pela licitante no sistema, e após verificação no SICAF e nos órgãos emissores das certidões requeridas constatou a regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira da empresa, |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:39:42 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Está a empresa habilitada. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:40:02 | Para CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA - Desta forma, após procedermos a habilitação formal no sistema, V.Sas. serão redirecionados para a tela de registro de intenção de recurso. Transcorrido o prazo, retornaremos no chat para tecer as considerações finais. |
| Sistema | 31/05/2022 14:40:31 | Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 14:40:49 | Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 31/05/2022 às 15:01:00. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 15:18:19 | Encerrado o prazo para apresentação do recurso, foi interposta uma manifestações nesse sentido, que foi aceita por esta pregoeira. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 15:18:47 | Ao final da ata, faremos constar os prazos para interposição do recurso e respectivas contra razões. |
| Pregoeiro | 31/05/2022 15:19:08 | Finalizados todos os atos do certame, estamos encerrando a presente licitação. Em nome do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo agradecemos a participação de todos. Boa tarde. |

Eventos do Pregão

| Evento | Data/Hora | Observações |
|------------------|---------------------|-------------|
| Alteração equipe | 25/05/2022 13:58:02 | |

| | | |
|----------------------------|---------------------|---|
| Abertura da sessão pública | 31/05/2022 13:00:01 | Abertura da sessão pública |
| Julgamento de propostas | 31/05/2022 13:24:42 | Início da etapa de julgamento de propostas |
| Abertura do prazo | 31/05/2022 14:40:31 | Abertura de prazo para intenção de recurso |
| Fechamento do prazo | 31/05/2022 14:40:49 | Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 31/05/2022 às 15:01:00. |

Data limite para registro de recurso: 03/06/2022.

Data limite para registro de contrarrazão: 08/06/2022.

Data limite para registro de decisão: 23/06/2022.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 15:23 horas do dia 31 de maio de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

SILVANA SALES SCARDINI

Pregoeiro Oficial

DEBORA ARNS WANG

Equipe de Apoio



Voltar



ESTIMATIVA DO ITEM

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANT. | PREÇO ESTIMADO | MENOR PREÇO | FONTE DE PESQUISA | PREÇOS COLETADOS | DESCARTE |
|------|---|---------|--------|----------------|--------------|--|------------------|----------|
| 1 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | licença | 25 | R\$ 1.323,46 | R\$ 1.150,00 | 23.880.630/0002-84 WETALK TECNOLOGIA | R\$ 1.330,00 | n/a |
| | | | | | | 14.065.989/0001-26 CONTIGO SOLUCOES | R\$ 1.544,00 | n/a |
| | | | | | | 20.411.148/0001-26 OTIMO TECNOLOGIA | R\$ 1.468,20 | n/a |
| | | | | | | 10.984.751/0001-43 MCAM SERVICOS E S | R\$ 1.468,30 | n/a |
| | | | | | | 33.216.487/0001-01 2SP COMERCIO DE EL | R\$ 1.179,90 | n/a |
| | | | | | | 27.492.080/0001-04 RR SOFTWARE E SOLU | R\$ 1.259,90 | n/a |
| | | | | | | 23.734.075/0001-00 CROSSING COMERCIO | R\$ 1.150,00 | n/a |
| | | | | | | 22.310.432/0001-31 RAUL FERNANDES DO | R\$ 1.512,34 | n/a |
| | | | | | | 03.859.239/0001-00 KONVERGENTE TELECOM | R\$ 1.150,00 | n/a |
| | | | | | | 23.518.065/0001-29 XP ON CONSULTORIA | R\$ 1.172,00 | n/a |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

| DESVIO PADRÃO | QUANTIDADE DE PREÇOS COLETADOS | COEF. | MÉDIA | MÉDIA APÓS DESCARTE | MEDIANA | MENOR PREÇO UNITÁRIO COLETADO | |
|---------------|--------------------------------|--------|--------------|---------------------|--------------|--------------------------------------|--------------|
| 161,2626679 | 10 | 12,18% | R\$ 1.323,46 | n/a | R\$ 1.294,95 | 23.734.075/0001-00 CROSSING COMERCIO | R\$ 1.150,00 |

| | |
|-------------------------|---------------|
| VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | R\$ 1.323,46 |
| VALOR TOTAL | R\$ 33.086,50 |

DESVIO: desvio padrão dos preços pesquisados, calculados por meio da função DESVPAD.A do editor de planilhas.

COEF.: relação entre o DESVIO e a MÉDIA, expresso em valor percentual.

MÉDIA: média aritmética dos preços pesquisados.

DESCARTE: coluna que exhibe os preços considerados, quando COEF. é maior que 25%. São descartados os preços fora do intervalo entre o menor preço e a soma [MÉDIA + DESVIO].

MÉDIA APÓS DESCARTE: média aritmética dos preços dentro do intervalo acima descrito.

MEDIANA: valor estatístico que separa a metade maior da metade menor da amostra, calculado pela função MED do editor de planilhas.

VALOR UNITÁRIO: quando COEF. for menor ou igual a 25%, o valor unitário estimado será a MÉDIA dos preços pesquisados; quando COEF. for maior que 25%, o valor unitário será o menor valor dentre a MÉDIA APÓS DESCARTE e a MEDIANA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Análise e Aquisições

Estimativa em 31/08/2022

| Item | Descrição | RESULTADO DA ESTIMATIVA | | | | MENOR PREÇO ENCONTRADO | | |
|----------|---|-------------------------|------------|----------------|---------------|--|----------------|---------------|
| | | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total | Fornecedor | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | licença | 25 | R\$ 1.323,46 | R\$ 33.086,50 | 23.734.075/0001-00 CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA | R\$ 1.150,00 | R\$ 28.750,00 |

ESTIMATIVA DO ITEM

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNIDADE | QUANT. | PREÇO ESTIMADO | MENOR PREÇO | FONTE DE PESQUISA | PREÇOS COLETADOS | DESCARTE |
|------|---|---------|--------|----------------|--------------|--------------------------------------|------------------|----------|
| 1 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | licença | 25 | R\$ 1.323,46 | R\$ 1.150,00 | 23.880.630/0002-84 WETALK TECNOLOGI | R\$ 1.330,00 | n/a |
| | | | | | | 14.065.989/0001-26 CONTIGO SOLUCOES | R\$ 1.544,00 | #NAME? |
| | | | | | | 20.411.148/0001-26 OTIMO TECNOLOGIA | R\$ 1.468,20 | #NAME? |
| | | | | | | 10.984.751/0001-43 MCAM SERVICOS E S | R\$ 1.468,30 | #NAME? |
| | | | | | | 33.216.487/0001-01 2SP COMERCIO DE E | R\$ 1.179,90 | #NAME? |
| | | | | | | 27.492.080/0001-04 RR SOFTWARE E SOL | R\$ 1.259,90 | #NAME? |
| | | | | | | 23.734.075/0001-00 CROSSING COMERCI | R\$ 1.150,00 | #NAME? |
| | | | | | | 22.310.432/0001-31 RAUL FERNANDES D | R\$ 1.512,34 | #NAME? |
| | | | | | | 03.859.239/0001-00 KONVERGENTE TELE | R\$ 1.150,00 | #NAME? |
| | | | | | | 23.518.065/0001-29 XP ON CONSULTORIA | R\$ 1.172,00 | #NAME? |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

| DESVIO PADRÃO | QUANTIDADE DE PREÇOS COLETADOS | COEF. | MÉDIA | MÉDIA APÓS DESCARTE | MEDIANA | MENOR PREÇO UNITÁRIO COLETADO |
|---------------|--------------------------------|--------|--------------|---------------------|--------------|--|
| 161,26266794 | 10 | 12,18% | R\$ 1.323,46 | n/a | R\$ 1.294,95 | 23.734.075/0001-00 CROSSING COMERCI R\$ 1.150,00 |

| | |
|-------------------------|---------------|
| VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | R\$ 1.323,46 |
| VALOR TOTAL | R\$ 33.086,50 |

DESVIO: desvio padrão dos preços pesquisados, calculados por meio da função DESVPAD.A do editor de planilhas.

COEF.: relação entre o DESVIO e a MÉDIA, expresso em valor percentual.

MÉDIA: média aritmética dos preços pesquisados.

DESCARTE: coluna que exhibe os preços considerados, quando COEF. é maior que 25%. São descartados os preços fora do intervalo entre o menor preço e a soma [MÉDIA + DESVIO].

MÉDIA APÓS DESCARTE: média aritmética dos preços dentro do intervalo acima descrito.

MEDIANA: valor estatístico que separa a metade maior da metade menor da amostra, calculado pela função MED do editor de planilhas.

VALOR UNITÁRIO: quando COEF. for menor ou igual a 25%, o valor unitário estimado será a MÉDIA dos preços pesquisados; quando COEF. for maior que 25%, o valor unitário será o menor valor dentre a MÉDIA APÓS DESCARTE e a MEDIANA.

| Item | Descrição | RESULTADO DA ESTIMATIVA | | | | MENOR PREÇO ENCONTRADO | | |
|----------|---|-------------------------|------------|----------------|---------------|--|----------------|---------------|
| | | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total | Fornecedor | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | licença | 25 | R\$ 1.323,46 | R\$ 33.086,50 | 23.734.075/0001-00 CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA | R\$ 1.150,00 | R\$ 28.750,00 |

PLANILHA PARA PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

| ITEM | QTD | CNPJ | EMPRESA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|-----|--------------------|--------------------------------------|----------------|-------------|
| 1 | 25 | 23.880.630/0002-84 | WETALK TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA | 1.330,00 | 33.250,00 |

CITAÇÃO

| MARCA | FABRICANTE | DATA DA COTAÇÃO |
|-------|------------|-----------------|
| | | 13/5/2022 |

Atenção!

Página temporariamente indisponível.
Por favor, tente novamente mais tarde.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SEAQUI

Trata-se de demanda da Seção de Microinformática visando contratação de serviço de *webconferência* pelo período de 12 meses, de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência – documento 2066472.

Pleiteia-se a aquisição de 25 licenças *Zoom Meetings*, com capacidade de até 300 participantes por reunião. **Consta informado no ETP que as licenças atuais expiram em 15/09/2022.**

Encontramos certames recentemente deflagrados pelos *congêneres maranhense* (2075590) e *paulista* (2075660), contemplando itens análogos ao desta contratação. Aproveitamos os preços formulados nos dois certames, considerando os menores preços unitários por participante.

O **preço estimado perfaz R\$ 33.086,50** (trinta e três mil e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme demonstra planilha de estimativa (2075667, 2075668).

Em que pese estarmos diante de uma contratação de menor vulto, parece-nos que em razão da demanda que tramita sob o número 0002243-57.2022.6.05.8000, impõe-se aqui a realização de certame licitatório, de modo a evitar fracionamento indevido de despesas, sem prejuízo de melhor análise pelas instâncias competentes.

Disponibilizada planilha para publicação (2075675).

Pendente a divulgação do ETP e DOD, indisponível o site para atualização (2075700).

À **COGELIC**.



Documento assinado eletronicamente por **Marconni Rodrigues de Alcântara Santos, Chefe de Seção**, em 31/08/2022, às 09:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2075719** e o código CRC **D3B8751B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC

À SECONTA para classificação contábil e, simultaneamente, à SEPROG para informação da disponibilidade orçamentária.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho, Coordenador**, em 31/08/2022, às 10:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2075914** e o código CRC **5BE1448A**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2075914v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00/20XX

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro, designado pela **Portaria n.º XXX, de XXXXXXXX**, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **contratação de serviço de webconferência, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.**

Esta licitação, autorizada no **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, processo nº **0015909-28.2022.6.05.8000**, será regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019, e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: **xx.xx.20xx**

Hora: **xxh** (horário de Brasília/DF)

Pregoeiro: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

E-mail: **xxx@tre-ba.jus.br** . **Telefone:** **XXXXXXX**

Endereço Eletrônico: **www.gov.br/compras** (Portal de Compras do Governo Federal)

Código UASG: 70013

ADJUDICAÇÃO: por item.

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.

NOTA IMPORTANTE. As licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVI**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções aos licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Despesa e recursos orçamentários

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 33.086,50 (trinta e três mil e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)**, conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0029 - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”. **Natureza da Despesa: xxxxxxxx.**

Anexos

I – Termo de Referência

II – Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação

III – Minuta do Contrato

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de **serviço de webconferência**, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.
- 1.2. Havendo divergência entre as descrições do CATSER e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.
- 1.3. Esta licitação será exclusiva à participação de Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP).

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.
- 2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio www.gov.br/compras, para acesso ao Portal de Compras do Governo Federal.
- 2.3. O credenciamento da licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**.
- 2.4. Como requisito para participação no pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar, em campo próprio do Sistema, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2.5. Para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicam-se a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015.

2.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do Sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.7. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.8. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) empresário e sociedade empresária ou simples impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- e) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f) quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - f.1)** Considera-se “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de sociedade empresária ou simples em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h) empresário e sociedade empresária ou simples cuja inscrição, contrato social ou estatuto indique objeto que não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- i) empresário e sociedade empresária ou simples que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência;

i.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - k) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - l) empresário e sociedade empresária ou simples que não se enquadrem na condição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.
- 2.9. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
 - b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal), observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1. A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1.3. A licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar, nesse momento, a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **os valores unitário e total do item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no **Anexo I** deste Edital.

4.3. A **licitante** declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5. Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

4.5.1 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.6. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.7. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.8. A celebração do contrato após vencido o prazo estabelecido na **condição 4.6** importa em prorrogação da validade da proposta.

4.9. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o **Pregoeiro** abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

5.2. A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

5.4. A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

6.1. Após a abertura da sessão, o **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante**, importará a desclassificação da proposta.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- b) a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente.
- 7.3. Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.5. Nesta fase, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível. Caso a **licitante** não concorde com a exclusão do lance, poderá encaminhá-lo novamente.
- 7.6. No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às **licitantes** para a recepção dos lances, retornando o **Pregoeiro**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

- 7.8. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.
- 7.9. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 7.10. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:
- a) O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.
 - b) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 7.11. Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas a e b da condição 7.10**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- 7.12. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos das **alíneas a e b da condição 7.10**, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

encerramento deste prazo. Encerrado o prazo, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.13. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para as demais licitantes, seguindo o disposto na **condição 7.12**.

SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de envio de lances, havendo empate, será aplicado o direito de preferência estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, os critérios de desempate serão aplicados nos termos da **condição 8.1**,

8.2.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

SEÇÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Finalizada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** deverá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, observado, ainda, o valor estimado para a contratação e as disposições constantes das **condições 10.7 a 10.9** deste Edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

9.3. **Se necessário**, a licitante terá o prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta e/ou documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada etapa de negociação, o **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

10.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

10.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

10.7. Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, o **Pregoeiro** negociará com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço. **A presente análise será feita após a fase de lances.**

10.8. Ocorrendo a situação descrita na **condição 10.7** e caso a **licitante** não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

10.9. O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será fixo e irreajustável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado.

10.10. Havendo aceitação da proposta, o **Pregoeiro** irá avaliar as condições de habilitação da **licitante**.

SUBSEÇÃO I – REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

10.11. A licitante deverá ser uma revenda autorizada da *Zoom Video Communications* com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (*Zoom Certified Partners*): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner_type\[\]=reseller-partners&ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner_type[]=reseller-partners&ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa competitiva, bem como realizada a negociação e a aceitabilidade da melhor proposta, o **Pregoeiro** passará ao exame dos documentos que constam no sistema, devendo ser atendidas às seguintes exigências de habilitação:

11.1.1. Declaração da **licitante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).

11.1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, **para as licitantes que tiverem sua regularidade atestada pelos dados do SICAF.**

OBS. As declarações de que tratam as **condições 11.1.1 e 11.1.2** deverão ser apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

11.1.3. Habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

11.1.4. Regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

11.1.5. Regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.1.6. Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

a.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

11.2. As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, conforme § 2º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.3. A licitante deve atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF, a fim de que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta eletrônica, a respectiva documentação atualizada.

11.4. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

a) se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.5. No caso das alíneas da **condição 11.4**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

11.6. Caso a **licitante** pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 11.5**.

11.7. Para fins de habilitação, o **Pregoeiro** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019-

11.8. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

11.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

11.10. O **Pregoeiro** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

11.10.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

11.11. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.12. Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

11.12.1. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, serão encaminhados pela licitante mais bem classificada, exclusivamente via sistema, após o encerramento do envio de lances, observado o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, sob pena de inabilitação.

11.13. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação.

11.14. Ocorrendo a situação prevista na **condição 11.13**, a documentação solicitada deverá ser encaminhada para ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

11.15. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que haja alguma restrição.

11.16. Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.

11.17 O prazo acima indicado terá como termo inicial a data em que for concluída a habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

11.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 11.16**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, XXIII, da Lei n.º 10.520/02, para assinar o contrato, ou, ainda, revogar a licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

- 12.1.** Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.
- 12.2.** A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.
- 12.3.** Apresentada a intenção de interpor recurso, o Pregoeiro deverá verificar a presença dos requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), sem adentrar, neste momento, no mérito recursal.
- 12.4.** Presentes os requisitos recursais, o Pregoeiro aceitará a intenção do recurso, caso contrário, a rejeitará, motivadamente, em campo próprio do sistema.
- 12.5.** A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais **licitantes**, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.
- 12.6.** Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do processo (SEI) nº 0015909-28.2022.6.05.8000 franqueada aos interessados.
- 12.7.** O **Pregoeiro** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.
- 12.8.** As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.
- 12.9.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 13.1.** O objeto do presente Pregão será adjudicado, pelo **Pregoeiro**, à **licitante** vencedora.
- 13.2.** Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá homologar a licitação, determinando a consequente contratação.
- 13.3.** Havendo recurso submetido à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, esta, se decidir por seu improvimento, procederá, de logo, ao ato de adjudicação e à homologação do procedimento, após constatar sua regularidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO XIV – DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, nos termos da minuta constante do Anexo III, com cláusulas regidas pela Lei n.º 8.666/93, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

14.2. O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e no Termo de Referência.

14.3. É condição para a celebração do contrato a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

14.4. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação.

14.5. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

14.6. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido na **condição 14.4**, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002.

14.7. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

SEÇÃO XV – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

15.1. O serviço contratado será executado na forma estabelecida no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) não encaminhar a documentação exigida no certame ou encaminhar documentação falsa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho;
- h) recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou a receber ou retirar a nota de empenho;
- i) não executar o objeto licitado;
- j) retardar a execução do objeto licitado;
- k) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

16.2. Para os fins da **alínea “b”**, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

16.4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a **Portaria nº 308/2022**, da Presidência do TRE-BA.

16.5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

16.6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no **artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022**, da Presidência do TRE/BA.

16.7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 16.6 e 16.7**, será a licitante ou contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.

16.9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

16.10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

17.2. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

17.3. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

17.4. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

17.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

17.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, a licitante poderá formular consultas via e-mail@tre-ba.jus.br, informando o número deste Pregão.

18.2. Quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários poderão ser obtidos por intermédio do telefone (xx) xxxx-....., de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 19h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.3. Até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

18.4. A impugnação poderá ser enviada diretamente para o e-mail do Pregoeiro ou protocolada neste Tribunal, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 18h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.5. Caberá ao Pregoeiro manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão.

SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade no procedimento, ou revogada por motivos de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada.

19.2. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, localizada no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nos dias úteis, das 13h às 19h, de segunda a quinta, e de 8h às 13h, às sextas-feiras (HORA LOCAL), assim como na internet para download, nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras e www.tre-ba.jus.br.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente, salvo disposição em contrário, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

19.6. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, para apresentação de nova proposta ou nova documentação, escoimada das causas da desclassificação ou inabilitação.

19.7. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

19.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.8. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

19.9. Os ajustes celebrados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (contratos, atas de registro de preços, convênios etc.) poderão ser assinados digitalmente, preferencialmente, por meio de certificado digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

padrões definidos pela referida infraestrutura, consoante prescreve o art. 1º da Portaria nº 475/2017 da presidência do TRE-BA.

19.9.1. Cabe às partes contratantes arcar com eventuais custos de aquisição de certificações e equipamentos porventura necessários à formalização do ajuste por meio eletrônico ou digital.

19.10. Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18**.

19.10.1. Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, xx de xx de 20xx

Pregoeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/20XX

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de webconferência, pelo período de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA

A pandemia global do Novo Coronavírus declarado pela Organização Mundial da Saúde levou as autoridades públicas a decretarem restrições de contato social, o que implicou na necessidade de realização de trabalho remoto nas mais diversas organizações.

Findadas as restrições, percebeu-se que as soluções de digitalização dos serviços permitiram, por acabarem com necessidade de reunião de todos num único ambiente, ampliaram o alcance da comunicação entre os clientes e colaboradores, facilitando a vida de todos.

Diante desse fato, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia manteve o atendimento virtual, sobretudo na realização de audiências entre partes, sessões do plenário e realização ações de capacitação dos seus colaboradores.

Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE |
|------|--------|--|------------|
| 1 | 26077 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | 25 |

3.2 Para o provimento da função de webmeeting, o serviço deve possuir, no mínimo, os seguintes recursos:

- a)** Sem limite de quantidade de eventos remotos que poderão ser realizados por cada licença;
- b)** Sem limite de participantes com câmera ativa simultaneamente;
- c)** Possibilidade de exibir apenas participantes com câmera ligada;
- d)** Possibilidade de exibir, no mínimo, 20 (vinte) participantes ao mesmo tempo em uma mesma tela na versão desktop;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- e) Possibilidade de manter em destaque o participante que estiver falando;
- f) Sala de espera para o participante aguardar autorização para ingresso no evento;
- g) O ingresso de participantes ocorrer somente após o ingresso do anfitrião/organizador;
- h) Possibilidade de participação de até 300 (trezentas) pessoas por reunião;
- i) Possibilidade de o participante pedir a palavra por meio de uma ação ou ícone no ambiente da ferramenta e de o anfitrião/organizador controlar a ordem para fala;
- j) Possibilidade de os participantes baterem papo de forma privada e pública;
- k) Possibilidade de o anfitrião/organizador bloquear o bate papo privado ou público;
- l) Possibilidade de excluir participante;
- m) Possibilidade de desativar microfone e câmera de participante de modo que ele tenha que pedir permissão para reativar;
- n) Possibilidade de gravar os eventos, inclusive bate-papo, em nuvem e localmente;
- o) Possibilidade de compartilhar tela de apresentação;
- p) Possuir encriptação de dados nas comunicações;
- q) Possibilidade de encriptação de dados do cliente armazenados na nuvem, de modo que somente o cliente tenha acesso ao seu conteúdo;
- r) Possibilidade de uso de senha única de acesso a cada evento;
- s) Possibilidade de transmissão do evento ao vivo pelo canal do Contratante no Youtube;
- t) Possibilidade de divisão de uma reunião em sessões separadas para realização de atividades em grupos menores;
- u) Possibilidade de criação de canais de áudio independentes numa mesma reunião de modo que intérpretes possam traduzir eventos e os participantes possam escolher entre o áudio original e o traduzido.

4. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

- 4.1.** O fornecedor deverá habilitar as licenças em até **em até 5 (cinco) dias úteis** após a celebração do ajuste.
- 4.2.** O serviço deverá estar disponível em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano.

5. RECEBIMENTO DO SERVIÇO

- 5.1.** O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

b) Recebimento definitivo: no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

5.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

5.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o que foi pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para que providencie a reexecução do serviço no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.1.

5.5. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

5.6. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos serviços durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

6. HABILITAÇÃO

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1. Além daquelas previstas no edital, a licitante deverá comprovar o atendimento da seguinte habilitação:

a) Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners@ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners@ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b)** prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c)** efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência e do edital;
- d)** zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

e) solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- b) manter o serviço disponível e acessível conforme especificado no item 4.2.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

10. PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

10.1 A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente a entrega do objeto contratado – **1%, sobre o valor do serviço entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 30 (trinta) dias;**
- b) inexecução total – **20% sobre o valor total contratado.**

10.2. Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, a Administração poderá não receber os itens pendentes de entrega.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, § 1º, da Portaria nº 305/2019, do TRE/BA, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

11.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

a) Para valor igual ou inferior a R\$ 50.000,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura;

b) Para valor superior a R\$ 50.000,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura.

12.2. Condiciona-se o pagamento à:

a) Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;

b) Declaração da Fiscalização do Contrato de que a execução se deu conforme pactuado;

12.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

12.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.

13. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

13.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

a) Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

b) A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

14.1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

14.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

14.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/20XX

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

| RESULTADO DA ESTIMATIVA | | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | licença | 25 | R\$ 1.323,46 | R\$ 33.086,50 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/20XX

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA BAHIA, E A
EMPRESA

CONTRATO N.º 00/20XX

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral,, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXXXX**, telefone n.º (XX) **XXXXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob n.º **XXXXXXXXXXXX**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA**, albergado na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, resultante do Pregão n.º 00/20XX, consoante **Processo (SEI) n.º 0015909-28.2022.6.05.8000**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de **serviço de** webconferência, conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão n.º 00/20XX e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE CONTRATUAL

INSERIR TABELA COM ITENS CORRESPONDENTES

1. O valor total do presente contrato é de R\$ XXX,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).
2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

execução deste ajuste.

REAJUSTE

3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a **variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.**
4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.
5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.
6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento **xxxx. “xxxxxxxxx”**, vinculado à Ação **xxxxxxxxx – “xxxxxxxxxxxxx”**, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º **20XXNEXXXX**, em **xx** de **xxxxxxxxxxxxx** de 20XX.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. **A Contratante** obriga-se a:
 - a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
 - c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
- h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;
- i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.
5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:
 - a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - b) comportar-se de modo inidôneo;
 - c) fizer declaração falsa;
 - d) cometer fraude fiscal;
 - e) falhar ou fraudar na execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- f) não encaminhar documentação exigida no certame ou entregar documentação falsa;
 - g) não executar o objeto licitado;
 - h) retardar a execução do objeto licitado;
 - i) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.
2. Para os fins da alínea “b”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a **Portaria nº 308/2022**, da Presidência do TRE-BA.
5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.
6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no **artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022**, da Presidência do TRE/BA.
7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, observado o disposto nos **itens 6 e 7, desta Cláusula** a Contratada será intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.
9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.
10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.
2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão nº 00/20XX e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 20XX.

Diretor-Geral do TRE-BA

CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SELIC

1. Confeccionada a minuta de edital (2076378) conforme Termo de Referência disponibilizado (2066472), cabendo observar que, diferentemente do documento confeccionado pela unidade demandante, que caracteriza a exigência da licitante ser revendedor autorizado (tópico 6.1) como uma habilitação jurídica, entendemos que este se trata de item que deve ser inserido na seção "Da Aceitabilidade da Proposta".
2. Cabe destacar, também, que devido ao valor estimado da contratação, esta SELIC considerou a licitação como exclusiva para ME/EPP, cabendo ainda à SEAQUI a manifestação acerca da existência de ME/EPP na região.

Fernanda Neves Cardoso
Servidora Requisitada

De acordo.
À COGELIC.

Milena Austregésilo Herêda
Chefe da SELIC



Documento assinado eletronicamente por **Milena Austregésilo Herêda, Chefe de Seção**, em 31/08/2022, às 13:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Neves Cardoso, Servidor Requisitado**, em 31/08/2022, às 13:56, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2076381** e o código CRC **CAE34DA9**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC

Preliminarmente retorne à SEAQUI para manifestação, tendo em vista o suscitado pela SELIC.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho, Coordenador**, em 31/08/2022, às 14:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2076528** e o código CRC **28C7EB8C**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2076528v2



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores

Parâmetros da Consulta

CPF/CNPJ:

UF: Bahia

Município:

Linha de Fornecimento: Software como Serviço - SaaS

Porte da Empresa: Micro Empresa

Fornecedores

Feira de Santana

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|--|
| 25.350.337/0001-50 | VENITH CONSULTORIA E TECNOLOGIA EIRELI |

Ilhéus

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|--|
| 23.642.066/0001-80 | BIZYBOX DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E PUBLICIDADE LTDA |

Itagimirim

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|--|
| 10.593.149/0001-85 | DR WATSON INFORMATICA E PUBLICIDADE LTDA |

Jequié

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|--------------------------------------|
| 21.146.151/0001-22 | PARTNER TECNOLOGIA E ELETRICA EIRELI |

Lauro de Freitas

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|--|
| 29.285.725/0001-55 | ASTLAN ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA |
| 26.803.922/0001-20 | DENSOFT SOLUCOES EM SOFTWARE EIRELI |
| 43.409.782/0001-20 | LCM TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA |

Porto Seguro

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|-----------------------|
| 31.308.701/0001-16 | DENIS EKERMANN EIRELI |

Salvador

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|--|
| 08.751.616/0001-06 | COMPAC-TI INFORMATICA LTDA |
| 32.148.547/0001-25 | EX COMERCIO E SERVICOS LTDA |
| 29.367.510/0001-83 | GA SOFTWARE EIRELI |
| 37.156.730/0001-96 | ISRAEL DANTAS DA SILVA TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA |

Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores

Parâmetros da Consulta

CPF/CNPJ:

UF: Bahia

Município:

Linha de Fornecimento: Software como Serviço - SaaS

Porte da Empresa: Micro Empresa

Fornecedores

Salvador

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|--|
| 08.208.805/0001-37 | JRV SERVICOS LTDA |
| 47.563.855/0001-94 | MR MENEZES CONSULTORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA |
| 06.318.433/0001-76 | NORDESTE GREEN INFORMATICA EIRELI |
| 16.346.926/0001-73 | NOVA INFORMATICA EIRELI |
| 44.452.624/0001-15 | RAGTIME TECH LTDA |
| 05.490.565/0001-18 | REAL SINERGIA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI |
| 28.410.901/0001-70 | TOTAL SUPORTE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE TECNOLOGIA LIMITADA |

Vitória da Conquista

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|--------------------------|
| 19.460.654/0001-26 | FACILITA TECNOLOGIA LTDA |



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores

Parâmetros da Consulta

CPF/CNPJ:

UF: **Bahia**

Município:

Linha de Fornecimento: **Software como Serviço - SaaS**

Porte da Empresa: **Empresa de Pequeno Porte**

Fornecedores

Feira de Santana

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|--|
| 19.885.476/0001-85 | M FERREIRA MENEZES |
| 03.342.712/0001-87 | TECNOTRENDS SERVICOS DE INFORMATICA LTDA |

Lauro de Freitas

| CPF/CNPJ: | Nome/Razão Social |
|--------------------|--|
| 32.226.074/0001-37 | STARTAPP DESENVOLVIMENTO E MANUTENCAO DE SOFTWARE LTDA |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INFORMAÇÃO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SEAQUI

Em cumprimento a determinação da COGELIC, foi providenciada a divulgação do ETP e DOD no [site](#) do Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **Marconni Rodrigues de Alcântara Santos, Chefe de Seção**, em 31/08/2022, às 14:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2076610** e o código CRC **BD3A458B**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2076610v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SEAQUI

Em atenção ao suscitado pela SELIC, complementamos nosso relato anterior, para observar que embora **os certames identificados na pesquisa de preços não tenham sido lançados exclusivamente** às micro e pequenas empresas, eis que **apenas um dos participantes não se enquadra** como tal, algo que pode ser visualizado nas atas dos pregões (2075590, 2075660).

Em consulta ao *link* indicado no tópico 6.1 do TR, porém, parece-nos que **apenas a Wetalk e a Konvergente, que figuram na lista, estariam enquadradas**; a *XP On*, também identificada na relação, não se enquadra como micro ou pequena empresa, sendo a única dentre as que participaram dos pregões dos Regionais de Maranhão e de São Paulo de porte diverso daquele amparado pelo Estatuto da Microempresa.

Juntamos aos autos pesquisa ao SICAF (2076546), em que demonstramos a existência de empresas do segmento no Estado, **malgrado não tenhamos identificado neste rol nenhum dos fornecedores listados no link já mencionado**.

Com estas informações, submetemos à apreciação.

À COGELIC.



Documento assinado eletronicamente por **Marconni Rodrigues de Alcântara Santos, Chefe de Seção**, em 31/08/2022, às 14:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2076611** e o código CRC **17F74159**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INFORMAÇÃO - PRE/DG/SOF/COFIC/SECONTA

A despesa em tela deve ser classificada nas seguintes contas contábeis:

3.33.90.40.19 - COMPUTACAO EM NUVEM - SOFTWARE COMO SERVICO (SAAS)

A Variação Patrimonial Diminutiva corresponde a :

332310100 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS

À SEPROG, para informar a disponibilidade orçamentária.

HELDER IMPROTA

Estagiário da Seção de Contabilidade Analítica

FLÁVIA PRIMO

Chefe da Seção de Contabilidade Analítica



Documento assinado eletronicamente por **Helder Improta de Andrade, Estagiário**, em 31/08/2022, às 15:20, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Maria Almeida Primo, Analista Judiciário**, em 31/08/2022, às 16:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2076634** e o código CRC **E1256859**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INFORMAÇÃO - PRE/DG/SOF/COORC/SEPROG

SEI N.º 0015909-28.2022.6.05.8000

Assunto: **Serviço de Webconferência**

1. Trata-se de solicitação acerca da disponibilidade orçamentária para o atendimento de despesa com contratação de Serviço de Webconferência, por 12 meses, conforme documentos n.º 2066472 (TR) e 2075719 (relatório SEAQUI).

2. Há disponibilidade orçamentária para o atendimento da despesa que, uma vez autorizada, será realizada nos seguintes moldes:

| | |
|--------------------|--|
| Programa | 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário |
| Ação | 02.122.0033.20GP.0029 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado da Bahia |
| Plano Orçamentário | 0001 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa |
| UGR/FONTE | 70065-STI55/0100 |
| Conta Orçamentária | 3.3.3.90.40.19- "Computação em Nuvem - Software como Serviço (SAAS) |
| Valor (R\$) | R\$33.086,50 |
| Plano Interno (PI) | TIC ARMDAD |

3. Para assegurar a reserva orçamentária no SIAFI, foi emitido o Pré-Empenho, por meio do documento **2022PE000856**.

4. É o que informo.

Salvador, 31 de agosto de 2022.

Simone dos Reis Pinheiro
Técnico Judiciário

De acordo.

À COORC, para apreciação e, posteriormente, à ASJUR1.

Virgínia Maria Souza de Carvalho
Chefe da SEPROG



Documento assinado eletronicamente por **Virgínia Maria Souza de Carvalho Moura, Chefe de Seção**, em 01/09/2022, às 11:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone dos Reis Pinheiro, Técnico Judiciário**, em 01/09/2022, às 11:40, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2077420** e o código CRC **E028782E**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2077420v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC

À ASJUR1 para análise.

Cumprе ressaltar que, consoante registrado no ETP (doc. 2049884), as licenças atualmente disponíveis neste Tribunal expirarão em 15/09/2022, o que demanda a conclusão da nova contratação com a maior brevidade possível.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho, Coordenador**, em 01/09/2022, às 11:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2078591** e o código CRC **4F7C0944**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2078591v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SOF/COORC

De acordo com a disponibilidade de crédito, nas especificações orçamentárias e valor informados pela SEPROG (2077420), para atender à despesa a contratação de contratação de Serviço de Webconferência.

À ASJUR

Andréia Machado

Coordenadora de Orçamento



Documento assinado eletronicamente por **Andréia Martins Machado, Coordenador**, em 01/09/2022, às 12:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2078725** e o código CRC **A19426C4**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2078725v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0015909-28.2022.6.05.8000
INTERESSADO : MARCO ANTÔNIO VÍDERO VIEIRA SANTOS
ASSUNTO : Licitação - serviço de webconferência - Zoom - 12 meses

PARECER nº 119 / 2022 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam a essa Assessoria Jurídica os autos relacionados ao procedimento de licitação que visa à contratação do serviço de *webconferência*, conforme especificações lançadas no Termo de Referência (doc. nº 2066472).

1.1. Pretende-se a aquisição de **25 (vinte e cinco) assinaturas do software Zoom Meetings** - Plano CORPORATIVO (*Business*), para prestação do serviço pelo período de 12 (doze) meses (anualidade).

1.2. Para justificar a escolha do mencionado software, dos Estudos Técnicos Preliminares consta que *"A solução apresentada representa a manutenção do serviço em uso no Tribunal, garantindo assim, uma continuidade da prestação dos serviços jurisdicionais sem impactos para os usuários e equipes de suporte, que já estão ambientados com a solução, nem para a sociedade. Diante do exposto, concluímos que a solução que melhor atende às necessidades do Tribunal é a manutenção da ferramenta Zoom Meetings como solução de webconferência."*

2. Consta do processo, além do TR, o TAP (doc. nº 2066195).

3. A SGA informou que a contratação foi prevista no PLANCONT 2022 e que os Estudos Técnicos Preliminares (doc. nº 2049884) foram aprovados pelo CGovTIC (doc. nº 2061084) no SEI nº 0006049-03.2022.6.05.8000. O DOD (doc. nº 2025348) também foi anexado naqueles autos.

4. No que tange à justificativa para a contratação, foi consignado o seguinte:

"A pandemia global do Novo Coronavírus declarado pela Organização Mundial da Saúde levou as autoridades públicas a decretarem restrições de contato social, o que implicou na necessidade de realização de trabalho remoto nas mais diversas organizações.

Findadas as restrições, percebeu-se que as soluções de digitalização dos serviços permitiram, por acabarem com necessidade de reunião de todos num único ambiente, ampliaram o alcance da comunicação entre os clientes e colaboradores, facilitando a vida de todos.

Diante desse fato, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia manteve o atendimento virtual, sobretudo na realização de audiências entre partes, sessões do plenário e realização ações de capacitação dos seus colaboradores.

Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual terá sua vigência encerrada em 15/09/2022."

5. As informações relativas à estimativa de preços foram anexadas aos autos pela SEAQUI (doc. nº 2075719), sendo que o preço estimado da contratação perfaz o valor total de R\$ 33.086,50 (trinta e três mil e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme planilha juntada no documento nº 2075667.

5.1. Para compor a estimativa foram aproveitados os menores preços unitários por participante lançados em certames deflagrados recentemente pelos *congêneres maranhense* (doc. nº 2075590) e *paulista* (doc. nº 2075660), os quais contemplavam itens análogos ao desta contratação.

5.2. Neste aspecto, em razão do valor estimado da contratação, o qual pelas regras da Lei Complementar nº 123/2006, deve ser restrito à participação de ME/EPP's, em face, ainda do que dispõe o **tópico 6.1 do TR** (Ser uma revenda autorizada da *Zoom Video Communications* com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais), a SEAQUI pontuou que os certames dos quais foram coletados os preços que compuseram a estimativa foram abertos à ampla concorrência, sendo que apenas duas empresas participantes seriam revendas autorizadas e enquadradas como ME/EPP e a outra participante não se enquadraria na condição (doc. nº 2076611).

5.3. Em face do valor estimado da contratação, anexou-se pesquisa no SICAF de micro e pequenas empresas aptas a prestarem os serviços na região (doc. nº 2076546).

6. Indo os autos à SELIC, a unidade juntou minuta de Edital (doc. nº 2076378) e registrou que fez adequações no TR, nos seguintes termos (doc. nº 2076381):

"(...) cabendo observar que, diferentemente do documento confeccionado pela unidade demandante, que caracteriza a emergência da licitante ser revendedor autorizado (tópico

6.1) como uma habilitação jurídica, entendemos que este se trata de item que deve ser inserido na seção "Da Aceitabilidade da Proposta".

7. A SEPROG informou que há disponibilidade orçamentária para fazer frente à despesa (doc. nº 2077420).

É o breve relatório.

8. Inicialmente, observamos que, nos termos do que dispõe o art. 2, §4º da Instrução Normativa nº 01, de 18 de fevereiro de 2021, da Diretoria-Geral deste Tribunal, em face da natureza do objeto, o qual se relaciona à Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), sem prejuízo de previsão no PLANCONT, o planejamento da contratação observou normativo próprio (Manual de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação[1]).

8.1. Ressalte-se que os Estudos Técnicos Preliminares foram aprovados, por unanimidade, pelo CGovTIC (doc. nº 2061084).

9. No que tange à modalidade de licitação, em face do objeto a ser licitado enquadrar-se na definição de serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais no mercado, mostra-se adequada a opção pelo pregão, na forma eletrônica, nos termos do disposto nos artigos 1º, parágrafo único, e 2º, § 1º, da Lei nº 10.520/2002 e no art. 1º do Decreto 10.024/2019.

10. Quanto à pesquisa de preços, vislumbramos que a unidade competente a elaborou pautando-se nas regras dispostas na Portaria nº 97/2019/TRE-BA, aproveitando os preços coletados em certames realizados pelos TRE's do Maranhão e de São Paulo, consoante determina o art. 2º do mencionado normativo.

10.1. Diante da restrição constante do **tópico 6.1 do TR** (Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications), entendemos pertinentes os apontamentos feitos pela SEAQUI, em face do que dispõe a Lei Complementar nº 123/2006 (doc. nº 2076611), já que podem repercutir no andamento do certame.

11. Passando à análise do Termo de Referência (doc. nº 2066472), tecemos as seguintes considerações:

11.1. No que se refere à exigência prevista no tópico 6.1 do TR (revenda autorizada), uma vez que os Estudos Técnicos Preliminares não enfrentaram os desdobramentos dessa exigência, em se tratando de requisito apto a impactar a competitividade do certame, faz-se necessário que reste devidamente justificada sua previsão no TR.

11.2. Reiteramos o quanto foi colocado por esta unidade de assessoramento em situações nas quais se exigiu que o fornecedor fosse revendedor autorizado, consoante Parecer nº 451/2022 (doc. nº 1985568) e Parecer nº 457/2022 (doc. nº 1988215). Transcrevemos o trecho a seguir:

(...) 10.3.1. Nesse contexto, convém registrar que o TCU recomenda que seja evitada a exigência indevida de credenciamento da contratada junto ao fabricante da solução como requisito de habilitação, o que potencialmente contribui para reduzir o caráter competitivo do certame, à medida que afasta empresas não parceiras do fabricante, além de ter se mostrado desnecessária para a execução dos serviços contratados². Assim, a medida somente tem sido autorizada em casos excepcionais, quando necessária à execução do objeto contratual, situação que deverá ser adequadamente justificada de forma expressa e pública³. Ademais, há casos em que o próprio fabricante não obriga que seus parceiros sejam contratados para a prestação de serviços de implantação, sustentação e melhorias de suas soluções⁴.

10.3.2. Saliente-se que a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), em seu art. 41, autoriza de forma expressa, porém excepcionalmente, a exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, para as contratações de fornecimento de bens.

10.3.3. Assim, na esteira do entendimento firmado pela Corte de Contas, cabe à SEINFRA avaliar a pertinência e, se for o caso, justificar de forma fundamentada a adoção da medida, e para quais itens, promovendo as devidas adequações no TR.

10.3.4. Em se concluindo pela manutenção, a comprovação de ser revenda autorizada do fabricante deverá ser prevista como requisito de aceitação da proposta."

11.3. Assim, em linha com o entendimento firmado pelo TCU, e nos moldes então propostos nos mencionados opinativos, reiteramos que a SEMIN avalie a pertinência e, se for o caso, justifique de forma fundamentada a necessidade da exigência.

11.4. Convém destacar que disposição semelhante (revendedor autorizado) foi objeto de questionamentos nos autos do SEI 0002243-57.2022.6.05.8000, consoante documentos nº 2049496 e nº 2049502 e que, diante da urgência em licitar, face a eminência de expiração da contratação anterior, a ocorrer em 15/09/2022 (doc. nº 2059863), deve-se avaliar o impacto da sua manutenção.

11.5. Além disso, se ficar demonstrada a imprescindibilidade da previsão, entendemos pertinente que a unidade demandante pesquise junto ao o mercado fornecedor a existência de empresas classificadas como ME/ EPPs,

cadastradas como revendas autorizadas, aptas a prestarem o serviço, de modo a embasar à abertura do certame à ampla concorrência, se for o caso.

11.6. Compete-nos registrar, ainda, que optando-se pela manutenção da exigência descrita no **Tópico 6.1, "a"**, concordamos com a SELIC no sentido de que, não se trata de habilitação jurídica. A nosso ver, o dispositivo consiste em requisito de aceitação da proposta, já que para o quesito habilitação, em sentido restrito, não se pode exigir outros documentos senão aqueles elencados na lei. Recomendamos, portanto, que a redação do referido dispositivo, seja adequada da seguinte maneira:

6. REQUISITO DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Além dos requisitos previstos no edital, a licitante deverá comprovar tratar-se de revenda autorizada da *Zoom Video Communications*, com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao site de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): <https://partner.zoom.us/partner->

11.7. Ademais, no **Tópico 10.1, "a"**, **face a natureza do objeto**, deve-se substituir o trecho "a entrega do objeto contratado", por "o início da prestação do serviço".

11.8. No **Tópico 10.2**, onde se lê: "os itens pendentes de entrega", leia-se: "o serviço contratado".

11.9. No **Tópico 11.1** deve-se substituir o trecho "artigo 26, § 1º, da Portaria nº 305/2019, do TRE/BA" por "artigo 23, inciso I da Portaria nº 308/2022".

11.10. No **Tópico 12.1 alíneas "a" e "b"** deve-se substituir o valor de R\$ 50.000,00 por R\$ 17.600,00, uma vez que a licitação será regida pela Lei 8.666/93.

11.11. Deve ser incluída, também, disciplina relativa à vedação da participação de consórcio, nos moldes do modelo disponibilizado na pasta pública da SELIC [2].

12. Quanto à minuta do Edital (doc. nº 2076378) não indicamos reparos [3], devendo apenas refletir as alterações indicada para o TR.

13. Por fim, após serem efetuados os ajustes sugeridos, uma vez que já informada a disponibilidade orçamentária para fazer frente à despesa, a documentação encartada estará apta à produção dos efeitos jurídicos almejados.

É o parecer, sub censura.

https://www.tre-ba.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/governanca-e-gestao-de-tic/arquivos-contratacoes-de-tic/Manual-de-contratacao-de-solucoes-de-tic/@download/file/Manual%20de%20Contrata%C3%A7%C3%A3o%20de%20Solu%C3%A7%C3%B5es%20de%20TIC%20do%20TREBA%20-%20Vers%C3%A3o%201.2.pdf

[2] <http://repositorio.tre-ba.jus.br/share/page/context/shared/document-details?nodeRef=workspace://SpacesStore/e4de947e-cac4-461a-8b39-1752744d3da4>

[3] Entendemos que compete à SELIC definir em qual disposição edilícia constará o requisito de habilitação lançado pela unidade demandante, portanto, nada obsta que a exigência de tratar-se de revenda autorizada, seja mantida como condição para aceitabilidade da proposta, conforme fez a SELIC [3].



Documento assinado eletronicamente por **Vivienne Silva Lamenha Lins Dantas**, **Técnico Judiciário**, em 03/09/2022, às 15:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2082881** e o código CRC **117A0507**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASJUR1

De acordo com o parecer.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 03/09/2022, às 15:05, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2083136** e o código CRC **46B73CF6**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2083136v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASSED

Em consonância com o Parecer n.º 119/2022 da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1, documento n.º 2082881, encaminhe-se à STI, para manifestação e ajustes no termo de referência, consoante trecho em destaque:

8. Inicialmente, observamos que, nos termos do que dispõe o art. 2, §4º da Instrução Normativa nº 01, de 18 de fevereiro de 2021, da Diretoria-Geral deste Tribunal, em face da natureza do objeto, o qual se relaciona à Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), sem prejuízo de previsão no PLANCONT, o planejamento da contratação observou normativo próprio (Manual de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação[1]).

8.1. Ressalte-se que os Estudos Técnicos Preliminares foram aprovados, por unanimidade, pelo CGovTIC (doc. nº 2061084).

9. No que tange à modalidade de licitação, em face do objeto a ser licitado enquadrar-se na definição de serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no instrumento convocatório, por meio de especificações usuais no mercado, mostra-se adequada a opção pelo pregão, na forma eletrônica, nos termos do disposto nos artigos 1º, parágrafo único, e 2º, § 1º, da Lei nº 10.520/2002 e no art. 1º do Decreto 10.024/2019.

10. Quanto à pesquisa de preços, vislumbramos que a unidade competente a elaborou pautando-se nas regras dispostas na Portaria nº 97/2019/TRE-BA, aproveitando os preços coletados em certames realizados pelos TRE's do Maranhão e de São Paulo, consoante determina o art. 2º do mencionado normativo.

10.1. Diante da restrição constante do **tópico 6.1 do TR** (Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications), entendemos pertinentes os apontamentos feitos pela SEAQUI, em face do que dispõe a Lei Complementar nº 123/2006 (doc. nº 2076611), já que podem repercutir no andamento do certame.

11. Passando à análise do Termo de Referência (doc. nº 2066472), tecemos as seguintes considerações:

11.1. No que se refere à exigência prevista no tópico 6.1 do TR (revenda autorizada), uma vez que os Estudos Técnicos Preliminares não enfrentaram os desdobramentos dessa exigência, em se tratando de requisito apto a impactar a competitividade do certame, faz-se necessário que reste devidamente

justificada sua previsão no TR.

11.2. Reiteramos o quanto foi colocado por esta unidade de assessoramento em situações nas quais se exigiu que o fornecedor fosse revendedor autorizado, consoante Parecer nº 451/2022 (doc. nº 1985568) e Parecer nº 457/2022 (doc. nº 1988215). Transcrevemos o trecho a seguir:

(...) 10.3.1. Nesse contexto, convém registrar que o TCU recomenda que seja evitada a exigência indevida de credenciamento da contratada junto ao fabricante da solução como requisito de habilitação, o que potencialmente contribui para reduzir o caráter competitivo do certame, à medida que afasta empresas não parceiras do fabricante, além de ter se mostrado desnecessária para a execução dos serviços contratados². Assim, a medida somente tem sido autorizada em casos excepcionais, quando necessária à execução do objeto contratual, situação que deverá ser adequadamente justificada de forma expressa e pública³. Ademais, há casos em que o próprio fabricante não obriga que seus parceiros sejam contratados para a prestação de serviços de implantação, sustentação e melhorias de suas soluções⁴.

10.3.2. Saliente-se que a nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), em seu art. 41, autoriza de forma expressa, porém excepcionalmente, a exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, para as contratações de fornecimento de bens.

10.3.3. Assim, na esteira do entendimento firmado pela Corte de Contas, cabe à SEINFRA avaliar a pertinência e, se for o caso, justificar de forma fundamentada a adoção da medida, e para quais itens, promovendo as devidas adequações no TR.

10.3.4. Em se concluindo pela manutenção, a comprovação de ser revenda autorizada do fabricante deverá ser prevista como requisito de aceitação da proposta.”

11.3. Assim, em linha com o entendimento firmado pelo TCU, e nos moldes então propostos nos mencionados opinativos, reiteramos que a SEMIN avalie a pertinência e, se for o caso, justifique de forma fundamentada a necessidade da exigência.

11.4. Convém destacar que disposição semelhante (revendedor autorizado) foi objeto de questionamentos nos autos do SEI 0002243-57.2022.6.05.8000, consoante documentos nº 2049496 e nº 2049502 e que, diante da urgência em licitar, face a eminência de expiração da contratação anterior, a ocorrer em 15/09/2022 (doc. nº 2059863), deve-se avaliar o impacto da sua manutenção.

11.5. Além disso, se ficar demonstrada a imprescindibilidade da previsão, entendemos pertinente que a unidade demandante pesquise junto ao o mercado fornecedor a existência de empresas classificas como ME/ EPPs, cadastradas como revendas autorizadas, aptas a prestarem o serviço, de

modo a embasar à abertura do certame à ampla concorrência, se for o caso.

11.6. Compete-nos registrar, ainda, que optando-se pela manutenção da exigência descrita no **Tópico 6.1, "a"**, concordamos com a SELIC no sentido de que, não se trata de habilitação jurídica. A nosso ver, o dispositivo consiste em requisito de aceitação da proposta, já que para o quesito habilitação, em sentido restrito, não se pode exigir outros documentos senão aqueles elencados na lei. Recomendamos, portanto, que a redação do referido dispositivo, seja adequada da seguinte maneira:

6. REQUISITO DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Além dos requisitos previstos no edital, a licitante deverá comprovar tratar-se de revenda autorizada da *Zoom Video Communications*, com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): <https://partner.zoom.us/partner->

11.7. Ademais, no **Tópico 10.1, "a"**, **face a natureza do objeto**, deve-se substituir o trecho "a entrega do objeto contratado", por "o início da prestação do serviço".

11.8. No **Tópico 10.2**, onde se lê: "os itens pendentes de entrega", leia-se: "o serviço contratado".

11.9. No **Tópico 11.1** deve-se substituir o trecho "artigo 26, § 1º, da Portaria nº 305/2019, do TRE/BA" por "artigo 23, inciso I da Portaria nº 308/2022".

11.10. No **Tópico 12.1 alíneas "a" e "b"** deve-se substituir o valor de R\$ 50.000,00 por R\$ 17.600,00, uma vez que a licitação será regida pela Lei 8.666/93.

11.11. Deve ser incluída, também, disciplina relativa à vedação da participação de consórcio, nos moldes do modelo disponibilizado na pasta pública da SELIC[2].

Em seguida, à SGA, para adequar a minuta de edital, com vistas a refletir as alterações realizadas no termo de referência e adotar demais providências.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 03/09/2022, às 15:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2083186** e o código CRC **F86400AE**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/STI

À COSUP/SEMIN,

Para análise das considerações no Parecer ASJUR (Doc. 2082881),
procedendo aos ajustes no Termo de Referência que entender necessários, com a
urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Cavalcanti e Cavalcante, Secretário**, em 03/09/2022, às 16:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2083254** e o código CRC **8F7C3252**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2083254v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/STI/COSUP

À SEINFRA,

Para análise das considerações no Parecer ASJUR (Doc. 2082881),
procedendo aos ajustes no Termo de Referência que entender necessários, com a
urgência que o caso requer.



Documento assinado eletronicamente por **André Anton Hadad, Coordenador**, em
05/09/2022, às 12:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar>
informando o código verificador **2084265** e o código CRC **2D6D2BC0**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2084265v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de webconferência, pelo período de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA

A pandemia global do Novo Coronavírus declarado pela Organização Mundial da Saúde levou as autoridades públicas a decretarem restrições de contato social, o que implicou na necessidade de realização de trabalho remoto nas mais diversas organizações.

Findadas as restrições, percebeu-se que as soluções de digitalização dos serviços permitiram, por acabarem com necessidade de reunião de todos num único ambiente, ampliaram o alcance da comunicação entre os clientes e colaboradores, facilitando a vida de todos.

Diante desse fato, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia manteve o atendimento virtual, sobretudo na realização de audiências entre partes, sessões do plenário e realização ações de capacitação dos seus colaboradores.

Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE |
|------|--------|---|------------|
| 1 | 26077 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | 25 |

Para o provimento da função de webmeeting, o serviço deve possuir, no mínimo, os seguintes recursos:

- a)** Sem limite de quantidade de eventos remotos que poderão ser realizados por cada licença;
- b)** Sem limite de participantes com câmera ativa simultaneamente;
- c)** Possibilidade de exibir apenas participantes com câmera ligada;

- d)** Possibilidade de exibir, no mínimo, 20 (vinte) participantes ao mesmo tempo em uma mesma tela na versão desktop;
- e)** Possibilidade de manter em destaque o participante que estiver falando;
- f)** Sala de espera para o participante aguardar autorização para ingresso no evento;
- g)** O ingresso de participantes ocorrer somente após o ingresso do anfitrião/organizador;
- h)** Possibilidade de participação de até 300 (trezentas) pessoas por reunião;
- i)** Possibilidade de o participante pedir a palavra por meio de uma ação ou ícone no ambiente da ferramenta e de o anfitrião/organizador controlar a ordem para fala;
- j)** Possibilidade de os participantes baterem papo de forma privada e pública;
- k)** Possibilidade de o anfitrião/organizador bloquear o bate papo privado ou público;
- l)** Possibilidade de excluir participante;
- m)** Possibilidade de desativar microfone e câmera de participante de modo que ele tenha que pedir permissão para reativar;
- n)** Possibilidade de gravar os eventos, inclusive bate-papo, em nuvem e localmente;
- o)** Possibilidade de compartilhar tela de apresentação;
- p)** Possuir encriptação de dados nas comunicações;
- q)** Possibilidade de encriptação de dados do cliente armazenados na nuvem, de modo que somente o cliente tenha acesso ao seu conteúdo;
- r)** Possibilidade de uso de senha única de acesso a cada evento;
- s)** Possibilidade de transmissão do evento ao vivo pelo canal do Contratante no Youtube;
- t)** Possibilidade de divisão de uma reunião em sessões separadas para realização de atividades em grupos menores;
- u)** Possibilidade de criação de canais de áudio independentes numa mesma reunião de modo que intérpretes possam traduzir eventos e os participantes possam escolher entre o áudio original e o traduzido.

4. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecedor deverá habilitar as licenças em até **em até 5 (cinco) dias úteis** após a celebração do ajuste.

4.2. O serviço deverá estar disponível em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano.

5. RECEBIMENTO DO SERVIÇO

5.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

5.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

5.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o que foi pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para que providencie a reexecução do serviço no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.1.

5.5. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

5.6. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos serviços durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

6. REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Além daquelas previstas no edital, a licitante deverá comprovar Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência e do edital;

d) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

e) solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;

b) manter o serviço disponível e acessível conforme especificado no item 4.2.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

10. PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

10.1 A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

a) atrasar injustificadamente o início da prestação do serviço – **1%, sobre o valor do serviço entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 30 (trinta) dias;**

b) inexecução total – **20% sobre o valor total contratado.**

10.2. Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, a Administração poderá não receber o serviço contratado.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 23, inciso I da Portaria nº 308/2022, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

11.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante

depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

a) Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura;

b) Para valor superior a R\$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura.

12.2. Condiciona-se o pagamento à:

a) Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;

b) Declaração da Fiscalização do Contrato de que a execução se deu conforme pactuado;

12.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

12.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.

13. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

13.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

a) Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

b) A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) - LEI 13709/18

14.1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu

descarte de forma segura.

14.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

14.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

15.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que a Contratada deve ser capaz de interagir junto ao fabricante e acioná-lo diretamente para atender com agilidade eventuais demandas de suporte por parte do TRE-BA. Somente revendedores parceiros autorizados do fabricante têm capacidade para acessar as contas registradas na plataforma de videoconferência bem como seus arquivos, sendo portanto os únicos autorizados pelo fabricante a prestar este suporte especializado.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Costa de Menezes, Técnico Judiciário**, em 05/09/2022, às 16:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2084871** e o código CRC **04819AF7**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/STI/COSINF/SEINFRA

Em atendimento à determinação solicitação da STI (DOC SEI nº 2083254), realizamos a alteração do Termo de Referência, ver documento TERMO DE REFERÊNCIA (SEI nº 2084871), de modo a atender às recomendações do PARECER 119 (SEI nº 2082881), bem como prestar os esclarecimentos necessários:

11.3. Assim, em linha com o entendimento firmado pelo TCU, e nos moldes então propostos nos mencionados opinativos, reiteramos que a SEMIN avalie a pertinência e, se for o caso, justifique de forma fundamentada a necessidade da exigência.

Avaliamos a pertinência e mantivemos a exigência de comprovação da condição de revendedor autorizado do fabricante, vez que não se trata de uma aquisição de software "de prateleira" mas sim da subscrição de assinaturas de serviço que, a princípio, assim como está sendo feito na presente contratação, será renovada pelo Tribunal nos exercícios subsequentes. Dessa forma, somente uma revenda autorizada é capaz de garantir a validade da assinatura junto ao fabricante e manter esta continuidade na prestação dos serviços sem que haja perdas para o Tribunal, a exemplo do que ocorreu com a contratação da plataforma ZOOM de forma independente, levando à perda de todas as configurações, contas e arquivos do Tribunal quando foi feita a contratação seguinte, desta vez via revenda autorizada.

11.5. Além disso, se ficar demonstrada a imprescindibilidade da previsão, entendemos pertinente que a unidade demandante pesquise junto ao mercado fornecedor a existência de empresas classificadas como ME/ EPPs, cadastradas como revendas autorizadas, aptas a prestarem o serviço, de modo a embasar à abertura do certame à ampla concorrência, se for o caso.

De início, identificamos que dentre os revendedores parceiros autorizados que podem ser consultados no endereço [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil) existem listadas 24 revendas parceiras autorizadas, sendo pelo menos 5 delas enquadradas como ME/EPP, quais sejam: Videobrax, Konvergente, 1 Team Cloud (Witec), MC Digital e Websia.

11.6. Compete-nos registrar, ainda, que optando-se pela manutenção da exigência descrita no Tópico 6.1, "a", concordamos com a SELIC no sentido de que, não se trata de habilitação jurídica. A nosso ver, o dispositivo consiste em requisito de aceitação da proposta, já que para o quesito habilitação, em sentido restrito, não se pode exigir outros documentos senão aqueles elencados na lei. Recomendamos, portanto, que a redação do referido dispositivo, seja adequada da seguinte maneira:

Foi feita a adequação recomendada.

11.7. Ademais, no Tópico 10.1, "a", face a natureza do objeto, deve-se substituir o trecho " a entrega do objeto contratado", por "o início da prestação do serviço".

Foi feita a adequação recomendada.

11.8. No Tópico 10.2, onde se lê: "os itens pendentes de entrega", leia-se: "o serviço contratado".

Foi feita a adequação recomendada.

11.9. No Tópico 11.1 deve-se substituir o trecho "artigo 26, § 1º, da Portaria nº 305/2019, do TRE/BA" por "artigo 23, inciso I da Portaria nº 308/2022".

Foi feita a adequação recomendada.

11.10. No Tópico 12.1 alíneas "a" e "b" deve-se substituir o valor de R\$ 50.000,00 por R\$ 17.600,00, uma vez que a licitação será regida pela Lei 8.666/93.

Foi feita a adequação recomendada.

11.11. Deve ser incluída, também, disciplina relativa à vedação da participação de consórcio, nos moldes do modelo disponibilizado na pasta pública da SELIC.

Incluída a disciplina relativa à vedação da participação de consórcio no Certame, uma vez que a Contratada deve ser capaz de interagir junto ao fabricante e acioná-lo diretamente para atender com agilidade eventuais demandas de suporte por parte do TRE-BA. Somente revendedores parceiros autorizados do fabricante têm capacidade para acessar as contas registradas na plataforma de videoconferência bem como seus arquivos, sendo portanto os únicos autorizados pelo fabricante a prestar este suporte especializado.

À COSUP.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Costa de Menezes, Técnico Judiciário**, em 05/09/2022, às 17:07, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2085150** e o código CRC **274A6152**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/STI/COSUP

À STI, com novo Termo de Referência (2084871).



Documento assinado eletronicamente por **André Anton Hadad, Coordenador**, em 05/09/2022, às 17:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2085266** e o código CRC **77144FE5**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2085266v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/STI

À SGA,

Para conhecimento e providências, conforme despacho da SEINFRA, com o novo Termo de Referência (2084871), com a urgência que o caso requer.

Atenciosamente,

ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Cavalcanti e Cavalcante**, **Secretário**, em 05/09/2022, às 17:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2085288** e o código CRC **80B4B0B5**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2085288v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA

Diante do quanto determinado na parte final do doc. n.º 2083186, à **COGELIC** para juntar minuta de edital adequada.

Antônio Moisés Almeida Braga
Secretário de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Moisés Almeida Braga**, **Secretário**, em 05/09/2022, às 18:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2085437** e o código CRC **41CE0089**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2085437v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC

À SELIC para ajustar a minuta do edital, voltando com urgência.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho, Coordenador**, em 05/09/2022, às 19:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2085638** e o código CRC **ACE62539**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2085638v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00/20XX

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro, designado pela **Portaria n.º XXX, de XXXXXXXX**, torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para **contratação de serviço de webconferência**.

Esta licitação, autorizada no **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**, processo nº **0015909-28.2022.6.05.8000**, será regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019, e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: **xx.xx.20xx**

Hora: **xxh** (horário de Brasília/DF)

Pregoeiro: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

E-mail: **xxx@tre-ba.jus.br** . **Telefone:** **XXXXXXX**

Endereço Eletrônico: **www.gov.br/compras** (Portal de Compras do Governo Federal)

Código UASG: 70013

ADJUDICAÇÃO: por item.

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.

NOTA IMPORTANTE. As licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVI**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções aos licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Despesa e recursos orçamentários

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 33.086,50 (trinta e três mil e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)**, conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0029 - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”. Natureza da Despesa: 3.3.3.90.40.19- “Computação em Nuvem – Software como Serviço (SAAS).”

Anexos

I – Termo de Referência

II – Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação

III – Minuta do Contrato

SECÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de **serviço de webconferência**, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as descrições do CATSER e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

SECÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio www.gov.br/compras, para acesso ao Portal de Compras do Governo Federal.

2.3. O credenciamento da licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**.

2.4. Como requisito para participação no pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar, em campo próprio do Sistema, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

2.5. Para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicam-se a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do Sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.7. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.8. Não poderão participar desta licitação:

- a)** empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- b)** empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c)** empresário e sociedade empresária ou simples impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d)** empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- e)** empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f)** quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - f.1)** Considera-se “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de sociedade empresária ou simples em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g)** sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h)** empresário e sociedade empresária ou simples cuja inscrição, contrato social ou estatuto indique objeto que não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- i)** empresário e sociedade empresária ou simples que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência;

i.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - k) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 2.9. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
 - b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal), observado o seguinte:
- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
 - b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
 - c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.1.1. A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1.3. A licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar, nesse momento, a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **os valores unitário e total do item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no **Anexo I** deste Edital.

4.3. A **licitante** declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5. Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

4.5.1 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.6. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.7. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

4.8. A celebração do contrato após vencido o prazo estabelecido na **condição 4.6** importa em prorrogação da validade da proposta.

4.9. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o **Pregoeiro** abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- 5.2. A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.3. As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.
- 5.4. A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

- 6.1. Após a abertura da sessão, o **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 6.3. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante**, importará a desclassificação da proposta.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:
- a) as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
 - b) a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;
 - c) lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente.
- 7.3. Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.5. Nesta fase, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível. Caso a **licitante** não concorde com a exclusão do lance, poderá encaminhá-lo novamente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7.6. No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às **licitantes** para a recepção dos lances, retornando o **Pregoeiro**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

7.8. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

7.9. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.10. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

- a) O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.
- b) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.11. Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas a e b da condição 7.10**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.12. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos das **alíneas a e b da condição 7.10**, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. Encerrado o prazo, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.13. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para as demais licitantes, seguindo o disposto na **condição 7.12**.

SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate para ME/EPPs, previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

aplicação do direito de preferência estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese

8.2. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, os critérios de desempate serão aplicados nos termos da **condição 8.1**,

8.2.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

SUBSEÇÃO I – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.3. Quando houver participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empatada a proposta dessas empresas que for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a)** classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista na **condição 8.3**;
- b)** convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma na **condição 8.3, “a”**, para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c)** não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da **condição 8.3, “b”**, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista conforme o disposto na **condição 11.16**, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da **condição 8.3, “a”**, para o exercício do mesmo direito.

8.4. Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista na **condição 8.3 e suas alíneas**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

SEÇÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Finalizada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** deverá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, observado, ainda, o valor estimado para a contratação e as disposições constantes das **condições 10.7 a 10.9** deste Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.3. Se necessário, a licitante terá o prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta e/ou documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada etapa de negociação, o **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

10.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

10.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

10.7. Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, o **Pregoeiro** negociará com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço. **A presente análise será feita após a fase de lances.**

10.8. Ocorrendo a situação descrita na **condição 10.7** e caso a **licitante** não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

10.9. O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado.

10.10. Havendo aceitação da proposta, o **Pregoeiro** irá avaliar as condições de habilitação da **licitante**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SUBSEÇÃO I – REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

10.11. A licitante deverá ser uma revenda autorizada da *Zoom Video Communications* com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (*Zoom Certified Partners*): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa competitiva, bem como realizada a negociação e a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro passará ao exame dos documentos que constam no sistema, devendo ser atendidas às seguintes exigências de habilitação:

11.1.1. Declaração da **licitante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).

11.1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, **para as licitantes que tiverem sua regularidade atestada pelos dados do SICAF.**

OBS. As declarações de que tratam as **condições 11.1.1 e 11.1.2** deverão ser apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

11.1.3. Habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

11.1.4. Regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

11.1.5. Regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.1.6. Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
 - a.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

11.2. As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, conforme § 2º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.3. A licitante deve atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF, a fim de que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta eletrônica, a respectiva documentação atualizada.

11.4. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.5. No caso das alíneas da **condição 11.4**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

11.6. Caso a **licitante** pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 11.5**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.7. Para fins de habilitação, o **Pregoeiro** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019:-

11.8. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

11.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

11.10. O **Pregoeiro** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

11.10.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

11.11. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.12. Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

11.12.1. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, serão encaminhados pela licitante mais bem classificada, exclusivamente via sistema, após o encerramento do envio de lances, observado o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, sob pena de inabilitação.

11.13. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação.

11.14. Ocorrendo a situação prevista na **condição 11.13**, a documentação solicitada deverá ser encaminhada para ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SUBSEÇÃO I – DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.15. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que haja alguma restrição.

11.16. Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.

11.17 O prazo acima indicado terá como termo inicial a data em que for concluída a habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

11.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 11.16**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, XXIII, da Lei n.º 10.520/02, para assinar o contrato, ou, ainda, revogar a licitação.

SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

12.3. Apresentada a intenção de interpor recurso, o Pregoeiro deverá verificar a presença dos requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), sem adentrar, neste momento, no mérito recursal.

12.4. Presentes os requisitos recursais, o Pregoeiro aceitará a intenção do recurso, caso contrário, a rejeitará, motivadamente, em campo próprio do sistema.

12.5. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais **licitantes**, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.6. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista **dos autos do processo (SEI) nº 0015909-28.2022.6.05.8000** franqueada aos interessados.

12.7. O **Pregoeiro** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

12.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto do presente Pregão será adjudicado, pelo **Pregoeiro**, à **licitante** vencedora.

13.2. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá homologar a licitação, determinando a consequente contratação.

13.3. Havendo recurso submetido à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, esta, se decidir por seu improvimento, procederá, de logo, ao ato de adjudicação e à homologação do procedimento, após constatar sua regularidade.

SEÇÃO XIV – DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, nos termos da minuta constante do Anexo **III**, com cláusulas regidas pela Lei n.º 8.666/93, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

14.2. O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e no Termo de Referência.

14.3. É condição para a celebração do contrato a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

14.4. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação.

14.5. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

14.6. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido na **condição 14.4**, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002.

14.7. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO XV – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

15.1. O serviço contratado será executado na forma estabelecida no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) não encaminhar a documentação exigida no certame ou encaminhar documentação falsa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho;
- h) recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou a receber ou retirar a nota de empenho;
- i) não executar o objeto licitado;
- j) retardar a execução do objeto licitado;
- k) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

16.2. Para os fins da **alínea “b”**, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

16.4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a **Portaria nº 308/2022**, da Presidência do TRE-BA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

16.5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

16.6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no **artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022**, da Presidência do TRE/BA.

16.7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 16.6 e 16.7**, será a licitante ou contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.

16.9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

16.10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

17.2. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

17.3. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

17.4. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

17.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

17.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, a licitante poderá formular consultas via e-mail@tre-ba.jus.br, informando o número deste Pregão.

18.2. Quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários poderão ser obtidos por intermédio do telefone (xx) xxxx-....., de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 19h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.3. Até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

18.4. A impugnação poderá ser enviada diretamente para o e-mail do Pregoeiro ou protocolada neste Tribunal, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 18h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.5. Caberá ao Pregoeiro manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão.

SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade no procedimento, ou revogada por motivos de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada.

19.2. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, localizada no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nos dias úteis, das 13h às 19h, de segunda a quinta, e de 8h às 13h, às sextas-feiras (HORA LOCAL), assim como na internet para download, nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras e www.tre-ba.jus.br.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente, salvo disposição em contrário, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

19.6. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, para apresentação de nova proposta ou nova documentação, escoimada das causas da desclassificação ou inabilitação.

19.7. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

19.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.8. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

19.9. Os ajustes celebrados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (contratos, atas de registro de preços, convênios etc.) poderão ser assinados digitalmente, preferencialmente, por meio de certificado digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura, consoante prescreve o art. 1º da Portaria nº 475/2017 da presidência do TRE-BA.

19.9.1. Cabe às partes contratantes arcar com eventuais custos de aquisição de certificações e equipamentos porventura necessários à formalização do ajuste por meio eletrônico ou digital.

19.10. Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18**.

19.10.1. Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, xx de xx de 20xx

Pregoeiro



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/20XX

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de webconferência, pelo período de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA

A pandemia global do Novo Coronavírus declarado pela Organização Mundial da Saúde levou as autoridades públicas a decretarem restrições de contato social, o que implicou na necessidade de realização de trabalho remoto nas mais diversas organizações.

Findadas as restrições, percebeu-se que as soluções de digitalização dos serviços permitiram, por acabarem com necessidade de reunião de todos num único ambiente, ampliaram o alcance da comunicação entre os clientes e colaboradores, facilitando a vida de todos.

Diante desse fato, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia manteve o atendimento virtual, sobretudo na realização de audiências entre partes, sessões do plenário e realização ações de capacitação dos seus colaboradores.

Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE |
|------|--------|---|------------|
| 1 | 26077 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | 25 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Para o provimento da função de webmeeting, o serviço deve possuir, no mínimo, os seguintes recursos:

- a)** Sem limite de quantidade de eventos remotos que poderão ser realizados por cada licença;
- b)** Sem limite de participantes com câmera ativa simultaneamente;
- c)** Possibilidade de exibir apenas participantes com câmera ligada;
- d)** Possibilidade de exibir, no mínimo, 20 (vinte) participantes ao mesmo tempo em uma mesma tela na versão desktop;
- e)** Possibilidade de manter em destaque o participante que estiver falando;
- f)** Sala de espera para o participante aguardar autorização para ingresso no evento;
- g)** O ingresso de participantes ocorrer somente após o ingresso do anfitrião/organizador;
- h)** Possibilidade de participação de até 300 (trezentas) pessoas por reunião;
- i)** Possibilidade de o participante pedir a palavra por meio de uma ação ou ícone no ambiente da ferramenta e de o anfitrião/organizador controlar a ordem para fala;
- j)** Possibilidade de os participantes baterem papo de forma privada e pública;
- k)** Possibilidade de o anfitrião/organizador bloquear o bate papo privado ou público;
- l)** Possibilidade de excluir participante;
- m)** Possibilidade de desativar microfone e câmera de participante de modo que ele tenha que pedir permissão para reativar;
- n)** Possibilidade de gravar os eventos, inclusive bate-papo, em nuvem e localmente;
- o)** Possibilidade de compartilhar tela de apresentação;
- p)** Possuir encriptação de dados nas comunicações;
- q)** Possibilidade de encriptação de dados do cliente armazenados na nuvem, de modo que somente o cliente tenha acesso ao seu conteúdo;
- r)** Possibilidade de uso de senha única de acesso a cada evento;
- s)** Possibilidade de transmissão do evento ao vivo pelo canal do Contratante no Youtube;
- t)** Possibilidade de divisão de uma reunião em sessões separadas para realização de atividades em grupos menores;
- u)** Possibilidade de criação de canais de áudio independentes numa mesma reunião de modo que intérpretes possam traduzir eventos e os participantes possam escolher entre o áudio original e o traduzido.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecedor deverá habilitar as licenças em até **em até 5 (cinco) dias úteis** após a celebração do ajuste.

4.2. O serviço deverá estar disponível em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano.

5. RECEBIMENTO DO SERVIÇO

5.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

5.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

5.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o que foi pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para que providencie a reexecução do serviço no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.1.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

5.5. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

5.6. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos serviços durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

6. REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Além daquelas previstas no edital, a licitante deverá comprovar Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b)** prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c)** efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência e do edital;
- d)** zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

e) solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- b) manter o serviço disponível e acessível conforme especificado no item 4.2.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

10. PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

10.1 A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente o início da prestação do serviço – **1%, sobre o valor do serviço entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 30 (trinta) dias;**
- b) inexecução total – **20% sobre o valor total contratado.**

10.2. Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, a Administração poderá não receber o serviço contratado.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 23, inciso I da Portaria nº 308/2022, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

11.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

- a)** Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura;
- b)** Para valor superior a R\$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura.

12.2. Condiciona-se o pagamento à:

- a)** Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b)** Declaração da Fiscalização do Contrato de que a execução se deu conforme pactuado;

12.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

12.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.

13. MEIOS DE COMUNICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

13.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

a) Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

b) A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

14.1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

14.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

14.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

15.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que a Contratada deve ser capaz de interagir junto ao fabricante e acioná-lo diretamente para atender com agilidade eventuais demandas de suporte por parte do TRE-BA. Somente revendedores parceiros autorizados do fabricante têm capacidade para acessar as contas registradas na plataforma de videoconferência bem como seus arquivos, sendo portanto os únicos autorizados pelo fabricante a prestar este suporte especializado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/20XX

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

| RESULTADO DA ESTIMATIVA | | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | licença | 25 | R\$ 1.323,46 | R\$ 33.086,50 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 00/20XX

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA BAHIA, E A
EMPRESA

CONTRATO N.º 00/20XX

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral,, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXXXX**, telefone n.º (XX) **XXXXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob n.º **XXXXXXXXXXXX**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA**, albergado na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, resultante do Pregão n.º 00/20XX, consoante **Processo (SEI) n.º 0015909-28.2022.6.05.8000**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de **serviço de** webconferência, conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão n.º 00/20XX e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE CONTRATUAL

INSERIR TABELA COM ITENS CORRESPONDENTES

1. O valor total do presente contrato é de R\$ XXX,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).
2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

execução deste ajuste.

REAJUSTE

3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a **variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.**
4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.
5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.
6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento **xxxx.“xxxxxxxxx”**, vinculado à Ação **xxxxxxxxx–“xxxxxxxxxxxxx”**, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º **20XXNEXXXX**, em **xx** de **xxxxxxxxxxxxx** de 20XX.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. **A Contratante** obriga-se a:
 - a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
 - c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
- h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;
- i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.
5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:
 - a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - b) comportar-se de modo inidôneo;
 - c) fizer declaração falsa;
 - d) cometer fraude fiscal;
 - e) falhar ou fraudar na execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- f) não encaminhar documentação exigida no certame ou entregar documentação falsa;
 - g) não executar o objeto licitado;
 - h) retardar a execução do objeto licitado;
 - i) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.
2. Para os fins da alínea “b”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a **Portaria nº 308/2022**, da Presidência do TRE-BA.
5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.
6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no **artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022**, da Presidência do TRE/BA.
7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, observado o disposto nos **itens 6 e 7, desta Cláusula** a Contratada será intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.
9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.
10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.
2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:
 - a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
 - b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.
2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.
4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão nº 00/20XX e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 20XX.

Diretor-Geral do TRE-BA

CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SELIC

1. Atualizada a minuta de edital (doc. 2087663) conforme Termo de Referência disponibilizado (doc. 2084871), cabe observar que, diante das informações constantes no Despacho SEAQUI 2076611 e Despacho SEINFRA (doc. 2085150) quanto à existência de ME/EPP no segmento do objeto da licitação, esta SELIC sugere que seja avaliado pela administração a abertura do certame à ampla concorrência.

Fernanda Neves Cardoso

Servidora Requisitada

De acordo.

A SELIC, da leitura do item 11.5 em cotejo com o quanto disposto no item 10.1 do Parecer 119 (doc. 2082881), e, em análise da manifestação da unidade demandante no doc. 2085150, alterou a minuta de edital para afastar a exclusividade para ME/EPP, salvo melhor juízo, considerando que a restrição constante do tópico 6.1 do TR (fundamentada a sua necessidade pelo setor demandante), pode repercutir no andamento do certame, conforme asseverou a ASJUR.

À COGELIC.

Milena Austregésilo Herêda

Chefe da SELIC



Documento assinado eletronicamente por **Milena Austregésilo Herêda, Chefe de Seção**, em 06/09/2022, às 18:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Neves Cardoso, Servidor Requisitado**, em 06/09/2022, às 18:10, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2087666** e o código CRC **D29AF185**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC

De acordo.

À SGA.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho, Coordenador**, em 06/09/2022, às 18:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2087765** e o código CRC **9F625B5D**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2087765v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA

À **ASSED**, ante a necessidade de autorização para abertura do certame, **salientando a necessidade de apreciação da alteração promovida pela SELIC afastando a exclusividade do certame para ME/EPP**, conforme registrado pela unidade no doc. n.º 2087666.

Antônio Moisés Almeida Braga
Secretário de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Moisés Almeida Braga**, **Secretário**, em 06/09/2022, às 19:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2087773** e o código CRC **307C78C4**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2087773v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASSED

Considerando os despachos constantes dos documentos n.^{os} 2087666 e 2087773, ouça-se a ASJUR1.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 08/09/2022, às 14:28, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2089156** e o código CRC **7A7E1285**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2089156v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0015909-28.2022.6.05.8000
INTERESSADO : MARCO ANTÔNIO VÍDERO VIEIRA SANTOS
ASSUNTO : Contratação Serviço Webconferência Zoom

PARECER nº 132 / 2022 - PRE/DG/ASJUR1

1. Retornam os autos a esta Assessoria Jurídica, com as providências adotadas pela unidade demandante, após a emissão do Parecer nº 119/2022 (doc. nº 2082881).
2. Conforme consta do documento nº 2085150, foram perpetradas as alterações indicadas como necessárias no Termo de Referência (doc. nº 2084871).
3. No que tange à exigência constante do tópico 6.1 do TR, qual seja, tratar-se de revenda autorizada Zoom Video Communications, com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais^[1], a unidade defendeu a pertinência da sua manutenção, nos seguintes termos:

Avaliamos a pertinência e mantivemos a exigência de comprovação da condição de revendedor autorizado do fabricante, vez que não se trata de uma aquisição de software "de prateleira" mas sim da subscrição de assinaturas de serviço que, a princípio, assim como está sendo feito na presente contratação, será renovada pelo Tribunal nos exercícios subsequentes. **Dessa forma, somente uma revenda autorizada é capaz de garantir a validade da assinatura junto ao fabricante e manter esta continuidade na prestação dos serviços sem que haja perdas para o Tribunal, a exemplo do que ocorreu com a contratação da plataforma ZOOM de forma independente, levando à perda de todas as configurações, contas e arquivos do Tribunal quando foi feita a contratação seguinte, desta vez via revenda autorizada. (grifei)**

4. Ainda no que se refere à mencionada exigência, mais especificamente quanto à existência de micro e pequenas empresas aptas a prestarem o serviço, registrou:

De início, identificamos que dentre os revendedores parceiros autorizados que podem ser consultados no endereço [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil) existem listadas 24 revendas parceiras autorizadas, sendo pelo menos 5

delas enquadradas como ME/EPP, quais sejam: Videobrax, Konvergente, 1 Team Cloud (Witec), MC Digital e Websia. (grifei)

5. Indo os autos a SELIC, a unidade acostou nova minuta de Edital (doc. nº 2087663) e manifestou-se conforme segue:

A SELIC, da leitura do item 11.5 em cotejo com o quanto disposto no item 10.1 do Parecer 119 (doc. [2082881](#)), e, em análise da manifestação da unidade demandante no doc. [2085150](#), alterou a minuta de edital para afastar a exclusividade para ME/EPP, salvo melhor juízo, considerando que a restrição constante do tópico 6.1 do TR (fundamentada a sua necessidade pelo setor demandante), pode repercutir no andamento do certame, conforme asseverou a ASJUR.

6. A ASSESD encaminhou os autos a esta Assessoria Jurídica para que fosse avaliada a sugestão da SELIC, relacionada à abertura do certame à ampla concorrência.

É o breve relatório.

7. Inicialmente, entendemos que a unidade demandante apresentou justificativas pertinentes para a manutenção da exigência prevista no tópico 6.1 do TR, afastando a caracterização de restrição indevida da competitividade.
8. De outro turno, a SEMIN reporta a existência de 24 (vinte e quatro) revendas autorizadas ZOOM, sendo apenas 5 (cinco) enquadradas na condição de ME/EPP. Neste cenário, a rigor, não se sustentaria o afastamento do tratamento diferenciado conferido pela Lei Complementar nº 123/2006, já que nos termos do que dispõe o art. 49, I havendo, ao menos, 3 (três) empresas classificadas nesta condição, o certame deverá ser exclusivo.
9. Entendemos, no entanto, que a quantidade de empresas aptas e enquadradas na condição de ME/EPP, a qual não ultrapassa significativamente o mínimo estabelecido em Lei, somado ao iminente vencimento do contrato, a ocorrer em 15/09/2022, justificam a abertura do certame, com esteio no art. 49, III da Lei nº 123/2006, já que a garantia do tratamento diferenciado, neste caso, não se mostra vantajoso para a Administração.
10. Ressalte-se que serão resguardados os demais benefícios assegurados em Lei, caso empresas enquadradas como ME/EPP's acudam ao certame.
11. No que tange à minuta de edital (doc. nº 2087663), nada temos a acrescentar, estando apto à produção dos efeitos jurídicos almejados.

É o parecer, sub censura.

[1] Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil)[1].



Documento assinado eletronicamente por **Vivienne Silva Lamenha Lins Dantas**, **Técnico Judiciário**, em 08/09/2022, às 18:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2089909** e o código CRC **BFB37AA5**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2089909v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASJUR1

De acordo com o parecer.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 08/09/2022, às 18:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2090105** e o código CRC **17C9A8FE**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2090105v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0015909-28.2022.6.05.8000
INTERESSADO : MARCO ANTÔNIO VÍDERO VIEIRA SANTOS
ASSUNTO : Pregão Eletrônico - contratação contratação do serviço de *webconferência*.

DECISÃO nº 2090437 / 2022 - PRE/DG/ASSED

Tramitam os autos para realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem como objeto a contratação do serviço de *webconferência*, conforme especificações lançadas no Termo de Referência (doc. nº 2084871).

Verificou-se o cumprimento das seguintes condições inerentes à fase interna do certame:

- realização de Estudo Técnico Preliminar, o qual foi aprovado pelo CGovTIC, como indicado no documento n.º 2073932;
- informação que a demanda foi prevista no PLANCONT (doc. n.º 2073932);
- realização de estimativa de preços, conforme planilha padrão e manifestações da SEAQUI (docs. n.ºs 2075667 e 2075719);
- informação da disponibilidade orçamentária (doc. n.º 2077420); e
- análise da legalidade da contratação e da minuta de edital (doc. n.ºs 2082881 e 2089909)

Ante o exposto, e lastreado nos Pareceres n.ºs 119 e 132/2022 da ASJUR1 (doc. n.ºs 2082881 e 2089909), **AUTORIZO** a abertura do procedimento licitatório, com esteio no art. 123, V, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, nos termos da minuta constante do documento n.º 2087663.

À SGA para providências.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 09/09/2022, às 11:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2090437** e o código CRC **1262F931**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2090437v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA

À **SELIC**, para, caso inexistam alterações ou questionamentos por parte dessa unidade passíveis de novas análises, indicar, à vista de seus registros, pregoeiro e membro da equipe de apoio para condução dos trabalhos referentes à licitação em apreço.

Antônio Moisés Almeida Braga
Secretário de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Moisés Almeida Braga**, **Secretário**, em 09/09/2022, às 12:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2091168** e o código CRC **17C57A76**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2091168v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SELIC

Inexistindo alterações ou questionamentos por parte desta unidade passíveis de novas análises, indicamos, à vista de nossos registros, a pregoeira **CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES**, para condução dos trabalhos referentes à licitação em apreço, e **GILSON SOARES DA CONCEIÇÃO**, como membro da equipe de apoio.

À SGA.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Austregésilo Herêda, Chefe de Seção**, em 09/09/2022, às 12:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2091209** e o código CRC **5B32FAA9**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2091209v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA

Com base na Portaria n.º 45/2020, designo a pregoeira **Cristiana Maria Paz Lima Soares** para proceder à abertura do certame, conforme determinado pelo Sr. Diretor-Geral no doc. n.º 2090437, e o servidor **Gilson Soares da Conceição** para atuar pela equipe de apoio.

Ao **NUP**.

Antônio Moisés Almeida Braga
Secretário de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Moisés Almeida Braga**, **Secretário**, em 09/09/2022, às 16:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2091220** e o código CRC **D8EBAE54**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2091220v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SELIC

Em contato desta Seção de Licitações com a Pregoeira designada, ficou assentada a data de **23 de setembro de 2022, às 09h (horário de Brasília)**, para abertura do certame, tendo sido expedido o Edital 59/2022 e enviado para publicação na data de 09/09/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Milena Austregésilo Herêda, Chefe de Seção**, em 10/09/2022, às 15:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2092793** e o código CRC **AF7F36B4**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2092793v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2022

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro, designado pela [Portaria n.º 45, de 22 de abril de 2020](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço de webconferência.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo nº 0015909-28.2022.6.05.8000, será regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019, e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: 23.09.2022

Hora: 09h (horário de Brasília/DF)

Pregoeira: Cristiana Maria Paz Lima Soares

E-mail: cmlima@tre-ba.jus.br . **Telefone:** 3373-7085

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal)

Código UASG: 70013

ADJUDICAÇÃO: por item.

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.

NOTA IMPORTANTE. As licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVI**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções aos licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Despesa e recursos orçamentários

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 33.086,50 (trinta e três mil e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0029 - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”. Natureza da Despesa: 3.3.3.90.40.19– “Computação em Nuvem – Software como Serviço (SAAS).

Anexos

I – Termo de Referência

II – Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação

III – Minuta do Contrato

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço de webconferência, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as descrições do CATSER e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio www.gov.br/compras, para acesso ao Portal de Compras do Governo Federal.

2.3. O credenciamento da licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**.

2.4. Como requisito para participação no pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar, em campo próprio do Sistema, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2.5. Para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicam-se a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015.

2.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do Sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.7. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.8. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) empresário e sociedade empresária ou simples impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- e) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f) quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - f.1)** Considera-se “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de sociedade empresária ou simples em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h) empresário e sociedade empresária ou simples cuja inscrição, contrato social ou estatuto indique objeto que não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- i) empresário e sociedade empresária ou simples que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência;

i.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - k) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 2.9. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
 - b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal), observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.1.1. A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1.3. A licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar, nesse momento, a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **os valores unitário e total do item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no **Anexo I** deste Edital.

4.3. A **licitante** declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5. Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

4.5.1 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.6. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.7. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

4.8. A celebração do contrato após vencido o prazo estabelecido na **condição 4.6** importa em prorrogação da validade da proposta.

4.9. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 5.1.** No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o **Pregoeiro** abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).
- 5.2.** A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.3.** As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.
- 5.4.** A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

- 6.1.** Após a abertura da sessão, o **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.** Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 6.3.** Qualquer elemento que possa identificar a **licitante**, importará a desclassificação da proposta.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1.** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.2.** Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:
- a)** as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
 - b)** a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;
 - c)** lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente.
- 7.3.** Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.
- 7.4.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7.5. Nesta fase, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível. Caso a **licitante** não concorde com a exclusão do lance, poderá encaminhá-lo novamente.

7.6. No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às **licitantes** para a recepção dos lances, retornando o **Pregoeiro**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

7.8. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

7.9. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.10. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

- a)** O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.
- b)** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.11. Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas a e b da condição 7.10**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.12. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos das **alíneas a e b da condição 7.10**, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. Encerrado o prazo, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.13. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para as demais licitantes, seguindo o disposto na **condição 7.12**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate para ME/EPPs, previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do direito de preferência estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese

8.2. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, os critérios de desempate serão aplicados nos termos da **condição 8.1**,

8.2.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

SUBSEÇÃO I – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.3. Quando houver participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empatada a proposta dessas empresas que for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a) classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista na **condição 8.3**;
- b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma na **condição 8.3, “a”**, para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da **condição 8.3, “b”**, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista conforme o disposto na **condição 11.16**, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da **condição 8.3, “a”**, para o exercício do mesmo direito.

8.4. Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista na **condição 8.3 e suas alíneas**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

SEÇÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Finalizada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** deverá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, observado, ainda, o valor estimado para a contratação e as disposições constantes das **condições 10.7 a 10.9** deste Edital.

9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

9.3. **Se necessário**, a licitante terá o prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta e/ou documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada etapa de negociação, o **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).

10.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

10.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

10.5. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

10.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

10.7. Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, o **Pregoeiro** negociará com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço. **A presente análise será feita após a fase de lances.**

10.8. Ocorrendo a situação descrita na **condição 10.7** e caso a **licitante** não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

10.9. O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado.

10.10. Havendo aceitação da proposta, o **Pregoeiro** irá avaliar as condições de habilitação da **licitante**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SUBSEÇÃO I – REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

10.11. A licitante deverá ser uma revenda autorizada da *Zoom Video Communications* com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (*Zoom Certified Partners*): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa competitiva, bem como realizada a negociação e a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro passará ao exame dos documentos que constam no sistema, devendo ser atendidas às seguintes exigências de habilitação:

11.1.1. Declaração da **licitante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).

11.1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, **para as licitantes que tiverem sua regularidade atestada pelos dados do SICAF.**

OBS. As declarações de que tratam as **condições 11.1.1 e 11.1.2** deverão ser apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

11.1.3. Habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

11.1.4. Regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

11.1.5. Regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.1.6. Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
 - a.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

11.2. As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, conforme § 2º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.3. A licitante deve atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF, a fim de que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta eletrônica, a respectiva documentação atualizada.

11.4. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.5. No caso das alíneas da **condição 11.4**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

11.6. Caso a **licitante** pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 11.5**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.7. Para fins de habilitação, o **Pregoeiro** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019:-

11.8. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

11.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

11.10. O **Pregoeiro** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

11.10.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

11.11. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.12. Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

11.12.1. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, serão encaminhados pela licitante mais bem classificada, exclusivamente via sistema, após o encerramento do envio de lances, observado o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, sob pena de inabilitação.

11.13. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação.

11.14. Ocorrendo a situação prevista na **condição 11.13**, a documentação solicitada deverá ser encaminhada para ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SUBSEÇÃO I – DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.15. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que haja alguma restrição.

11.16. Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.

11.17 O prazo acima indicado terá como termo inicial a data em que for concluída a habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

11.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 11.16**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, XXIII, da Lei n.º 10.520/02, para assinar o contrato, ou, ainda, revogar a licitação.

SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

12.3. Apresentada a intenção de interpor recurso, o Pregoeiro deverá verificar a presença dos requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), sem adentrar, neste momento, no mérito recursal.

12.4. Presentes os requisitos recursais, o Pregoeiro aceitará a intenção do recurso, caso contrário, a rejeitará, motivadamente, em campo próprio do sistema.

12.5. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais **licitantes**, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.6. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do processo (SEI) nº 0015909-28.2022.6.05.8000 franqueada aos interessados.

12.7. O **Pregoeiro** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

12.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto do presente Pregão será adjudicado, pelo **Pregoeiro**, à **licitante** vencedora.

13.2. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá homologar a licitação, determinando a consequente contratação.

13.3. Havendo recurso submetido à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, esta, se decidir por seu improvimento, procederá, de logo, ao ato de adjudicação e à homologação do procedimento, após constatar sua regularidade.

SEÇÃO XIV – DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, nos termos da minuta constante do Anexo **III**, com cláusulas regidas pela Lei n.º 8.666/93, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

14.2. O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e no Termo de Referência.

14.3. É condição para a celebração do contrato a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

14.4. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação.

14.5. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

14.6. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido na **condição 14.4**, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002.

14.7. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO XV – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

15.1. O serviço contratado será executado na forma estabelecida no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) não encaminhar a documentação exigida no certame ou encaminhar documentação falsa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho;
- h) recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou a receber ou retirar a nota de empenho;
- i) não executar o objeto licitado;
- j) retardar a execução do objeto licitado;
- k) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

16.2. Para os fins da **alínea “b”**, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

16.4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE-BA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

16.5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

16.6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE/BA.

16.7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 16.6 e 16.7**, será a licitante ou contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.

16.9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

16.10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

17.2. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

17.3. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

17.4. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

17.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

17.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, a licitante poderá formular consultas via e-mail cmlima@tre-ba.jus.br, informando o número deste Pregão.

18.2. Quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários poderão ser obtidos por intermédio do telefone (71) 3373-7085, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 19h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.3. Até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

18.4. A impugnação poderá ser enviada diretamente para o e-mail do Pregoeiro ou protocolada neste Tribunal, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 18h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.5. Caberá ao Pregoeiro manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão.

SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade no procedimento, ou revogada por motivos de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada.

19.2. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, localizada no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nos dias úteis, das 13h às 19h, de segunda a quinta, e de 8h às 13h, às sextas-feiras (HORA LOCAL), assim como na internet para download, nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras e www.tre-ba.jus.br.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente, salvo disposição em contrário, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

19.6. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, para apresentação de nova proposta ou nova documentação, escoimada das causas da desclassificação ou inabilitação.

19.7. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

19.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.8. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

19.9. Os ajustes celebrados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (contratos, atas de registro de preços, convênios etc.) poderão ser assinados digitalmente, preferencialmente, por meio de certificado digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura, consoante prescreve o art. 1º da Portaria nº 475/2017 da presidência do TRE-BA.

19.9.1. Cabe às partes contratantes arcar com eventuais custos de aquisição de certificações e equipamentos porventura necessários à formalização do ajuste por meio eletrônico ou digital.

19.10. Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18**.

19.10.1. Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, 09 de setembro de 2022

Cristiana Maria Paz Lima Soares
Pregoeira



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 59/2022

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de webconferência, pelo período de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA

A pandemia global do Novo Coronavírus declarado pela Organização Mundial da Saúde levou as autoridades públicas a decretarem restrições de contato social, o que implicou na necessidade de realização de trabalho remoto nas mais diversas organizações.

Findadas as restrições, percebeu-se que as soluções de digitalização dos serviços permitiram, por acabarem com necessidade de reunião de todos num único ambiente, ampliaram o alcance da comunicação entre os clientes e colaboradores, facilitando a vida de todos.

Diante desse fato, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia manteve o atendimento virtual, sobretudo na realização de audiências entre partes, sessões do plenário e realização ações de capacitação dos seus colaboradores.

Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE |
|------|--------|---|------------|
| 1 | 26077 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | 25 |

Para o provimento da função de webmeeting, o serviço deve possuir, no mínimo, os seguintes recursos:

- a)** Sem limite de quantidade de eventos remotos que poderão ser realizados por cada licença;
- b)** Sem limite de participantes com câmera ativa simultaneamente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) Possibilidade de exibir apenas participantes com câmera ligada;
- d) Possibilidade de exibir, no mínimo, 20 (vinte) participantes ao mesmo tempo em uma mesma tela na versão desktop;
- e) Possibilidade de manter em destaque o participante que estiver falando;
- f) Sala de espera para o participante aguardar autorização para ingresso no evento;
- g) O ingresso de participantes ocorrer somente após o ingresso do anfitrião/organizador;
- h) Possibilidade de participação de até 300 (trezentas) pessoas por reunião;
- i) Possibilidade de o participante pedir a palavra por meio de uma ação ou ícone no ambiente da ferramenta e de o anfitrião/organizador controlar a ordem para fala;
- j) Possibilidade de os participantes baterem papo de forma privada e pública;
- k) Possibilidade de o anfitrião/organizador bloquear o bate papo privado ou público;
- l) Possibilidade de excluir participante;
- m) Possibilidade de desativar microfone e câmera de participante de modo que ele tenha que pedir permissão para reativar;
- n) Possibilidade de gravar os eventos, inclusive bate-papo, em nuvem e localmente;
- o) Possibilidade de compartilhar tela de apresentação;
- p) Possuir encriptação de dados nas comunicações;
- q) Possibilidade de encriptação de dados do cliente armazenados na nuvem, de modo que somente o cliente tenha acesso ao seu conteúdo;
- r) Possibilidade de uso de senha única de acesso a cada evento;
- s) Possibilidade de transmissão do evento ao vivo pelo canal do Contratante no Youtube;
- t) Possibilidade de divisão de uma reunião em sessões separadas para realização de atividades em grupos menores;
- u) Possibilidade de criação de canais de áudio independentes numa mesma reunião de modo que intérpretes possam traduzir eventos e os participantes possam escolher entre o áudio original e o traduzido.

4. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecedor deverá habilitar as licenças em até **em até 5 (cinco) dias úteis** após a celebração do ajuste.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.2. O serviço deverá estar disponível em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano.

5. RECEBIMENTO DO SERVIÇO

5.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

5.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

5.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o que foi pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para que providencie a reexecução do serviço no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.1.

5.5. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer ace à eventual aplicação de multa.

5.6. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos serviços durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

6. REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Além daquelas previstas no edital, a licitante deverá comprovar Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b)** prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c)** efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência e do edital;
- d)** zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e)** solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a)** executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- b)** manter o serviço disponível e acessível conforme especificado no item 4.2.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

10. PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

10.1 A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a)** atrasar injustificadamente o início da prestação do serviço – **1%, sobre o valor do serviço entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 30 (trinta) dias;**
- b)** inexecução total – **20% sobre o valor total contratado.**

10.2. Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, a Administração poderá não receber o serviço contratado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 23, inciso I da Portaria nº 308/2022, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

11.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

a) Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura;

b) Para valor superior a R\$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura.

12.2. Condiciona-se o pagamento à:

a) Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;

b) Declaração da Fiscalização do Contrato de que a execução se deu conforme pactuado;

12.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

12.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.

13. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

13.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

a) Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

b) A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

14.1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

14.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

14.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

15.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que a Contratada deve ser capaz de interagir junto ao fabricante e acioná-lo diretamente para atender com agilidade eventuais demandas de suporte por parte do TRE-BA. Somente revendedores parceiros autorizados do fabricante têm capacidade para acessar as contas registradas na plataforma de videoconferência bem como seus arquivos, sendo portanto os únicos autorizados pelo fabricante a prestar este suporte especializado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 59/2022

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

| RESULTADO DA ESTIMATIVA | | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | licença | 25 | R\$ 1.323,46 | R\$ 33.086,50 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 59/2022

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA BAHIA, E A
EMPRESA

CONTRATO N.º 00/20XX

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.967.350/0001-45, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral,, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, telefone n.º (XX) XXXXXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXXXXX, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. XXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob n.º XXXXXXXXXXXX, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA**, albergado na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, resultante do **Pregão n.º 59/2022**, consoante Processo (SEI) n.º 0015909-28.2022.6.05.8000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviço de webconferência, conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão n.º 59/2022 e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE CONTRATUAL

INSERIR TABELA COM ITENS CORRESPONDENTES

1. O valor total do presente contrato é de R\$ XXX,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).
2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

execução deste ajuste.

REAJUSTE

3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.
4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.
5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.
6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento **xxxx. “xxxxxxxxx”**, vinculado à Ação **xxxxxxxxx– “xxxxxxxxx”**, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º **20XXNEXXXX**, em **xx** de **xxxxxxxxxxxxx** de 20XX.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. A Contratante obriga-se a:
 - a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
 - c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
- h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;
- i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.
5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:
 - a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - b) comportar-se de modo inidôneo;
 - c) fizer declaração falsa;
 - d) cometer fraude fiscal;
 - e) falhar ou fraudar na execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- f) não encaminhar documentação exigida no certame ou entregar documentação falsa;
 - g) não executar o objeto licitado;
 - h) retardar a execução do objeto licitado;
 - i) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.
2. Para os fins da alínea “b”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE-BA.
5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.
6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE/BA.
7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, observado o disposto nos **itens 6 e 7, desta Cláusula** a Contratada será intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.
9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.
10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.
2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:
 - a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
 - b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.
2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.
4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão nº 59/2022 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 20XX.

Diretor-Geral do TRE-BA

CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2022

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro, designado pela [Portaria n.º 45, de 22 de abril de 2020](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço de webconferência.

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), processo nº 0015909-28.2022.6.05.8000, será regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019, e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: 23.09.2022

Hora: 09h (horário de Brasília/DF)

Pregoeira: Cristiana Maria Paz Lima Soares

E-mail: cmlima@tre-ba.jus.br . **Telefone:** 3373-7085

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal)

Código UASG: 70013

ADJUDICAÇÃO: por item.

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro.

NOTA IMPORTANTE. As licitantes deverão prestar especial atenção às disposições constantes da **Seção XVI**, deste Edital, que tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções aos licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

Despesa e recursos orçamentários

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em R\$ 33.086,50 (trinta e três mil e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0029 - “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia”. Natureza da Despesa: 3.3.3.90.40.19– “Computação em Nuvem – Software como Serviço (SAAS).

Anexos

I – Termo de Referência

II – Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação

III – Minuta do Contrato

SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de serviço de webconferência, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.
- 2.2. Havendo divergência entre as descrições do CATSER e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.
- 2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas, por meio do sítio www.gov.br/compras, para acesso ao Portal de Compras do Governo Federal.
- 2.3. O credenciamento da licitante e sua manutenção dependerão de registro prévio e atualizado no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**.
- 2.4. Como requisito para participação no pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar, em campo próprio do Sistema, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2.5. Para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), aplicam-se a Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto nº 8.538/2015.

2.6. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverão declarar, em campo próprio do Sistema, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.7. A declaração falsa relativa à proposta de preços e ao cumprimento dos requisitos de habilitação e do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.8. Não poderão participar desta licitação:

- a) empresário e sociedade empresária ou simples suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- b) empresário e sociedade empresária ou simples declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) empresário e sociedade empresária ou simples impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- d) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- e) empresário e sociedade empresária ou simples proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- f) quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
 - f.1)** Considera-se “participação indireta” a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de sociedade empresária ou simples em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.
- g) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- h) empresário e sociedade empresária ou simples cuja inscrição, contrato social ou estatuto indique objeto que não seja pertinente e compatível com o objeto deste **Pregão**;
- i) empresário e sociedade empresária ou simples que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou falência;

i.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

- j) sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
 - k) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 2.9. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
- a) estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
 - b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal), observado o seguinte:

- a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da **licitante**, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A **licitante** deverá encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

4.1.1. A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1.3. A licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado às demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

4.1.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar, nesse momento, a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **os valores unitário e total do item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2.1. A proposta deverá conter a discriminação do objeto, com as especificações descritas no **Anexo I** deste Edital.

4.3. A **licitante** declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

4.5. Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

4.5.1 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante mais bem classificada somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.6. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.7. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

4.8. A celebração do contrato após vencido o prazo estabelecido na **condição 4.6** importa em prorrogação da validade da proposta.

4.9. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas no Anexo I do Edital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

SEÇÃO V – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o **Pregoeiro** abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).
- 5.2. A comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.3. As propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.
- 5.4. A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS

- 6.1. Após a abertura da sessão, o **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.
- 6.3. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante**, importará a desclassificação da proposta.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:
- a) as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
 - b) a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;
 - c) lances iguais serão ordenados por ordem cronológica de registro no sistema, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiramente.
- 7.3. Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

- 7.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.5. Nesta fase, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível. Caso a **licitante** não concorde com a exclusão do lance, poderá encaminhá-lo novamente.
- 7.6. No caso de desconexão com o **Pregoeiro**, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às **licitantes** para a recepção dos lances, retornando o **Pregoeiro**, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.7. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

- 7.8. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.
- 7.9. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 7.10. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:
- a) O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.
 - b) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 7.11. Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas a e b da condição 7.10**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- 7.12. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos das **alíneas a e b da condição 7.10**, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. Encerrado o prazo, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- 7.13. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para as demais licitantes, seguindo o disposto na **condição 7.12**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SEÇÃO VIII – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate para ME/EPPs, previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do direito de preferência estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese

8.2. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, os critérios de desempate serão aplicados nos termos da **condição 8.1**,

8.2.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

SUBSEÇÃO I – DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.3. Quando houver participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empatada a proposta dessas empresas que for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a)** classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista na **condição 8.3**;
- b)** convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma na **condição 8.3, “a”**, para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;
- c)** não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da **condição 8.3, “b”**, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista conforme o disposto na **condição 11.16**, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da **condição 8.3, “a”**, para o exercício do mesmo direito.

8.4. Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista na **condição 8.3 e suas alíneas**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

SEÇÃO IX – DA NEGOCIAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

- 9.1.** Finalizada a etapa competitiva, o **Pregoeiro** deverá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital, observado, ainda, o valor estimado para a contratação e as disposições constantes das **condições 10.7 a 10.9** deste Edital.
- 9.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.
- 9.3.** **Se necessário**, a licitante terá o prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, para envio da proposta e/ou documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 10.1.** Encerrada etapa de negociação, o **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação).
- 10.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.
- 10.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 10.4.** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 10.5.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.
- 10.6.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.
- 10.7.** Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, o **Pregoeiro** negociará com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço. **A presente análise será feita após a fase de lances.**
- 10.8.** Ocorrendo a situação descrita na **condição 10.7** e caso a **licitante** não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.
- 10.9.** O preço proposto no lance final, ou aquele obtido por meio de negociação, será fixo e irrevogável e nele deverão estar incluídos os tributos, fretes e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

10.10. Havendo aceitação da proposta, o **Pregoeiro** irá avaliar as condições de habilitação da **licitante**.

SUBSEÇÃO I – REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

10.11. A licitante deverá ser uma revenda autorizada da *Zoom Video Communications* com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (*Zoom Certified Partners*): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Encerrada a etapa competitiva, bem como realizada a negociação e a aceitabilidade da melhor proposta, o Pregoeiro passará ao exame dos documentos que constam no sistema, devendo ser atendidas às seguintes exigências de habilitação:

11.1.1. Declaração da **licitante** de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei n.º 9.854/99).

11.1.2. Declaração de inexistência de fato superveniente e impeditivo de sua habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei n.º 8.666/93, **para as licitantes que tiverem sua regularidade atestada pelos dados do SICAF.**

OBS. As declarações de que tratam as **condições 11.1.1 e 11.1.2** deverão ser apresentadas por meio do campo próprio no sistema, disponível quando do envio da proposta.

11.1.3. Habilitação jurídica:

- a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBS: O documento de habilitação jurídica deverá expressar objeto social pertinente e compatível com o objeto da licitação.

11.1.4. Regularidade fiscal:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

11.1.5. Regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.1.6. Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

- a.1) As entidades em recuperação judicial poderão participar desta licitação quando amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/1993 (Acórdão TCU nº 8.274/2011 – 2ª Câmara) e art. 58 da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Falências).

11.2. As **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores**, conforme § 2º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.3. A licitante deve atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF, a fim de que estejam vigentes na data de abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta eletrônica, a respectiva documentação atualizada.

11.4. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o n.º do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

11.5. No caso das alíneas da **condição 11.4**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11.6. Caso a **licitante** pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 11.5**.

11.7. Para fins de habilitação, o **Pregoeiro** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019:-

11.8. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

11.9. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

11.10. O **Pregoeiro** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>;
- c) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93.

11.10.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

11.11. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

11.12. Serão declaradas inabilitadas as licitantes cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

11.12.1. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, **quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**, serão encaminhados pela licitante mais bem classificada, exclusivamente via sistema, após o encerramento do envio de lances, observado o **prazo de 02 (duas) horas**, contado da solicitação do Pregoeiro no sistema, sob pena de inabilitação.

11.13. A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação.

11.14. Ocorrendo a situação prevista na **condição 11.13**, a documentação solicitada deverá ser encaminhada para ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

SUBSEÇÃO I – DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

11.15. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XI, deste Edital, **inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, ainda que haja alguma restrição.

11.16. Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.

11.17. O prazo acima indicado terá como termo inicial a data em que for concluída a habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

11.18. A não regularização da documentação, no prazo previsto na **condição 11.16**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n.º 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4.º, XXIII, da Lei n.º 10.520/02, para assinar o contrato, ou, ainda, revogar a licitação.

SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Declarada a vencedora, o **Pregoeiro** abrirá prazo de, no mínimo, 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.2. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o **Pregoeiro** a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

12.3. Apresentada a intenção de interpor recurso, o Pregoeiro deverá verificar a presença dos requisitos recursais (tempestividade, legitimidade, sucumbência, interesse e motivação), sem adentrar, neste momento, no mérito recursal.

12.4. Presentes os requisitos recursais, o Pregoeiro aceitará a intenção do recurso, caso contrário, a rejeitará, motivadamente, em campo próprio do sistema.

12.5. A **licitante** que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais **licitantes**, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

12.6. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do processo (SEI) nº 0015909-28.2022.6.05.8000 franqueada aos interessados.

12.7. O **Pregoeiro** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

12.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo **Pregoeiro** serão apreciados pela autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIII – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto do presente Pregão será adjudicado, pelo **Pregoeiro**, à **licitante** vencedora.

13.2. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá homologar a licitação, determinando a consequente contratação.

13.3. Havendo recurso submetido à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, esta, se decidir por seu improvimento, procederá, de logo, ao ato de adjudicação e à homologação do procedimento, após constatar sua regularidade.

SEÇÃO XIV – DO CONTRATO

14.1. Será firmado contrato com a licitante vencedora, nos termos da minuta constante do Anexo III, com cláusulas regidas pela Lei n.º 8.666/93, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

14.2. O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e no Termo de Referência.

14.3. É condição para a celebração do contrato a manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

14.4. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação.

14.5. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

14.6. A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido na **condição 14.4**, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520/2002.

14.7. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

SEÇÃO XV – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

15.1. O serviço contratado será executado na forma estabelecida no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:

- a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- b) comportar-se de modo inidôneo;
- c) fizer declaração falsa;
- d) cometer fraude fiscal;
- e) não encaminhar a documentação exigida no certame ou encaminhar documentação falsa;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho;
- h) recusar-se injustificadamente a assinar o contrato ou a receber ou retirar a nota de empenho;
- i) não executar o objeto licitado;
- j) retardar a execução do objeto licitado;
- k) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.

16.2. Para os fins da **alínea “b”**, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

16.3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

16.4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE-BA.

16.5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

16.6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE/BA.

16.7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

16.8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 16.6 e 16.7**, será a licitante ou contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União– GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.

16.9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

16.10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

17.2. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

17.3. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

17.4. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

17.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

17.6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

SEÇÃO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, a licitante poderá formular consultas via e-mail cmlima@tre-ba.jus.br, informando o número deste Pregão.

18.2. Quaisquer esclarecimentos que porventura se façam necessários poderão ser obtidos por intermédio do telefone (71) 3373-7085, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 19h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.3. Até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão.

18.4. A impugnação poderá ser enviada diretamente para o e-mail do Pregoeiro ou protocolada neste Tribunal, de segunda a quinta-feira, no horário das 13h às 18h, e na sexta-feira, no horário das 08h às 13h.

18.5. Caberá ao Pregoeiro manifestar-se acerca da impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data em que recebê-la, encaminhando-a, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão.

SEÇÃO XIX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade no procedimento, ou revogada por motivos de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, mediante decisão fundamentada.

19.2. O Edital estará à disposição dos interessados na Seção de Licitações, localizada no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nos dias úteis, das 13h às 19h, de segunda a quinta, e de 8h às 13h, às sextas-feiras (HORA LOCAL), assim como na internet para download, nos endereços eletrônicos: www.gov.br/compras e www.tre-ba.jus.br.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente, salvo disposição em contrário, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

19.6. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as licitantes inabilitadas, a Administração poderá fixar prazo, nos termos do art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93, para apresentação de nova proposta ou nova documentação, escoimada das causas da desclassificação ou inabilitação.

19.7. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

19.7.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

19.8. O Pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

19.9. Os ajustes celebrados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (contratos, atas de registro de preços, convênios etc.) poderão ser assinados digitalmente, preferencialmente, por meio de certificado digital, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos pela referida infraestrutura, consoante prescreve o art. 1º da Portaria nº 475/2017 da presidência do TRE-BA.

19.9.1. Cabe às partes contratantes arcar com eventuais custos de aquisição de certificações e equipamentos porventura necessários à formalização do ajuste por meio eletrônico ou digital.

19.10. Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/18**.

19.10.1. Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, 09 de setembro de 2022

Cristiana Maria Paz Lima Soares



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

Pregoeira



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 59/2022

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de webconferência, pelo período de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA

A pandemia global do Novo Coronavírus declarado pela Organização Mundial da Saúde levou as autoridades públicas a decretarem restrições de contato social, o que implicou na necessidade de realização de trabalho remoto nas mais diversas organizações.

Findadas as restrições, percebeu-se que as soluções de digitalização dos serviços permitiram, por acabarem com necessidade de reunião de todos num único ambiente, ampliaram o alcance da comunicação entre os clientes e colaboradores, facilitando a vida de todos.

Diante desse fato, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia manteve o atendimento virtual, sobretudo na realização de audiências entre partes, sessões do plenário e realização ações de capacitação dos seus colaboradores.

Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE |
|------|--------|---|------------|
| 1 | 26077 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | 25 |

Para o provimento da função de webmeeting, o serviço deve possuir, no mínimo, os seguintes recursos:

- a)** Sem limite de quantidade de eventos remotos que poderão ser realizados por cada licença;
- b)** Sem limite de participantes com câmera ativa simultaneamente;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- c) Possibilidade de exibir apenas participantes com câmera ligada;
- d) Possibilidade de exibir, no mínimo, 20 (vinte) participantes ao mesmo tempo em uma mesma tela na versão desktop;
- e) Possibilidade de manter em destaque o participante que estiver falando;
- f) Sala de espera para o participante aguardar autorização para ingresso no evento;
- g) O ingresso de participantes ocorrer somente após o ingresso do anfitrião/organizador;
- h) Possibilidade de participação de até 300 (trezentas) pessoas por reunião;
- i) Possibilidade de o participante pedir a palavra por meio de uma ação ou ícone no ambiente da ferramenta e de o anfitrião/organizador controlar a ordem para fala;
- j) Possibilidade de os participantes baterem papo de forma privada e pública;
- k) Possibilidade de o anfitrião/organizador bloquear o bate papo privado ou público;
- l) Possibilidade de excluir participante;
- m) Possibilidade de desativar microfone e câmera de participante de modo que ele tenha que pedir permissão para reativar;
- n) Possibilidade de gravar os eventos, inclusive bate-papo, em nuvem e localmente;
- o) Possibilidade de compartilhar tela de apresentação;
- p) Possuir encriptação de dados nas comunicações;
- q) Possibilidade de encriptação de dados do cliente armazenados na nuvem, de modo que somente o cliente tenha acesso ao seu conteúdo;
- r) Possibilidade de uso de senha única de acesso a cada evento;
- s) Possibilidade de transmissão do evento ao vivo pelo canal do Contratante no Youtube;
- t) Possibilidade de divisão de uma reunião em sessões separadas para realização de atividades em grupos menores;
- u) Possibilidade de criação de canais de áudio independentes numa mesma reunião de modo que intérpretes possam traduzir eventos e os participantes possam escolher entre o áudio original e o traduzido.

4. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecedor deverá habilitar as licenças em até **em até 5 (cinco) dias úteis** após a celebração do ajuste.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

4.2. O serviço deverá estar disponível em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano.

5. RECEBIMENTO DO SERVIÇO

5.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

5.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

5.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o que foi pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para que providencie a reexecução do serviço no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.1.

5.5. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer ace à eventual aplicação de multa.

5.6. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos serviços durante o Recurso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

6. REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Além daquelas previstas no edital, a licitante deverá comprovar Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:

- a)** acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b)** prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c)** efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência e do edital;
- d)** zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e)** solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a)** executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- b)** manter o serviço disponível e acessível conforme especificado no item 4.2.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

10. PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

10.1 A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a)** atrasar injustificadamente o início da prestação do serviço – **1%, sobre o valor do serviço entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 30 (trinta) dias;**
- b)** inexecução total – **20% sobre o valor total contratado.**

10.2. Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, a Administração poderá não receber o serviço contratado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 23, inciso I da Portaria nº 308/2022, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

11.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

a) Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura;

b) Para valor superior a R\$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura.

12.2. Condiciona-se o pagamento à:

a) Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;

b) Declaração da Fiscalização do Contrato de que a execução se deu conforme pactuado;

12.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

12.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.

13. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

13.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

a) Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Seção de Licitações

b) A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

14.1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

14.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

14.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

15.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que a Contratada deve ser capaz de interagir junto ao fabricante e acioná-lo diretamente para atender com agilidade eventuais demandas de suporte por parte do TRE-BA. Somente revendedores parceiros autorizados do fabricante têm capacidade para acessar as contas registradas na plataforma de videoconferência bem como seus arquivos, sendo portanto os únicos autorizados pelo fabricante a prestar este suporte especializado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 59/2022

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

VALOR (ES) MÁXIMO(S) ADMITIDO (S) PARA CONTRATAÇÃO

| RESULTADO DA ESTIMATIVA | | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|
| Item | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
| 1 | licença | 25 | R\$ 1.323,46 | R\$ 33.086,50 |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 59/2022

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA BAHIA, E A
EMPRESA**

CONTRATO N.º 00/20XX

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **05.967.350/0001-45**, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral,, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXXXX**, telefone n.º (XX) **XXXXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade n.º **XXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF/MF sob n.º **XXXXXXXXXXXX**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA**, albergado na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, resultante do **Pregão n.º 59/2022**, consoante Processo (SEI) n.º 0015909-28.2022.6.05.8000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviço de webconferência, conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão n.º 59/2022 e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE CONTRATUAL

INSERIR TABELA COM ITENS CORRESPONDENTES

1. O valor total do presente contrato é de R\$ XXX,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).
2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

execução deste ajuste.

REAJUSTE

3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.
4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.
5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.
6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento **xxxx. “xxxxxxxxxx”**, vinculado à Ação **xxxxxxxxxx– “xxxxxxxxxxxxxx”**, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º **20XXNEXXXX**, em **xx** de **xxxxxxxxxxxxxx** de 20XX.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. A Contratante obriga-se a:
 - a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
 - c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
- h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;
- i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.
5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:
 - a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - b) comportar-se de modo inidôneo;
 - c) fizer declaração falsa;
 - d) cometer fraude fiscal;
 - e) falhar ou fraudar na execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

- f) não encaminhar documentação exigida no certame ou entregar documentação falsa;
 - g) não executar o objeto licitado;
 - h) retardar a execução do objeto licitado;
 - i) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.
2. Para os fins da alínea “b”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE-BA.
5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.
6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE/BA.
7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, observado o disposto nos **itens 6 e 7, desta Cláusula** a Contratada será intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.
9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.
10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.
2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:
 - a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
 - b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.
2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.
3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.
4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Licitações

5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão nº 59/2022 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxxx de 20XX.

Diretor-Geral do TRE-BA

CONTRATADA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
ASSESSORIA ESPECIAL DA DIRETORIA-GERAL

PORTARIA N.º 45, de 22 de abril de 2020.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso das atribuições que conferidas pelo art. 132 da Resolução Administrativa TRE/BA n.º 28/2019, de 22 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores ARTHUR RIBEIRO ROCHA (SELIC), ATHIÊ MARCOS ASSIS RAMOS (16ª ZE), CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES (SECONT), DANILO ALMEIDA PEREIRA (156ª ZE), GILSON SOARES DA CONCEIÇÃO (SELIC), LÚCIO ROBERTO DE OLIVEIRA (SELIC), MARCONNI RODRIGUES DE ALCÂNTARA SANTOS (SEAQUI), MARCOS DE ALBUQUERQUE MELLO (110ª ZE), MILENA AUSTREGÉSILO HERÊDA (SELIC) e RAUL ALMEIDA DA PAZ (ATRAN), na condição de pregoeiros, para examinar e julgar todos os documentos e procedimentos atinentes às licitações na modalidade Pregão, assim como atuar como membros da equipe de apoio.

Art. 2º Determinar que, que diante da natureza ou complexidade da contratação, caso o pregoeiro entenda necessária a participação de integrantes da unidade demandante e/ou de unidade técnica para auxílio na análise de documentação/informação referente à licitação, a Coordenadoria/Assessoria respectiva deverá indicar servidor para tal mister, após solicitação do pregoeiro.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo, de acordo com §2º do art. 16 do Decreto n.º 10.024/2019.

Salvador, 22 de abril de 2020.


RAIMUNDO VIEIRA
Diretor-Geral

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação para Publicação-Divulgação

09/09/2022 11:37:34

Pedido de Cotação Eletrônica



Este Aviso de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 12/09/2022 e Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão

14000 - JUSTICA ELEITORAL

UASG Responsável

70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação

00059/2022

Forma de Realização

Eletrônico

Característica

Tradicional

Modo de Disputa

Aberto/Fechado

Nº do Processo

0015909-28.2022

Tipo de Licitação

Menor Preço

Quantidade de Itens

☐ Equalização de ICMS☐ Internacional

1

Objeto

Contratação de serviço de webconferência

Primeira Data da Publicação/Divulgação

12/09/2022

Segunda Data da Publicação

Terceira Data da Publicação

Data da Disponibilidade do Edital

A partir de 12/09/2022 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação

Em 23/09/2022 às 09:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora

70013

Unidade Gestora

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Gestão

00001

Empenho

2022

NE

000001

Disponibilizar para Publicação/Divulgação

Aviso de Licitação

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 72/2022, assinada entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa PRÓTESE VIDA COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALAR EIRELI - ME, para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha, limpeza, higienização e EPls. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.666/93 e n.º 10.520/2002; Decretos n.º 10.024/2019 e 7.892/2013; Resolução Administrativa TRE-BA nº 10/2007, PROCESSO: SEI Nº 0003734-02.2022.6.05.8000. VIGÊNCIA: 12 meses, contados da data da sua assinatura. ASSINATURA: 09/09/2022. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira, pelo TRE-BA, e o Sr. Edilson da Rocha Badaró.

| Item | Especificação | Qtd. Total Estimada | Preço Unitário (R\$) |
|------|--|---------------------|----------------------|
| 2. | Copo plástico descartável - para Café Marca / Modelo: Coposshio | 5.000 | 2,23 |

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2022 - UASG 70013

Nº Processo: 0015909-28.2022. Objeto: Contratação de serviço de webconferência. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 12/09/2022 das 08h00 às 17h59. Endereço: 1. Avenida do Cab, Nr. 150 - Salvador - Ba, Paralela - Salvador/BA ou <https://www.gov.br/compras/edital/70013-5-00059-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 12/09/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 23/09/2022 às 09h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O Edital está disponível no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), bem como no site do Tribunal, no endereço www.tre-ba.jus.br. Outras informações poderão ser obtidas por meio do telefone (71) 3373-7085.

CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES
Pregoeira

(SIASGnet - 09/09/2022) 70013-00001-2022NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Espécie: Processo SEI n.º 2022.0.000003764-9. Espécie: Dispensa de licitação. Objeto: contratação por dispensa do serviço de locação de veículo com motorista para a 73ª Zona Eleitoral - Ibiapina, uma vez que foram realizados dois pregões presenciais sem que houvesse interessados no objeto. Contratado: JOSÉ LUCAS ROCHA DE SANTANA, CPF: 008.585.893-54. Valor: R\$ 4.375,00, Fundamento: art. 24, V da Lei n.º 8.666/93 e Processo SEI nº 2022.0.000003764-9 Ratificado por: Hugo Pereira Filho, Diretor-Geral. Data: 03/09/2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 30/2022, firmado em 09/09/2022, com a empresa VISUAUDIO SERVIÇOS DE LOCUÇÃO E SONORIZAÇÃO DE AUDIO E VIDEO LTDA. (CNPJ: 07.795.905/0001-44); Objeto: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de tradução/interpretação simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras), confecção de legenda para surdos e ensurdecidos (LSE) e audiodescrição (AD), em eventos promovidos ou apoiados pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TREDF), nas modalidades ao vivo presencial (executado no local do evento), ao vivo não-presencial (reproduzido simultaneamente) ou gravado previamente, conforme regras estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico 12/2022 e nas especificações constantes de seu Anexo I (Termo de Referência e seus anexos) e na proposta da CONTRATADA, na parte que não contrariar os documentos anteriormente citados, que integram este instrumento, independentemente de transcrição; Processo: 0003139-71.2021.6.07.8100; Vigência: 12 (doze) meses; Valor total: R\$ 254.542,00; Signatários: Desembargador ROBERVAL CASEMIRO BELINATI, Presidente do TRE/DF, e Senhor WALMIR CORREA DO NASCIMENTO.

EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Termo de Credenciamento nº 63/2022. Processo SEI nº 0008771-44.2022.6.07.8100. Credenciada: PREODONTO - PREVENÇÃO REABILITAÇÃO E ESTÉTICA ODONTOLÓGICA LTDA. (CNPJ: 04.266.309/0001-89). Objeto: a CREDENCIADA compromete-se a prestar, aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde e Benefícios Sociais - TRE-SAÚDE do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE-DF, no âmbito do Distrito Federal, os serviços de assistência e atendimento odontológico em conformidade com a proposta apresentada e com as regras estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2022 e seus anexos; Vigência: Prazo indeterminado. Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93, artigo 25, "caput", e demais artigos aplicáveis, além da Resolução TRE-DF nº 7853, de 13 de agosto de 2020, e alterações posteriores. Data e assinaturas: Brasília, 09/09/2022. Sr. EDUARDO DE CASTRO RODRIGUES, Diretor-Geral do TRE-DF, e Sr. CLÁUDIO LUIS ALVES MELKEN.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2022 - UASG 070023

Nº Processo: 22 .0.000004925-9. Pregão Nº 45/2022. Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS. Contratado: 08.531.933/0001-17 - ABC SERVICOS GERAIS EIRELI. Objeto: Serviços contínuos de apoio à conservação de urnas eletrônicas, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Fundamento Legal: LEI 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 09/09/2022 a 09/05/2024. Valor Total: R\$ 609.138,24. Data de Assinatura: 09/09/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 09/09/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2022 - UASG 070023

Número do Contrato: 1/2021. Nº Processo: 21.0.000006606-8 . Contratante: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS. Contratado: 02.292.266/0001-80 - GOIAS TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE GOIAS. Objeto: Inclusão de espaço localizado no fórum da comarca de Itajá, para instalação do cartório eleitoral do aludido município, com área total de 22,80 m². Vigência: 07/10/2021 a 07/10/2026. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 1.902.225,60. Data de Assinatura: 08/09/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 08/09/2022).

EDITAL Nº 2/2022 - CAVE

Viviane Silva de Moraes Azevedo, Juíza Presidente da Comissão de Auditoria do Sistema Eletrônico de Votação, nos termos da Portaria nº 231/2022 - PRES e no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 54 da Resolução TSE nº 23.673/2021, torna público:
TORNAR PÚBLICO a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que a Auditoria de Verificação do Funcionamento das Urnas Eletrônicas será realizada no mesmo dia e horário da votação oficial, das 7 às 17 horas, nos dias

02/10/2022 e 30/10/2022 (caso haja segundo turno), nos espaços Congadas e Goyazes, localizados nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na Av. T-1, esquina com T-51, Lotes 1 a 24, Qd. T-22 - Setor Bueno.

Dessa forma, FICAM os candidatos, os fiscais, os delegados dos partidos políticos, os representantes das coligações e federações, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público, a imprensa, as entidades representativas da sociedade civil e quaisquer interessados CONVIDADOS para, querendo, acompanharem o referido procedimento, nos termos da Resolução TSE nº 23.673/2021.

E para o conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital, que será publicado na imprensa oficial, em jornal de grande circulação regional e no sítio eletrônico. Dado e passado nesta cidade de Goiânia, estado de Goiás, aos (data da assinatura digital) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois. Eu, Márcia Xavier de Azevedo, membro da comissão, o lavrei.

VIVIANE SILVA DE MORAES AZEVEDO

EDITAL Nº 3/2022 - CAVE

Viviane Silva de Moraes Azevedo, Juíza Presidente da Comissão de Auditoria do Sistema Eletrônico de Votação, nos termos da Portaria nº 231/2022 - PRES e no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 54 da Resolução TSE nº 23.673/2021, torna público:

FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que a Comissão de Auditoria do Sistema Eletrônico de Votação - Eleições 2022 sorteará nos dias 01/10/2022 e 29/10/2022 (caso haja segundo turno), entre 7 e 12 horas, nas dependências do Auditório Des. Geraldo Salvador de Moura (Tribunal Pleno), localizado neste Regional, 35 (trinta e cinco) seções eleitorais, sendo as 27 (vinte e sete) primeiras urnas escolhidas ou sorteadas submetidas ao Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas, a partir das 7 horas do dia 02/10/2022 e 30/10/2022 (caso haja segundo turno), nos espaços Congadas e Goyazes, localizados nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na Av. T-1, esquina com T-51, Lotes 1 a 24, Qd. T-22 - Setor Bueno, e as outras 8 (oito) serão submetidas ao Teste de Autenticidade dos Sistemas Eleitorais, a ser realizado nos respectivos locais de votação das seções eleitorais sorteadas.

Dessa forma, FICAM os candidatos, os fiscais, os delegados dos partidos políticos, os representantes das coligações e das federações, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério Público, a imprensa, as entidades representativas da sociedade civil e quaisquer interessados CONVIDADOS para, querendo, acompanharem o referido procedimento, nos termos da Resolução TSE nº 23.673/2021.

E para o conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital, que será publicado na imprensa oficial, em jornal de grande circulação regional e no sítio eletrônico. Dado e passado nesta cidade de Goiânia, Estado de Goiás, aos (data da assinatura digital) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois. Eu, Márcia Xavier de Azevedo, membro da comissão, o lavrei.

VIVIANE SILVA DE MORAES AZEVEDO

EDITAL Nº 1/2022 - CAVE

Viviane Silva de Moraes Azevedo, Juíza Presidente da Comissão de Auditoria do Sistema Eletrônico de Votação, nos termos da Portaria nº 231/2022 - PRES e no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 54 da Resolução TSE nº 23.673/2021, torna público:

A todos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, que a Comissão de Auditoria do Sistema Eletrônico de Votação - Eleições 2022 CONVOCA as entidades descritas no art. 6º, da Resolução TSE nº 23.673/2021, item 2.1 adiante, para participarem da Reunião Preparatória da Auditoria de Verificação do Funcionamento das Urnas Eletrônicas das Eleições 2022, a fim de demonstrar o processo de auditoria das urnas, apresentar a logística, definir parâmetros e tirar dúvidas das entidades fiscalizadoras, a ser realizada no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás - TRE/GO, com sede na praça cívica, nº 300, Goiânia/GO:

- Data: 15/09/2022
- Horário 14:00
- Local: Auditório Levino Emiliano dos Passos, localizado na sede do TRE-GO.

1. Da pauta da reunião:
 - 1.1. Demonstração do processo de auditoria das urnas;
 - 1.2. Apresentação da logística.
 - 1.3. definição dos parâmetros;
 - 1.4 Esclarecer as dúvidas.
2. Das entidades fiscalizadoras:
 - 2.1. A reunião será aberta às entidades fiscalizadoras, legitimadas a participar

das etapas do processo de fiscalização, conforme previsto no art. 6º da Resolução TSE nº 23.673/2021:

- I - partidos políticos, federações e coligações;
- II - Ordem dos Advogados do Brasil;
- III - Ministério Público;
- IV - Congresso Nacional;
- V - Supremo Tribunal Federal;
- VI - Controladoria-Geral da União;
- VII - Polícia Federal;
- VIII - Sociedade Brasileira de Computação;
- IX - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;
- X - Conselho Nacional de Justiça;
- XI - Conselho Nacional do Ministério Público;
- XII - Tribunal de Contas da União;
- XIII - Forças Armadas;
- XIV - Confederação Nacional da Indústria, demais integrantes do Sistema Indústria e entidades corporativas pertencentes ao Sistema S;
- XV - entidades privadas brasileiras, sem fins lucrativos, com notória atuação em fiscalização e transparência da gestão pública, credenciadas junto ao TSE; e
- XVI - departamentos de tecnologia da informação de universidades credenciadas junto ao TSE.

3. Das disposições gerais:
 - 3.1. Para facilitar a realização da reunião, serão adotadas as medidas necessárias para acesso ao ambiente e para participação dos interessados.
 - 3.4. Serão coibidas as condutas desrespeitosas ou com o fim de protelar ou desvirtuar o objetivo da reunião.

E para o conhecimento de todos os interessados, expediu-se o presente Edital, que será publicado na imprensa oficial, em jornal de grande circulação regional e no sítio eletrônico. Dado e passado nesta cidade de Goiânia, Estado de Goiás, aos (data da assinatura digital) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois. Eu, Márcia Xavier de Azevedo, membro da comissão, o lavrei.

VIVIANE SILVA DE MORAES AZEVEDO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022

O TRE-GO torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação. MODALIDADE: Tomada de Preços nº 02/2022. TIPO: Menor Preço. OBJETO: contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia consistentes na construção de mezanino, adequação do portão de entrada do prédio, pavimentação externa e fornecimento e instalação de elevador, que serão executados no Edifício Anexo II, localizado em Goiânia-GO. DATA DA ABERTURA: 28 de setembro de 2022 (28/09/2022), às 14:00 (catorze) horas. LOCAL DE REALIZAÇÃO: Auditório do TRE-GO,





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SELIC

Licitação publicada.

Abertura em **23/09/2022, às 09h (horário de Brasília)**.

Deixamos de enviar à SEAQUI, pois não houve proposta comercial enviada, e sim pesquisa em licitações recentemente promovidas para os itens desta contratação.

Ao NUP (Pregoeira: Cristiana Lima).



Documento assinado eletronicamente por **Grace Lane Gama Bulcão Freitas, Técnico Judiciário**, em 13/09/2022, às 14:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2096111** e o código CRC **AC5D0A71**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2096111v3

Pregão/Concorrência Eletrônica

70013 .592022 .11209 .4350 .498585780



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral na Bahia

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00059/2022

Às 09:00 horas do dia 23 de setembro de 2022, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 45/2020 de 22/04/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 0015909-28.2022, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00059/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Contratação de serviço de webconferência. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1**Descrição:** Software como Serviço - Saas**Descrição Complementar:** Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business), Conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital) UNIDADE = A LICENÇA**Tratamento Diferenciado:** -**Quantidade:** 25**Unidade de fornecimento:** UNIDADE**Valor Máximo Aceitável:** R\$ 33.086,5000**Situação:** Aceito e Habilitado com intenção de recurso**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** -**Aceito para:** XP ON CONSULTORIA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 29.310,0000 .**Histórico****Item: 1 - Software como Serviço - Saas**

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

| CNPJ/CPF | Fornecedor | ME/EPP Equiparada | Declaração ME/EPP | Quantidade | Valor Unit. | Valor Global | Data/Hora Registro |
|---|---|----------------------|----------------------|------------|----------------|-----------------|------------------------|
| 35.486.862/0001-50 | MOVLEADS AGENCIA DE MARKETING DIGITAL LTDA. | Sim | Sim | 25 | R\$ 1.323,0000 | R\$ 33.075,0000 | 20/09/2022 18:12:39 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Zoom Meetings Plano Corporativo (Business). Vigência: 12 meses. Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 39.378.032/0001-60 | HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA | Sim | Sim | 25 | R\$ 1.323,4600 | R\$ 33.086,5000 | 19/09/2022 17:04:36 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de serviço de webconferência, pelo período de 12 meses Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 10.960.389/0001-70 | K2. ASSESSORIA E COMUNICACAO DIGITAL EIRELI | Não | Não | 25 | R\$ 1.323,4600 | R\$ 33.086,5000 | 21/09/2022 16:00:22 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Zoom meetings Plano CORPORATIVO (Business) Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP) | | | | | | | |
| 23.692.857/0001-15 | LATAMSUL IMPORTACAO SERVICOS E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA. | Sim | Não | 25 | R\$ 1.323,4600 | R\$ 33.086,5000 | 21/09/2022 16:34:08 |
| Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business), Conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital) UNIDADE = A LICENÇA Porte da empresa: ME/EPP | | | | | | | |
| 23.518.065/0001-29 | XP ON CONSULTORIA LTDA | Não | Não | 25 | R\$ 1.323,4600 | R\$ 33.086,5000 | 22/09/2022 11:04:10 |

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licenças Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business)**Porte da empresa:** Demais (Diferente de ME/EPP)

| | | | | | | | |
|--------------------|--------------|-----|-----|----|----------------|-----------------|------------|
| 33.216.487/0001-01 | 2SP COMERCIO | Sim | Sim | 25 | R\$ 3.000,0000 | R\$ 75.000,0000 | 23/09/2022 |
| | DE | | | | | | 08:22:45 |
| | ELETRONICOS | | | | | | |
| | EIRELI | | | | | | |

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business), Conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital) UNIDADE = A LICENÇA**Porte da empresa:** ME/EPP**Lances** (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)

| Valor do Lance | CNPJ/CPF | Data/Hora Registro |
|-----------------|--------------------|-------------------------|
| R\$ 75.000,0000 | 33.216.487/0001-01 | 23/09/2022 09:00:01:270 |
| R\$ 33.086,5000 | 39.378.032/0001-60 | 23/09/2022 09:00:01:270 |
| R\$ 33.086,5000 | 10.960.389/0001-70 | 23/09/2022 09:00:01:270 |
| R\$ 33.086,5000 | 23.692.857/0001-15 | 23/09/2022 09:00:01:270 |
| R\$ 33.086,5000 | 23.518.065/0001-29 | 23/09/2022 09:00:01:270 |
| R\$ 33.075,0000 | 35.486.862/0001-50 | 23/09/2022 09:00:01:270 |
| R\$ 33.086,0000 | 33.216.487/0001-01 | 23/09/2022 09:19:42:010 |
| R\$ 33.074,0000 | 23.518.065/0001-29 | 23/09/2022 09:20:34:190 |
| R\$ 33.073,0000 | 35.486.862/0001-50 | 23/09/2022 09:20:57:810 |
| R\$ 33.072,0000 | 23.518.065/0001-29 | 23/09/2022 09:21:35:227 |
| R\$ 33.071,0000 | 35.486.862/0001-50 | 23/09/2022 09:21:58:047 |
| R\$ 33.070,0000 | 23.518.065/0001-29 | 23/09/2022 09:22:07:900 |
| R\$ 33.067,0000 | 35.486.862/0001-50 | 23/09/2022 09:22:46:143 |
| R\$ 33.066,9900 | 23.518.065/0001-29 | 23/09/2022 09:22:59:357 |
| R\$ 33.065,0000 | 35.486.862/0001-50 | 23/09/2022 09:23:36:187 |
| R\$ 33.064,9900 | 23.518.065/0001-29 | 23/09/2022 09:23:46:733 |
| R\$ 33.063,0000 | 35.486.862/0001-50 | 23/09/2022 09:24:33:557 |
| R\$ 33.062,9900 | 23.518.065/0001-29 | 23/09/2022 09:24:45:780 |
| R\$ 33.062,0000 | 35.486.862/0001-50 | 23/09/2022 09:25:37:543 |
| R\$ 29.310,0000 | 23.518.065/0001-29 | 23/09/2022 09:29:09:597 |
| R\$ 29.968,0000 | 39.378.032/0001-60 | 23/09/2022 09:29:35:567 |
| R\$ 32.500,0000 | 23.692.857/0001-15 | 23/09/2022 09:29:47:380 |

Desempate de Lances ME/EPP

| CPF/CNPJ | Data/Hora Inicial Desempate | Data/Hora Final Desempate | Situação do Lance | Valor do Lance |
|--------------------|-----------------------------|---------------------------|-------------------------|-----------------|
| 39.378.032/0001-60 | 23/09/2022 09:31:50:123 | 23/09/2022 09:33:23:833 | Fornecedor enviou lance | R\$ 29.309,0000 |

Eventos do Item

| Evento | Data | Observações |
|---------------------------------------|---------------------|--|
| Abertura | 23/09/2022 09:06:01 | Item aberto para lances. |
| Encerramento etapa aberta | 23/09/2022 09:26:49 | Item com etapa aberta encerrada. |
| Início 1a etapa fechada | 23/09/2022 09:26:49 | Convocados os fornecedores para a 1º etapa fechada que apresentaram lance entre R\$ 33.062,0000 e R\$ 33.086,5000. |
| Encerramento etapa fechada | 23/09/2022 09:31:50 | Item com etapa fechada encerrada. |
| Desempate - Início do desempate | 23/09/2022 09:31:50 | Item está em 1º desempate Me/Epp, aguardando lance. |
| Desempate - Encerramento do desempate | 23/09/2022 09:33:23 | O Item teve o 1º desempate Me/Epp encerrado. O fornecedor HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CPF/CNPJ: 39.378.032/0001-60 enviou um lance no valor de R\$ 29.309,0000. |
| Encerramento | 23/09/2022 09:33:23 | Item encerrado para lances. |
| Aceite de proposta | 23/09/2022 09:48:02 | Aceite individual da proposta. Fornecedor: HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ/CPF: 39.378.032/0001-60, pelo melhor lance de R\$ 29.309,0000. |
| Abertura do prazo - Convocação anexo | 23/09/2022 10:40:15 | Convocado para envio de anexo o fornecedor HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ/CPF: 39.378.032/0001-60. |
| Encerramento | 23/09/2022 | Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor HD SOLUCOES TECNOLOGICAS |

do prazo -
Convocação
anexo

11:31:11 LTDA, CNPJ/CPF: 39.378.032/0001-60.

Recusa de
proposta23/09/2022
12:22:51

Recusa da proposta. Fornecedor: HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ/CPF: 39.378.032/0001-60, pelo melhor lance de R\$ 29.309,0000. Motivo: São representantes da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, que é a quem registrou a marca VIDEOBRAX. Assim, reconsideramos a nossa decisão e rejeitaremos a sua proposta com base na condição 10.11 do edital.

Aceite de
proposta28/09/2022
09:02:12

Aceite individual da proposta. Fornecedor: XP ON CONSULTORIA LTDA, CNPJ/CPF: 23.518.065/0001-29, pelo melhor lance de R\$ 29.310,0000.

Habilitação de
fornecedor28/09/2022
09:06:56

Habilitação em grupo de propostas. Fornecedor: XP ON CONSULTORIA LTDA - CNPJ/CPF: 23.518.065/0001-29

Registro de
intenção de
recurso28/09/2022
09:09:09

Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA CNPJ/CPF: 39378032000160. Motivo: Manifestamos intenção de recurso contra a nossa desclassificação, uma vez que somos uma revenda autorizada ZOOM detentora do contrato atual do TRe-BA, cujas justas razões serão comprovadas e

Aceite de
intenção de
recurso28/09/2022
09:42:33

Intenção de recurso aceita. Fornecedor: HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ/CPF: 39378032000160. Motivo: Aceita a intenção de interpor recurso por apresentar os requisitos recursais como tempestividade, legitimidade e motivação.

Intenções de Recurso para o Item

| CNPJ/CPF | Data/Hora do Recurso | Data/Hora Admissibilidade | Situação |
|--|----------------------|---------------------------|----------|
| 39.378.032/0001-60 | 28/09/2022 09:09 | 28/09/2022 09:42 | Aceito |
| Motivo Intenção: Manifestamos intenção de recurso contra a nossa desclassificação, uma vez que somos uma revenda autorizada ZOOM detentora do contrato atual do TRe-BA, cujas justas razões serão comprovadas em peça recursal. Esta intenção de recurso corre nos termos do Acórdão TCU 2560/2009 – Plenário 2717/2008 e AC-6240-38/13-2, que considera irregular a rejeição sumária da intenção de recurso. | | | |
| Motivo Aceite ou Recusa: Aceita a intenção de interpor recurso por apresentar os requisitos recursais como tempestividade, legitimidade e motivação. | | | |

Troca de Mensagens

| | Data | Mensagem |
|-----------|------------------------|--|
| Sistema | 23/09/2022 09:00:01 | A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 12:00 e entre 13:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados. |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:00:35 | Bom dia, senhores licitantes. Sejam bem vindos |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:01:41 | Efetuiremos o exame preliminar das propostas |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:03:07 | Alertamos, aos Senhores Licitantes, que, conforme Portaria 305/2019 e Condição 16.1.do Edital, a DESISTÊNCIA IMOTIVADA DA PROPOSTA, ocasionará a instauração de processo para apurar a conduta da licitante, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002. |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:03:34 | Mantenham conectados até o final, por favor. |
| Sistema | 23/09/2022 09:05:01 | Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados. |
| Sistema | 23/09/2022 09:05:01 | A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados. |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:05:49 | Iniciaremos a etapa de lances |
| Sistema | 23/09/2022 09:06:01 | O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances. |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:07:06 | Senhores, aproveitem e deem seus lances |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:13:04 | Senhores, deem seus lances, não deixem para a fase aleatória |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:16:40 | Senhores, deem seus lances, Aproveitem a oportunidade |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:20:22 | A fase aberta está se encerrando |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:21:39 | Entramos no período aleatório |
| Sistema | 23/09/2022 09:26:49 | A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 33.062,0000 e R\$ 33.086,5000 poderá enviar um lance único e fechado até às |

09:31:49 do dia 23/09/2022.

| | | |
|--------------------|------------------------|---|
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:27:00 | Sejam mais agressivos nos seus lances |
| Sistema | 23/09/2022 09:31:50 | A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 32.500,0000, R\$ 29.310,0000 e R\$ 29.968,0000. |
| Sistema | 23/09/2022 09:31:50 | O item 1 terá desempate Me/Epp do lance. Mantenham-se conectados. |
| Sistema | 23/09/2022 09:31:50 | Sr. Fornecedor HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CPF/CNPJ 39.378.032/0001-60, em cumprimento à Lei Complementar 123 de 14/12/2006, você poderá enviar ou desistir de apresentar lance final e único para o item 1 até às 09:36:50 do dia 23/09/2022. Acesse a Sala de Disputa. |
| Sistema | 23/09/2022 09:33:23 | O item 1 teve o 1º desempate Me/Epp encerrado. O fornecedor HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CPF/CNPJ 39.378.032/0001-60 enviou um lance no valor de R\$ 29.309,0000. |
| Sistema | 23/09/2022 09:33:23 | O item 1 está encerrado. |
| Sistema | 23/09/2022 09:33:32 | A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade". |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:38:17 | Bom dia, mais um vez, senhores licitantes |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:38:58 | Para HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - Senhor licitante, o seu foi o melhor preço ofertado. |
| 39.378.032/0001-60 | 23/09/2022 09:40:18 | Bom dia! |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:43:56 | Para HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - Verificamos que os senhores atendem à condição 10.11 do edital |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:44:44 | Para HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - É possível reduzir mais o valor ofertado? |
| 39.378.032/0001-60 | 23/09/2022 09:46:27 | senhor pregoeiro esse é meu valor mínimo. |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:47:33 | Para HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - Agradecemos senhores. Aceitaremos a sua proposta. |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:48:40 | Passaremos agora para a fase de habilitação |
| Pregoeiro | 23/09/2022 09:49:17 | Pedimos que se mantenham conectados, por favor |
| Pregoeiro | 23/09/2022 10:39:26 | Para HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - Sr. licitante, na análise da documentação não conseguimos verificar que a empresa HD Soluções Tecnológicas Ltda é a Videobrax, que consta da proposta e como sendo a autorizada no site do Zoom. Poderiam nos esclarecer, por favor? Concederemos o prazo de 2 (duas) horas, conforme condição 11.12.1 do edital, par ao envio da documentação complementar. |
| Sistema | 23/09/2022 10:40:15 | Senhor fornecedor HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ/CPF: 39.378.032/0001-60, solicito o envio do anexo referente ao item 1. |
| Sistema | 23/09/2022 11:31:11 | Senhor Pregoeiro, o fornecedor HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ/CPF: 39.378.032/0001-60, enviou o anexo para o item 1. |
| Pregoeiro | 23/09/2022 11:55:13 | Senhor licitante, agradecemos o envio da documentação. Estamos analisando. |
| Pregoeiro | 23/09/2022 11:55:33 | Para HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - Senhor licitante, agradecemos o envio da documentação. Estamos analisando. |
| 39.378.032/0001-60 | 23/09/2022 11:56:36 | Obrigada |
| Pregoeiro | 23/09/2022 12:19:36 | Para HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - Senhores, após a análise da documentação enviada, fica claro que vocês são representantes da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, que é a quem registrou a marca VIDEOBRAX. Assim, reconsideramos a nossa decisão e rejeitaremos a sua proposta com base na condição 10.11 do edital... |
| Pregoeiro | 23/09/2022 12:20:39 | Para HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - ... pois a condição é clara: "10.11 A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. ... |
| Pregoeiro | 23/09/2022 12:20:54 | Para HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA - ... Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners&region[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil |
| Pregoeiro | 23/09/2022 12:24:35 | Senhores licitantes, devido ao horário, suspenderemos agora esta sessão e daremos continuidade na segunda-feira, dia 26/09/2022, às 9:00h |
| Pregoeiro | 23/09/2022 12:24:43 | Obrigada a todos. |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:00:45 | Bom dia, senhores |
| Pregoeiro | 26/09/2022 | Considerando a rejeição da proposta da empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA |

| | | |
|--------------------|------------------------|--|
| | 09:04:04 | com base na condição 10.11 do edital, passaremos agora para a próxima colocada, a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:10:16 | Para XP ON CONSULTORIA LTDA - Senhores, consultamos se é possível reduzir mais o valor ofertado. |
| 23.518.065/0001-29 | 26/09/2022 09:11:44 | Bom dia Sra. Pregoeira e Equipe de Apoio. Agradecemos pela consulta, neste momento informamos a impossibilidade de aplicar redução no valor final ofertado. |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:14:08 | Para XP ON CONSULTORIA LTDA - Obrigada. |
| 23.518.065/0001-29 | 26/09/2022 09:15:32 | Igualmente agradecidos. |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:17:02 | Para XP ON CONSULTORIA LTDA - Confirma que atende à condição 10.11 do edital? Sendo vocês a empresa que aparece no site https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners&region[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil , sendo uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais? |
| 23.518.065/0001-29 | 26/09/2022 09:18:26 | Confirmamos. |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:20:15 | Para XP ON CONSULTORIA LTDA - Obrigada. Aceitaremos a sua proposta |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:22:00 | Senhores, o sistema está apresentando falhas, não permitindo procedermos à aceitação |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:23:36 | Aparece a seguinte mensagem: "Ocorreu um problema na integração entre sistemas na verificação do empate ficto. Não será possível efetuar a aceitação neste momento. Tente novamente mais tarde." |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:28:42 | Assim, pedimos que aguardem, por favor, e mantenham-se conectados. |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:34:06 | Foi postada a seguinte mensagem no site do compras.gov.br : "Prezados Fornecedores e Usuários do Governo, Informamos que o sistema Compras.gov.br estará indisponível a partir das 20h do dia 23/09/2022 - sexta-feira, voltando a funcionar normalmente no dia 26/09/2022, segunda-feira, 07h. Neste período, todas as funcionalidades do sistema estarão inacessíveis" |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:34:29 | Cremos que isso pode ainda estar afetando o sistema. |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:34:44 | Estamos verificando, aguardem, por favor. |
| Pregoeiro | 26/09/2022 09:50:48 | Senhores, infelizmente suspenderemos esta sessão e daremos continuidade amanhã, dia 27/09, às 9h. Esperamos que o sistema já esteja normalizado. Tenham um bom dia. |
| Pregoeiro | 27/09/2022 09:01:52 | Senhores, bom dia |
| Pregoeiro | 27/09/2022 09:02:49 | Infelizmente o sistema Compras.gov.br continua apresentando o mesmo erro, não permitindo aceitar a proposta |
| Pregoeiro | 27/09/2022 09:09:52 | Já analisamos a documentação da empresa XP ON CONSULTORIA LTDA e vimos que também atende aos requisitos de habilitação. |
| Pregoeiro | 27/09/2022 09:11:17 | Infelizmente temos que suspender mais uma vez a sessão, pois não conseguimos prosseguir com o pregão devido à falha no sistema. Pedimos desculpas. |
| Pregoeiro | 27/09/2022 09:13:11 | Reabriremos amanhã, dia 28/09/2022, às 9h |
| Pregoeiro | 27/09/2022 09:13:34 | Obrigada, e tenham todos um bom dia. |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:00:13 | Bom dia, senhores licitantes. |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:00:53 | Sejam todos bem vindos. Hoje o sistema está operando normalmente. |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:01:52 | Seguiremos para a aceitação da proposta da empresa XP ON CONSULTORIA LTDA. |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:02:51 | A próxima etapa é a habilitação da empresa. |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:04:44 | Verificamos os documentos enviados pela empresa e procedemos as consultas ao SICAF, Portal de Transparência e CNJ e verificamos que a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA. atende aos requisitos de habilitação. |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:05:20 | Assim, declaramos como vencedora a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA. E procedermos a sua habilitação. |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:06:39 | Após isso, abriremos o prazo para manifestação de intenção de recurso |
| Sistema | 28/09/2022 09:06:58 | Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'. |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:07:44 | Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 28/09/2022 às 09:37:00. |
| Pregoeiro | 28/09/2022 | Senhores, foi manifestada a intenção de interposição de recurso. |

| | | |
|-----------|------------------------|---|
| | 09:45:02 | |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:46:01 | Lembramos a condição 12.5 do edital: "licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente." |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:51:54 | Lembramos os prazos: Limite de prazo para a apresentação da Razão do Recurso: 04/10/2022; Limite de prazo para Contrarrazão: 07/10/2022; Limite de prazo para Decisão: 14/10/2022 |
| Pregoeiro | 28/09/2022 09:52:32 | Encerraremos a sessão deste Pregão. Agradeço a todos e tenham um bom dia. |

Eventos da Licitação

| Evento | Data/Hora | Observações |
|--------------------------------------|------------------------|---|
| Alteração equipe | 22/09/2022 12:27:20 | |
| Abertura da sessão pública | 23/09/2022 09:00:01 | Abertura da sessão pública |
| Encerramento da análise de propostas | 23/09/2022 09:05:01 | Etapa de análise de propostas encerrada. |
| Julgamento de propostas | 23/09/2022 09:33:32 | Início da etapa de julgamento de propostas |
| Abertura do prazo | 28/09/2022 09:06:58 | Abertura de prazo para intenção de recurso |
| Fechamento do prazo | 28/09/2022 09:07:44 | Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 28/09/2022 às 09:37:00. |

Data limite para registro de recurso: 04/10/2022.
 Data limite para registro de contrarrazão: 07/10/2022.
 Data limite para registro de decisão: 14/10/2022.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 09:52 horas do dia 28 de setembro de 2022, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES
Pregoeiro Oficial

GILSON SOARES DA CONCEICAO
Equipe de Apoio



Voltar



■ DECLARAÇÕES

UASG 70013 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Pregão Nº 592022 - (Decreto Nº 10.024/2019)

| CNPJ/CPF | Razão Social/Nome | Porte da Empresa |
|--|--|---|
| 39.378.032/0001-60 | HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA | ME/EPP |
| Data Declarações: 19/09/2022 17:04 | Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u> | Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u> |
| Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> | Declaração de Menor: <u>SIM</u> | Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u> |
| Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> | | Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u> |
| Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u> | | |
| 35.486.862/0001-50 | MOVLEADS AGENCIA DE MARKETING DIGITAL LTDA. | ME/EPP |
| Data Declarações: 20/09/2022 18:12 | Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u> | Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u> |
| Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> | Declaração de Menor: <u>SIM</u> | Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u> |
| Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> | | Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u> |
| Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u> | | |
| 10.960.389/0001-70 | K2. ASSESSORIA E COMUNICACAO DIGITAL EIRELI | Demais (Diferente de ME/EPP) |
| Data Declarações: 21/09/2022 16:00 | Declaração MEE/EPP: NÃO | Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u> |
| Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> | Declaração de Menor: <u>SIM</u> | Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u> |
| Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> | | Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u> |
| Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u> | | |
| 23.692.857/0001-15 | LATAMSUL IMPORTACAO SERVICOS E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA. | ME/EPP |
| Data Declarações: 21/09/2022 16:34 | Declaração MEE/EPP: NÃO | Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u> |
| Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> | Declaração de Menor: <u>SIM</u> | Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u> |
| Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> | | Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u> |
| Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u> | | |
| 23.518.065/0001-29 | XP ON CONSULTORIA LTDA | Demais (Diferente de ME/EPP) |
| Data Declarações: 22/09/2022 11:04 | Declaração MEE/EPP: NÃO | Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u> |
| Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> | Declaração de Menor: <u>SIM</u> | Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u> |
| Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> | | Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u> |
| Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u> | | |
| 33.216.487/0001-01 | 2SP COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI | ME/EPP |
| Data Declarações: 23/09/2022 08:22 | Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u> | Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u> |
| Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> | Declaração de Menor: <u>SIM</u> | Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u> |
| Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> | | Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u> |
| Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u> | | |



Imprimir o Relatório

Fechar



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

LISTA DE VERIFICAÇÃO – PREGÃO 59/2022

(Instrução processual - fase de habilitação)

| | |
|-------------------------------------|--|
| FORNECEDOR: | XP ON CONSULTORIA LTDA |
| CNPJ: | 23.518.065/0001-29 |
| CONTATO (telefone e e-mail): | 61 3546-5267 / jose.henderson@xpon.com.br |
| ITEM (NS): | 1 |

| | SIM | NÃO | NA |
|---|------------|------------|-----------|
| 1. Declarações Comprasnet | | | |
| 1. Extrato de declarações do COMPRASNET | X | | |
| 2. Habilitação jurídica | | | |
| a) comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário; | | | |
| b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores | X | | |
| c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício | | | |
| d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; | | | |
| 3. Regularidade Fiscal | | | |
| a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) | X | | |
| b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) – Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) | X | | |
| c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN n.º 1751/2014 | X | | |
| d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Estaduais/Distritais, ou certidão que comprove a regularidade com o ICMS, emitida pelo órgão competente | | | X |
| e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente. | X | | |
| 4. Regularidade Trabalhista | | | |
| a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) | X | | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

| | SIM | NÃO | NA |
|---|-----|-----|----|
| 5. Qualificação Econômico-Financeira | | | |
| a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante | X | | |
| b) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível, apresentado na forma da lei, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil (conforme Acórdão TCU 1.999/2014) | | | X |
| 6. Capacidade Técnica | | | |
| a) Um ou mais atestado de capacidade técnica-operacional em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual conste a elaboração de serviços compatíveis com as parcelas mais relevantes do objeto da licitação, observadas as quantidades mínimas exigidas no edital que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados com, no mínimo, 7 (sete) empregados | | | X |
| 7. Consultas ao CNJ e CEIS (no nome da Pessoa Jurídica e Sócio Majoritário), Situação no SICAF e Nível 1 do SICAF (Cadastramento), Ocorrências e Participação Indireta | | | |
| a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php | X | | |
| b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc | X | | |
| c) SITUAÇÃO NO SICAF E CADASTRO NÍVEL 1, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação que ofenda ao art. 9º, inciso III, da Lei 8.666/93 (participação, direta ou indireta, na licitação, de servidor ou dirigente do TRE-BA). | X | | |
| d) Ocorrências Registradas e impedimentos indiretos (se houver ocorrência, juntar a consulta, mesmo que vencida ou que não impeça a participação na licitação). Informar no relatório final se há ocorrência apta ou não a afastar a licitante do certame. | | X | |
| e) Havendo impedimento indireto, juntar o cadastro nível 1 da empresa apenada, a fim de se verificar os indícios, quais sejam,: a data de abertura (se anterior ou posterior a data de abertura da empresa participante do certame), endereço, objeto social, e-mail e telefone (se são iguais ao da empresa participante do certame), bem como se o sócio é controlador ou gerente ou verificar a data que se desvinculou da empresa apenada, se for o caso. Informar a conclusão da análise no relatório final. | | X | |



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 23.518.065/0001-29 DUNS®: 943605619
Razão Social: XP ON CONSULTORIA LTDA
Nome Fantasia: XP ON CONSULTORIA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 02/12/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN Validade: 10/02/2023
FGTS Validade: 02/10/2022
Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 07/03/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital Validade: 28/11/2022
Receita Municipal (Isento)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2023

Emitido em: 27/09/2022 08:47

CPF: 538.105.115-87 Nome: CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES

Ass: _____

1 de 1



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: 23.518.065/0001-29 DUNS®: 943605619
Razão Social: XP ON CONSULTORIA LTDA
Nome Fantasia: XP ON CONSULTORIA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 80008 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Data Aplicação: 20/12/2021
Número do Processo: e-PAD 29.459/2021 Número do Contrato: 21SR003
Descrição/Justificativa: Atraso no adimplemento de obrigações contratuais.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Data Aplicação: 05/10/2021
Número do Processo: PG_060/2020 Número do Contrato: CT- 086/2020
Descrição/Justificativa: O Ilmo. Sr. Diretor da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações, imputou à empresa XP-ON CONSULTORIA LTDA. a pena de advertência, com fundamento na Cláusula Doze, Parágrafo Quarto do Contrato, c/c o art. 87, I da Lei 8.666/93, em virtude do descumprimento do disposto no item R.M13, alíneas "b" e "c", do Anexo I do Contrato.

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
Data Aplicação: 11/11/2021
Número do Processo: Proad 37.038/2021 Número do Contrato: CT nº 086/2020
Descrição/Justificativa: O Diretor da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações, com fundamento na Cláusula Doze, parágrafo quarto do Contrato1, c/c o art. 87, I da Lei 8.666/93, determinou a aplicação da pena de advertência.

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência: Advertência - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. I
UASG Sancionadora: 80010 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A.REGIAO
Data Aplicação: 30/07/2021
Número do Processo: Proad 6428/2021 Número do Contrato: 086/2020
Descrição/Justificativa: O Diretor da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações determinou a aplicação da pena de advertência, com fundamento na Cláusula Doze, Parágrafo Terceiro do Contrato c/c o art. 87, inciso I da Lei 8.666/93, em virtude do descumprimento da Cláusula Dez, inciso I, e item R.M07 do Anexo I, do Contrato.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: 23.518.065/0001-29 DUNS®: 943605619
Razão Social: XP ON CONSULTORIA LTDA
Nome Fantasia: XP ON CONSULTORIA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 02/12/2022

Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não
Capital Social: R\$ 450.000,00 Data de Abertura da Empresa: 19/10/2015
CNAE Primário: 4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA

CNAE Secundário 1: 0111-3/02 - CULTIVO DE MILHO
CNAE Secundário 2: 0111-3/99 - CULTIVO DE OUTROS CEREAIS NÃO ESPECIFICADOS
CNAE Secundário 3: 0115-6/00 - CULTIVO DE SOJA
CNAE Secundário 4: 0119-9/99 - CULTIVO DE OUTRAS PLANTAS DE LAVOURA TEMPORÁRIA
CNAE Secundário 5: 0151-2/01 - CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA CORTE
CNAE Secundário 6: 0151-2/02 - CRIAÇÃO DE BOVINOS PARA LEITE
CNAE Secundário 7: 0151-2/03 - CRIAÇÃO DE BOVINOS, EXCETO PARA CORTE E LEITE
CNAE Secundário 8: 0152-1/02 - CRIAÇÃO DE EQUÍNOS
CNAE Secundário 9: 0154-7/00 - CRIAÇÃO DE SUÍNOS
CNAE Secundário 10: 0155-5/01 - CRIAÇÃO DE FRANGOS PARA CORTE
CNAE Secundário 11: 0322-1/01 - CRIAÇÃO DE PEIXES EM ÁGUA DOCE
CNAE Secundário 12: 4611-7/00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO
CNAE Secundário 13: 4753-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE
CNAE Secundário 14: 6110-8/01 - SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA - STFC
CNAE Secundário 15: 6190-6/02 - PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET -
CNAE Secundário 16: 6190-6/99 - OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES NÃO
CNAE Secundário 17: 6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR
CNAE Secundário 18: 6202-3/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS
CNAE Secundário 19: 6203-1/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS
CNAE Secundário 20: 6209-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS
CNAE Secundário 21: 6810-2/02 - ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS

Emitido em: 27/09/2022 08:49

1 de 5

CPF: 538.105.115-87 Nome: CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES

Relatório de Credenciamento

CNAE Secundário 22: 7490-1/99 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E
CNAE Secundário 23: 7739-0/99 - ALUGUEL DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Dados para Contato

CEP: 70.715-010
Endereço: SETOR SCN QUADRA 5 BLOCO A ENTRADA 50 SALA 1406, SN - ASA
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal
Telefone: (61) 35465267
E-mail: jose.henderson@xpon.com.br

Dados do Responsável Legal

CPF: 234.903.811-49
Nome: AGUINALDO ALVES BARBOSA

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: 234.903.811-49
Nome: AGUINALDO ALVES BARBOSA
E-mail: jose.henderson@xpon.com.br

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 234.903.811-49 Participação Societária: 33,34%
Nome: AGUINALDO ALVES BARBOSA
Número do Documento: 1179992 Órgão Expedidor: SSP GO
Data de Expedição: 03/05/1979 Data de Nascimento: 09/08/1961
Filiação Materna: DORALICE DE OLIVEIRA BARBOSA
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 296.432.101-97
Nome: RENIR VITAL ADRIANO BARBOSA
Carteira de Identidade: 716969 Órgão Expedidor: SSP DF
Data de Expedição: 03/06/2004

CEP: 70.686-555
Endereço: OUTROS SQNW 110 BLOCO K, 504 - APTO - SETOR NOROESTE
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal
Telefone: (61) 95598100
E-mail: jose.henderson@xpon.com.br

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 190.423.768-13 Participação Societária: 33,33%
Nome: PAULO ADRIANO DAVID
Número do Documento: 02969204110 Órgão Expedidor: DETRAN SP
Data de Expedição: 28/07/2008 Data de Nascimento: 23/06/1973
Filiação Materna: ROSA DE CASTRO DAVID
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 185.494.458-43
Nome: MONICA LAU DAVID
Carteira de Identidade: 236675060 Órgão Expedidor: SSP SP
Data de Expedição: 08/06/2007

CEP: 04.610-010
Endereço: RUA XAVIER GOUVEIA, 241 - AP 264 - CAMPO BELO
Município / UF: São Paulo / São Paulo
Telefone: (11) 89162530
E-mail: jessica.silva@xpon.com.br

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: 701.908.366-87 Participação Societária: 33,33%
Nome: JUAREZ DE CARVALHO
Número do Documento: 2488560 Órgão Expedidor: SSP DF
Data de Expedição: 20/12/1995 Data de Nascimento: 18/07/1969
Filiação Materna: BEATRIZ MARIA DE CARVALHO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não CPF: 400.207.621-00
Nome: MARIA MADEIRO DE CARVALHO
Carteira de Identidade: 915545 Órgão Expedidor: SSP DF
Data de Expedição: 08/04/1991

CEP: 71.680-614
Endereço: CONDOMINIO JARDINS DO LAGO QUADRA 09, 03 - AL LIROS DO VALE
Município / UF: BRASÍLIA / Distrito Federal
Telefone: (61) 33392489
E-mail: jose.henderson@xpon.com.br

Linhas Fornecimento

Serviços

1260 - Informática - Manutenção/Instalação Sistemas/Periféricos
1279 - Informática - Programas Fechados (Software)
3530 - Informática - Manutenção de Computadores
3840 - Treinamento Informática - Sistema / Software
4065 - Locação de Equipamentos de Telecomunicações
5398 - Prestação de Serviços de Informática
12556 - Locação de Equipamento Audiovisual / Som / Vídeo / Filmagem
14486 - Informática - Digitalização de Documento
14761 - Informática - Digitação Documento
14958 - Informática - Internet
15741 - Informática - Locação (Software)
15750 - Informática - Locação Equipamentos
16780 - Informática - Automação de Escritório
16799 - Informática - Armazenamento Eletrônico de Relatórios / Dados
16837 - Treinamento Informática - Equipamento / Hardware
17256 - Treinamento Informática - Operação / Digitação
18104 - Consultoria e Assessoria - Telecomunicação
18112 - Teleconferência / Videoconferência
19615 - Informática - Instalação / Manutenção Comunicação Dados
21113 - Informática / Automação - Assistência Técnica / Manutenção /Reparo
21148 - Consultoria e Assessoria - Tecnologia Informação
21202 - Informática - Segurança Rede
21210 - Informática - Diagnóstico e Projeto Rede Dados
21520 - Locação Laboratório Informática

Relatório de Credenciamento

Serviços

21644 - Consultoria e Assessoria - Internet

21652 - Consultoria e Assessoria - Teleinformática

22993 - Informática - Suporte Técnico (Software / Equipamentos)

23990 - Prestação de Serviços de Informática Operação de Computador

24503 - Assessoria

24970 - Serviços de Tecnologia da Informação e Apoio Técnico de Atividades de Informática



CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS) 1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 30/08/2022, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

XP ON CONSULTORIA LTDA

23.518.065/0001-29

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
- e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 30/08/2022

Selo digital de segurança: **2022.CTD.NY01.AEN3.OMBN.DXLA.NB57**

*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/09/2022 às 08:51) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 23.518.065/0001-29.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6332.E3B4.A2C7.5476 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/09/2022 às 08:52) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 234.903.811-49.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6332.E3E2.3F92.0522 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/09/2022 às 08:52) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 190.423.768-13.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6332.E3FC.A545.C548 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/09/2022 às 08:52) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 701.908.366-87.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6332.E414.99CB.0572 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 23518065000129

LIMPAR

Data da consulta: 27/09/2022 08:00:11

Data da última atualização: 27/09/2022 05:40:04

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | QUANTIDADE |
|----------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------|------------------------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | |

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 23490381149

LIMPAR

Data da consulta: 27/09/2022 08:00:11

Data da última atualização: 27/09/2022 05:40:04

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | QUANTIDADE |
|----------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------|------------------------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | |

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 19042376813

LIMPAR

Data da consulta: 27/09/2022 08:00:11

Data da última atualização: 27/09/2022 05:40:04

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | QUANTIDADE |
|----------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------|------------------------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | |

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 70190836687

LIMPAR

Data da consulta: 27/09/2022 08:00:11

Data da última atualização: 27/09/2022 05:40:04

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | QUANTIDADE |
|----------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------|------------------------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | |

Resultado por Fornecedor



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral na Bahia

Pregão Nº 00059/2022 - (Decreto Nº 10.024/2019)

RESULTADO POR FORNECEDOR

23.518.065/0001-29 - XP ON CONSULTORIA LTDA

| Item | Descrição | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Critério de Valor (*) | Valor Unitário | Valor Global |
|------|------------------------------|-------------------------|------------|-----------------------|----------------|-----------------|
| 1 | Software como Serviço - SaaS | UNIDADE | 25 | R\$ 33.086,5000 | R\$ 1.172,4000 | R\$ 29.310,0000 |

Marca:

Fabricante:

Modelo / Versão:

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Licenças Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business)

Total do Fornecedor: R\$ 29.310,0000

Valor Global da Ata: R\$ 29.310,0000

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

 Imprimir o Relatório

[Voltar](#)

PROPOSTA COMERCIAL

**Ninguém entende de
videoconferência como a gente.**

QUEM SOMOS

A Videobrax é referência em soluções profissionais de videoconferência e telepresença no Brasil. O trabalho focado em videoconferência, proporciona à Videobrax um conhecimento diferenciado, o que a permite oferecer as melhores soluções de videoconferência, com o melhor custo-benefício do mercado.

Os clientes da Videobrax podem experimentar os mais modernos equipamentos de seu showroom e contar com suporte técnico especializado e serviços de infraestrutura na nuvem.

Se você deseja interligar filiais ou reunir equipes remotas; criar grandes salas ou soluções para usuários móveis; gravar reuniões e fazer transmissões ao vivo, conte conosco.

A Videobrax é certificada pelos principais fabricantes mundiais, dispondo de soluções variadas para atender a demanda e o orçamento de sua empresa.

Yealink

logitech



poly

HUAWEI

cisco

zoom

VEEDEEO

lifesize

GoTo

AVAYA

AVer

O QUE FAZEMOS



VENDA

Compre equipamentos e softwares de videoconferência.



ALUGUEL

Locação de equipamentos e softwares para videoconferência.



STREAMING

Monte o seu evento ou reunião e nós cuidamos da transmissão.



PROJETOS PARA GOVERNO

Desenvolvemos projetos especiais para órgãos públicos de todo o Brasil.



SUORTE TÉCNICO

Instalação, manutenção e treinamento com técnicos especializados.

Videobrax - Referência Nacional em Videoconferência | (11) 4280-1800
www.videobrax.com

ALGUNS DOS NOSSOS CLIENTES





HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA CNPJ 39.378.032/0001-60
END: AV. ANTÔNIO GIL VELOSO 1818 LOJA 01, Box 01 - PRAIA DA COSTA – VILA VELHA/ES
REPRESENTANTE LEGAL: Márcia da Silva Cruz Rocha CPF 039.777.446.07
CONTATO: mariana@videobrax.com FONE: (11) 4280-1800
Dados bancários: BANCO BS2 (218) AG: 0001 - C/C: 930581-5

Á,

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE BA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2022

PROCESSO nº 0015909- 28.2022.6.05.8000

OBJETO: Contratação de serviço de web conferência, pelo período de 12 meses.

| Item | CATSER | Qtd | Especificação | Preço Unit | Preço Total |
|------|--------|-----|---|--------------|----------------------|
| 01 | 26077 | 25 | LICENÇA ZOOM BUSINESS 12 MESES – ATÉ 300 PARTICIPANTES | R\$ 1.323,46 | R\$ 33.086,50 |
| | | | | | Total: R\$ 33.086,50 |

INCLUSO NESTA PROPOSTA:



Frete grátis

Isso mesmo, o frete é por nossa conta.



Instalação remota gratuita

Nossa equipe técnica te auxiliará.



Suporte técnico gratuito

Acesso à suporte grátis durante 30 dias.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.



DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

DECLARO que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

DECLARO que esta proposta foi elaborada de forma independente.

Vila Velha, 23 de setembro de 2022.

MÁRCIA DA SILVA CRUZ ROCHA

Representante Legal

2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA EMPRESA TERRA NOSTRA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA

MARCIA DA SILVA CRUZ ROCHA, nacionalidade BRASILEIRA, Empresaria, Casada, regime de bens Comunhao Parcial de bens, inscrita no CPF sob nº 039.777.446-07, documento de identidade MG0000156088D, CREA/MG, com domicílio e residência a RUA FRANCISCO DUARTE MENDONCA, número 685, bairro SANTA HELENA (BARREIRO), município BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS, CEP 30.642-310.

Unica sócia da empresa TERRA NOSTRA SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA, com sede à Av. Antonio Gil Veloso nº 1818 Box 01, Praia da Costa, Vila Velha/ES CEP: 29.101-018., inscrita no CNPJ sob nº 39.378.032/0001-60, registrada na Junta Comercial do Espirito Santo sob nº 31211893591, Resolve alterar as cláusulas do contrato social que passará a reger mediante as seguintes alterações:

Cláusula Primeira - A sociedade unipessoal altera seu nome empresarial para HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.

Cláusula Segunda – A sociedade unipessoal altera seu objeto social para: Importação e comércio atacadista de equipamentos de telecomunicação, informática, áudio, vídeo, software, câmeras, reprodutores de mídia, serviço de assistência técnica, e-commerce, instalação, reparação e manutenção em equipamentos de informática e equipamentos de comunicação, áudio e vídeo e Suporte técnico em tecnologia da informação.

Cláusula Terceira – A sociedade unipessoal altera seu capital social para 10.000,00 (dez mil reais) dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do país e distribuído entre as sócias da seguinte forma:

| | | |
|----------------------------|--------------|-----------|
| MARCIA DA SILVA CRUZ ROCHA | 10.000 cotas | 10.000,00 |
|----------------------------|--------------|-----------|

Cláusula Quarta - A sócia e administradora declara, expressamente, que está excluída dos impedimentos previstos no § 1º. do artigo 1.011, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

Cláusula Quinta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sexta - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Devido as alterações realizados no contrato social será efetuada a consolidação do contrato que é regido pelas seguintes cláusulas:

CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA

MARCIA DA SILVA CRUZ ROCHA, nacionalidade BRASILEIRA, Empresaria, Casada, regime de bens Comunhao Parcial de bens, inscrita no CPF sob nº 039.777.446-07, documento de identidade MG0000156088D, CREA/MG, com domicílio e residência a RUA FRANCISCO DUARTE MENDONCA, número 685, bairro SANTA HELENA (BARREIRO), município BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS, CEP 30.642-310.

Única sócia da empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 39.378.032/0001-60, registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob nº 31211893591 em 09/10/2020 com sede à Av. Antonio Gil Veloso nº 1818 Box 01, Praia da Costa, Vila Velha/ES CEP: 29.101-018 resolve consolidar o contrato social que passa a ser regido sob as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira - A sociedade unipessoal tem seu nome empresarial HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.

Cláusula Segunda – A sociedade unipessoal tem seu objeto social : Importação e comércio atacadista de equipamentos de telecomunicação, informática, áudio, vídeo, software, câmeras, reprodutores de mídia, serviço de assistência técnica, e-commerce, instalação, reparação e manutenção em equipamentos de informática e equipamentos de comunicação, áudio e vídeo e Suporte técnico em tecnologia da informação.

Cláusula Terceira - A sociedade unipessoal tem sua sede na Av. Antonio Gil Veloso nº 1818 Box 01, Praia da Costa, Vila Velha/ES CEP: 29.101-018, sociedade teve suas atividades iniciadas em 02/10/2020 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quarta – O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) quotas, no valor unitário de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do país e distribuído entre as sócias da seguinte forma:

| | | |
|----------------------------|--------------|-----------|
| MARCIA DA SILVA CRUZ ROCHA | 10.000 cotas | 10.000,00 |
|----------------------------|--------------|-----------|

Cláusula Quinta - A sócia e administradora declara, expressamente, que está excluída dos impedimentos previstos no § 1º. do artigo 1.011, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro).

Cláusula Sexta - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(s) outro(s) sócio(s), a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão, a alteração contratual pertinente.

Cláusula Sétima - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula Oitava - A administração da sociedade caberá à administradora/sócia MARCIA DA SILVA CRUZ ROCHA, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(s) outro(s) sócio(s).

Cláusula Nona - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Cláusula Décima - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima Primeira - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar no 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4o do art. 3o da mencionada lei.

Cláusula Décima Segunda - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Terceira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pro labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula Décima Quarta - Falecendo ou sendo interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

Cláusula Décima Quinta - O(s) Administrador (es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula Décima Sexta - Constitui-se uma sociedade limitada unipessoal, que se regerá pelo Art 1.052 da Lei no 10.406/2002 (em especial o parágrafo único), mediante as cláusulas descritas no presente contrato social.

Cláusula Décima Sétima - Fica eleito o foro de Vila Velha/ES para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, estando o(s) sócio(s) justo(s) e contratado(s), assinam o presente instrumento em via única.

Vila Velha/ES 17 de maio de 2021.

MARCIA DA SILVA CRUZ ROCHA
Sócio/Administrador
Assinado Digitalmente



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA consta assinado digitalmente por:

| IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S) | |
|----------------------------------|------|
| CPF | Nome |
| 03977744607 | |



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 39.378.032/0001-60
Razão Social: HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 01/06/2023
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

| | | |
|---|-----------|------------|
| Receita Federal e PGFN | Validade: | 04/10/2022 |
| FGTS | Validade: | 24/09/2022 |
| Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) | Validade: | 26/11/2022 |

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

| | | |
|----------------------------|-----------|------------|
| Receita Estadual/Distrital | Validade: | 11/12/2022 |
| Receita Municipal | Validade: | 22/10/2022 |

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2023

Emitido em: 23/09/2022 09:51

CPF: 538.105.115-87 Nome: CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES

Ass: _____

1 de 1



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 23.734.075/0001-00 DUNS®: 943237200
Razão Social: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA
Nome Fantasia: VIDEOBRAX
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 16/08/2023
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

| | | |
|---|-----------|------------|
| Receita Federal e PGFN | Validade: | 03/10/2022 |
| FGTS | Validade: | 05/10/2022 |
| Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) | Validade: | 30/11/2022 |

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

| | | |
|----------------------------|-----------|------------|
| Receita Estadual/Distrital | Validade: | 21/11/2022 |
| Receita Municipal | Validade: | 01/10/2022 |

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2023

Emitido em: 23/09/2022 10:14

CPF: 538.105.115-87 Nome: CRISTIANA MARIA PAZ LIMA SOARES

Ass: _____

1 de 1

CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL

Por este instrumento particular, de um lado **CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.734.075/0001-00, com sede na à Avenida Antônio Gil Veloso, 1818 – Loja 01, Praia da Costa em Vila Velha/ES – CEP 29.101-018, de agora em diante denominada **REPRESENTADA** e, **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 39.378.032/0001-60, sediada à Avenida Antônio Gil Veloso, 1818 – Box 01, Praia da Costa em Vila Velha/ES – CEP 29.101-018, de agora em diante denominada **REPRESENTANTE**, têm entre si como justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ATIVIDADE ECONÔMICA DA REPRESENTADA E REPRESENTANTE.

A **REPRESENTADA** possui como atividade econômica principal o comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.

A **REPRESENTANTE** possui como atividade econômica principal o comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO DO CONTRATO ENTRE AS PARTES.

Nos termos da Lei 4.886/65 que regula as atividades dos representantes comerciais, a **REPRESENTADA** autoriza a **REPRESENTANTE**, a título de representação comercial, os serviços terceirizados de venda dos equipamentos de telefonia e comunicação, de informática e comunicação, e serviços especializados, ficando livres e desimpedidas, ambas as partes, de promoverem suas vendas em qualquer zona ou região nacional, inclusive com o oferecimento de produtos ou ampliação do contrato com os clientes de suas carteiras atuais.

Parágrafo Primeiro. Este contrato não é de caráter exclusivo, podendo as partes estipularem idêntico contrato, ou produtos similares, para a mesma região com

outra empresa, fabricante, distribuidor, representante ou prestadora de serviços de vendas.

Parágrafo Segundo. A celebração do presente contrato não implica em nenhuma espécie de sociedade, associação, solidariedade obrigacional, nem em qualquer responsabilidade direta ou indireta, seja societária, comercial, tributária, relação de emprego, previdenciárias ou de qualquer outra natureza, nem em alienação ou sucessão, seja entre as partes, seus empregados, prepostos ou perante terceiros, estando preservada a autonomia jurídica e funcional de cada uma das partes.

Parágrafo Terceiro. Considerando que a Sociedade Empresária **REPRESENTADA** é detentora dos direitos de uso de marca, bem como a venda de produtos **VIDEOBRAX**, aquela porque estou me referindo a sociedade empresária representada, cede e concede os direitos de exploração de uso de marca, bem como de venda de produtos cancelados da marca **VIDEOBRAX** ao **REPRESENTANTE** contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O presente contrato terá vigência por prazo indeterminado, podendo ser rescindido por qualquer das partes mediante aviso escrito de 30 (trinta) dias de antecedência. Na falta do aviso, a parte que promover a ruptura do contrato ficará penalizada com a multa de 20% do valor total do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO MODO OPERANDIS

A **REPRESENTANTE** obriga-se a agenciar os seus pedidos de venda, por sua própria conta e risco, porém, nos padrões da **REPRESENTADA**, efetuando a concretização das vendas em formulários próprios, contendo as características dos produtos, preços, prazos e dados do comprador, para possibilitar uma prévia análise de crédito por parte da **REPRESENTADA**, antes da aprovação do pedido.

Parágrafo Primeiro. As despesas necessárias ao exercício normal dos serviços de representação tais como locomoção, hospedagem, alimentação, comunicações etc., inclusive de seus funcionários, correm por conta única e exclusiva da **REPRESENTANTE**.

TANTE e, as que se referirem a frete de mercadorias, remetidas ou devolvidas, fiscalização etc. serão de responsabilidade da **REPRESENTADA**.

Parágrafo Segundo. A **REPRESENTADA**, neste ato, disponibiliza para a **REPRESENTANTE**, com esta terceirização pela implantação da representação nas vendas, as amostras de produtos, fichas, formulários, guias, material publicitário ou outros afins, podendo esse material ser requisitado a sua devolução à **REPRESENTADA** a qualquer tempo, ou na rescisão do contrato. A exceção que se impõe, refere-se aos produtos que, plenamente justificados, não há a possibilidade de devolução pelo seu consumo natural.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE DA REPRESENTANTE

Para a fiel execução dos serviços de representação, objeto do presente contrato, a **REPRESENTANTE** obriga-se a:

- a) Respeitar integralmente as políticas de relacionamento com os clientes vigentes no estabelecimento da **REPRESENTADA**, bem como facilitar a ação fiscalizadora da **REPRESENTADA** quanto à execução dos serviços;
- b) Responder pela guarda e conservação de quaisquer equipamentos, materiais ou documentos e informações sigilosas de propriedade da **REPRESENTADA** que lhes forem entregues durante a execução dos serviços contratados;
- c) Não subcontratar, sob qualquer forma, os serviços deste contrato sem a expressa anuência da **REPRESENTADA**.
- d) Não conceder abatimentos, descontos ou dilações de prazos, nem agir em desacordo com as instruções da **REPRESENTADA**, salvo autorização expressa.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE DA REPRESENTADA

- a) Fornecer à **REPRESENTANTE** a tabela de produtos e preços;
- b) Comunicar sobre as alterações de produtos e preços o brevemente possível.

c) Responsabilizar-se perante os compradores pela garantia e boa qualidade dos produtos e assegurar-lhes a prestação de assistência técnica;

d) Oferecer informações técnicas ou, caso necessário, treinamentos sobre novos produtos à **REPRESENTANTE**;

e) Pagar à **REPRESENTANTE**, no prazo acordado, as comissões devidas em função das vendas concluídas, sob pena de juros e correção pelo atraso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

O pagamento pelos serviços de representação será feito em face de efetiva concretização dos negócios das vendas, ficando estipulada uma comissão variável, que será acordada previamente para cada projeto/negociação.

Parágrafo Primeiro. Os produtos, seus respectivos preços e taxas de comissionamentos correspondentes estão relacionados na tabela **ANEXO I** deste instrumento, ficando sob a responsabilidade da **REPRESENTADA** comunicar no mais breve possível, as inclusões, exclusões ou alterações dos preços e dos produtos.

Parágrafo Segundo. O pagamento das comissões devidas pela **REPRESENTADA** à **REPRESENTANTE** será efetuado exclusivamente via depósito bancário em conta corrente de titularidade da mesma, mediante assinatura de contra recibo, discriminando as vendas realizadas.

Parágrafo Terceiro. A base de cálculo da comissão ora estabelecida é o valor total da fatura recebida deduzidas as importâncias referentes aos impostos incidentes quando estes tributos incidirem sobre a operação mercantil a que se sujeita a **REPRESENTADA**.

Parágrafo Quarto. A comissão não será devida se o comprador tornar-se inadimplente ou desfazer a compra.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESILIÇÃO DO CONTRATO

Qualquer das partes poderá denunciar o presente contrato sem justa causa, a qualquer tempo, mediante prévio aviso de no mínimo 30 dias, ficando sob responsabilidade da **REPRESENTADA** o pagamento das comissões devidas à **REPRESENTANTE** até o termo final do aviso, nos prazos convencionados no *caput* “DO PREÇO” deste contrato.

Parágrafo Único. Em qualquer hipótese de rescisão contratual, a **REPREENTE** procederá à devolução de todo o material fornecido pela **REPRESENTADA** que estiver em seu poder, conforme já mencionado no Parágrafo Segundo da Cláusula Quarta deste contrato. Além disso, obrigar-se-á a deixar de fazer uso de qualquer sinal ou marca de propaganda que se relacione à **REPRESENTADA**.

CLÁUSULA NONA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

A **REPRESENTANTE** obriga-se a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados de fabricação dos produtos, informações, documentos, especificações técnicas ou operação mercantil, inovações e aperfeiçoamentos obtidos da **REPRESENTADA**, ou que venha a lhe ser confiado em razão deste contrato, sejam eles de interesse da **REPRESENTADA** ou de terceiros. Ainda, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação, durante a vigência deste contrato, ou após, caso ocorra a sua extinção, comprometendo-se a:

a) A manter como confidenciais e sigilosas todas as informações técnicas, estratégicas, publicitárias, comerciais e contábeis que envolvam as atividades principais da **REPRESENTADA**, que vier a ter acesso por meio do serviço específico de **REPREENTE COMERCIAL**.

b) A não divulgar para terceiros ou em meios públicos as informações confidenciais que tiver acesso, seja para gerar benefício próprio exclusivo, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

c) A não reter, realizar backup, efetuar gravação ou cópia de documentação ou dados a que tiver acesso no exercício da representação, bem como a não fornecer para outrem material confidencial e/ou sigiloso da **REPRESENTADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Em caso de descumprimento das cláusulas, condições e obrigações assumidas neste contrato, por ação ou omissão, que acarretem em prejuízos à outra parte ou aos seus clientes, caberá à parte infratora responder por perdas e danos que, eventualmente, aflijam a parte lesada, nos termos da lei vigente.

Parágrafo Único. Na ausência da comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias da iniciativa de qualquer das partes pela vontade de rescisão deste contrato, implicará na penalidade de pagamento a outra parte o equivalente a

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Vila Velha/ES para dirimir eventuais litígios decorrentes deste contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

Vila Velha, 10 de dezembro de 2020.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1ª. Ass.: _____

Nome:

CPF:

2ª. Ass.: _____

Nome:

CPF:

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais







Instituto Nacional da

Propriedade Industrial

Ministério da Economia

Consulta à Base de Dados do INPI

[\[Início | Ajuda? \]](#)» Consultar por: [Pesquisa Básica](#) | [Marca](#) | [Titular](#) | [Cód. Figura](#)]**RESULTADO DA PESQUISA** (06/05/2022 às 12:35:55)**Marca:** "videobrax"Foram encontrados **3** processos que satisfazem à pesquisa. Mostrando página **1** de **1**.

| Número | Prioridade | Marca | Situação | Titular | Classe |
|-----------|------------|--|--|---|------------|
| 910484783 | 07/01/2016 |  Videobrax |  Registro de marca em vigor | CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA | NCL(10) 09 |
| 923232524 | 10/06/2021 |  VIDEOBRAX |  Aguardando pagamento da concessão (em prazo ordinário) | CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA | NCL(11) 35 |
| 923232737 | 10/06/2021 |  VIDEOBRAX |  Aguardando exame de mérito | CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA | NCL(11) 42 |

Páginas de Resultados:

1

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro - RJ - CEP: 20090-910



BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais

Instituto Nacional da Propriedade Industrial

Ministério da Economia

Consulta à Base de Dados do INPI

[Início | Ajuda?]

» Consultar por: No.Processo | Marca | Titular | Cód. Figura]

1/0

Marca

Nº do Processo:

910484783

Marca:

Videobrax

Situação:

Registro de marca em vigor

Apresentação:

Mista

Natureza:

De Produto

Classificação de Produtos / Serviços

| Classe de Nice | Situação da Classe | Especificação |
|----------------|---------------------------|---|
| NCL(10) 09 | Vide Situação do Processo | Alto-falantes; Amplificadores; Aparelhos para transmissão de... |

Classificação Internacional de Viena

| Edição | Código | Descrição |
|--------|----------|---------------------------------------|
| 4 | 26.11.3 | Mais de duas linhas ou de duas faixas |
| 4 | 26.11.6 | Linhas grossas, faixas |
| 4 | 26.11.8 | Linhas ou faixas horizontais |
| 4 | 26.11.25 | Outras linhas ou faixas |

Titulares

| Nome |
|---|
| Titular(1): CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA |

Representante Legal

| Nome |
|--|
| Procurador: Wsouza Consultoria em Propriedade Intelectual Eireli |

Datas

| Data de Depósito | Data de Concessão | Data de Vigência ? |
|------------------|-------------------|--------------------|
| 07/01/2016 | 06/02/2018 | 06/02/2028 |

Prazos para prorrogação de registro de marca

| | Prazo Ordinário | Prazo Extraordinário |
|--------|-----------------|----------------------|
| Início | 07/02/2027 | 07/02/2028 |
| Fim | 06/02/2028 | 06/08/2028 |

Petições ?

| Pgo | Protocolo | Data | Img | Serviço | Cliente | Delivery | Data |
|-----|--------------|------------|-----|---------|---|----------|------|
| ✓ | 850210238810 | 10/06/2021 | - | 349 | CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA | - | - |
| ✓ | 800180023264 | 18/01/2018 | - | 372 | VIDEOBRAX TECNOLOGIA LTDA - ME | - | - |
| ✓ | 850160002438 | 07/01/2016 | - | 389 | VIDEOBRAX TECNOLOGIA LTDA - ME | - | - |

Publicações ?

| RPI | Data RPI | Despacho | Certificado | Inteiro Teor | Complemento do Despacho |
|------|------------|------------------------|-------------|--------------|---|
| 2637 | 20/07/2021 | Deferimento da petição | - | - | Protocolo: 850210238810 (10/06/2021) Petição (tipo): Anotação de transferência de titularidade decorrente de cessão (349.1) Requerente: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA Procurador: Wsouza Consultoria em Propriedade Intelectual Eireli Cedente: VIDEOBRAX TECNOLOGIA LTDA - ME [BR] Cessionário: CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA |
| 2457 | 06/02/2018 | Concessão de registro | - | - | |
| 2450 | 19/12/2017 | Deferimento do pedido | - | - | |

| RPI | Data RPI | Despacho | Certificado | Inteiro Teor | Complemento do Despacho |
|------|-------------------|--|-------------|-----------------|-------------------------|
| 2351 | 26/01/2016 | Publicação de pedido de registro para oposição (exame formal concluído) | - | - | |

Dados atualizados até **03/05/2022** - Nº da Revista: **2678**

Rua Mayrink Veiga, 9 - Centro - RJ - CEP: 20090-910




Zoom Partner Locator

Learn more about the Zoom Partner Program < <https://partner.zoom.us/> >

 Partner Name, Country, or State

SEARCH

Reset Your Search 

PARTNER TYPE

☐ HARDWARE PARTNERS

☐ RESELLER PARTNERS

☐ INTEGRATOR PARTNERS

☐ INTEGRATOR PARTNERS - ZOOM ROOMS

☐ INTEGRATOR PARTNERS - ZOOM PHONE

☐ TECHNOLOGY SERVICE DISTRIBUTORS

☐ CLOUD PEERING PARTNERS

☐ AUTHORIZED DISTRIBUTORS

REGION

☐ NORTH AMERICA


☒ LATIN AMERICA

☐ EMEA

☐ APAC

COUNTRIES

Type a country



☐ BOLIVIA

☒ BRAZIL

☐ CHILE

☐ COLOMBIA

☐



BOOKMARK RESULT | COPY URL

× Latin America × Brazil

Zoom Certified Partners

| | |
|--|---|
| <div> https://www.1teamcloud.com/pt-br/</div> | <div> http://www.absoluttechnologies.com/index.php/en/</div> |
| <div> https://www.acer.com/ac/en/US/content/home</div> | <div> http://aisense.com/</div> |
| <div> https://www.anker.com/products/variant/anker-powerconf-bluetooth-speakerphone/A3301011</div> | <div> https://www.asus.com/us/</div> |
| <div> https://www.audinate.com/</div> | <div> https://www.att.com/</div> |
| <div> https://www.aver.com/</div> | <div> https://audixusa.com/</div> |

avocor™



<https://www.globalservices.bt.com/en/solutions/topics/build-a-productive-digital-workplace>

biamp™

<https://www.biamp.com/solutions/applications>

<https://rooms.clearone.com> **ClearOne**®

<https://www.clearone.com/professional-solutions>



<https://crestron.com/Products/Featured-Solutions/Flex-for-Zoom-Rooms>



<https://www.dell.com/en-us>



DIGITALNETBR

<http://www.digitalnetbr.com.br/>



DIGITALNETBR



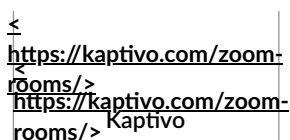
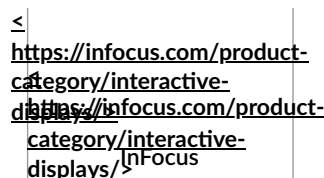
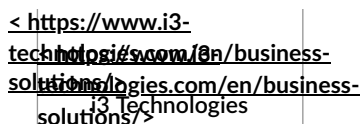
<https://www.dten.com/>

EPOS

<https://www.eposaudio.com/en/us/enterprise>



ESPECTRO





< http://www.LATAM4SUL.com.br/>
< http://www.LATAM4SUL.com.br/>



< https://www.lg.com/us/business/commercial
< https://www.lg.com/us/business/commercial



< https://www.logitech.com/en-us/video-collaboration/partners/zoom.html>
< https://www.logitech.com/en-us/video-collaboration/partners/zoom.html>



< https://lumecube.com/pages/zoom-partnership?lumecube.com/pages/zoom-pos=1&sid=b83fac379&ss=r>
< https://lumecube.com/pages/zoom-partnership?lumecube.com/pages/zoom-pos=1&sid=b83fac379&ss=r>



< http://www.mylumens.com/>
< http://www.mylumens.com/>



< https://www.mcdigital.com.br/sobre/>
< https://www.mcdigital.com.br/sobre/>



< http://www.mxlmics.com>
< http://www.mxlmics.com>



< https://neat.no/>
< https://neat.no/>



< http://www.netglobe.com.br/>
< http://www.netglobe.com.br/>



< <https://newline->

ORACLE
Communications

< Oracle Communications
<https://www.oracle.com/industries/communications/>

< <https://www.oracle.com/industries/communications/>



< <http://plenom.com/>>
< <http://plenom.com/>>



< nureva
<https://www.nureva.com/>>



< <https://www.polycom.com/partners/find-a-partner/cloud-video-partner/zoom.html>>
< <https://www.polycom.com/partners/find-a-partner/cloud-video-partner/zoom.html>>

POWERBX

< <https://powerbx.com/pages/zoom-solutions>>
< <https://powerbx.com/pages/zoom-solutions>>

PRO DVX
THE ART OF DIGITAL VIEWING

< <https://www.prodvx.com/>>
< <https://www.prodvx.com/>>



< <https://ptzoptics.com/>>
< <https://ptzoptics.com/>>



< <https://www.pulse-eight.com/p/104/usb-hdmi-cec-adapter>>
< <https://www.pulse-eight.com/p/104/usb-hdmi-cec-adapter>>

Pure IP

< <https://www.pure-ip.com/>>

< <https://www.pure-ip.com/>>

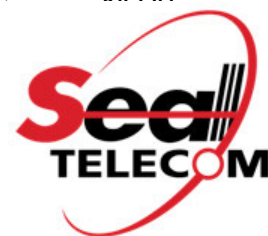
QSC
50 YEARS
AND FORWARD

< <https://www.qsc.com/>>
< <https://www.qsc.com/>>



< <
<https://www.quadgomm.com.br/>>
 QUADGOMM

<https://ribboncommunications.com/>>
 Ribbon
<https://ribboncommunications.com/>>



< <
<https://sica-sharppusa.com/Professional-Displays>>
 Sharp






<https://www.vdo360.com/>
<https://www.vdo360.com/>



<https://enterprise.verizon.com/products/business-communications/conferencing-services/zoom-video-conferencing/>
<https://enterprise.verizon.com/products/business-communications/conferencing-services/zoom-video-conferencing/>



<http://www.vhd.com.cn>
<http://www.vhd.com.cn>



<http://www.videobrax.com/>
<http://www.videobrax.com/>



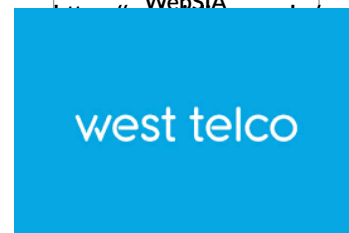
<https://www.viewsonic.com/us/>
<https://www.viewsonic.com/us/>



<https://websialive.com.br/>



<http://www.websia.com.br>
<http://www.websia.com.br>



<http://www.westtelco.com.mx/>
<http://www.westtelco.com.mx/>



<https://www.wetalkit.com.br/>
<https://www.wetalkit.com.br/>



<https://www.xpon.com.br/>
<https://www.xpon.com.br/>



<https://uc.yamaha.com/?revolabsredirect=true>
<https://uc.yamaha.com/?revolabsredirect=true>



<https://www.yealink.com/solution/solution-for-zoom>

<https://www.yealink.com/solution/solution-for-zoom>





< Zoom Tecnologia
 < <http://www.zoomtecnologia.com.br/>
 < <http://www.zoomtecnologia.com.br/>

About < <https://explore.zoom.us/about>>
Zoom Blog < <https://blog.zoom.us/>>
Customers < <https://explore.zoom.us/customer/all>>
Our Team < <https://explore.zoom.us/team>>
Careers < <https://explore.zoom.us/careers>>
Integrations < <https://explore.zoom.us/integrations>>
Partners < <https://partner.zoom.us/>>
Investors < <https://investors.zoom.us/>>
Press < <https://zoom.us/press>>
Media Kit < <https://zoom.us/media-kit>>
How to Videos < <https://explore.zoom.us/resources>>
Developer Platform < <https://developers.zoom.us/>>

Download < <https://zoom.us/download>>
Meetings Client < https://zoom.us/download#client_meeting>
Zoom Rooms Client < https://zoom.us/download#room_client>
Browser Extension < https://zoom.us/download#chrome_ext>
Outlook Plug-in < https://zoom.us/download#outlook_plugin>
Lync Plug-in < https://zoom.us/download#lync_plugin>
iPhone/iPad App < https://zoom.us/download#client_iphone>
Android App < https://zoom.us/download#mobile_app>
Zoom Virtual Backgrounds < <https://explore.zoom.us/virtual-backgrounds>>

Sales < <https://explore.zoom.us/contactsales>>
 1.888.799.9666 (tel:1.888.799.9666)
Contact Sales < <https://explore.zoom.us/contactsales>>
Plans & Pricing < <https://zoom.us/pricing>>
Request a Demo < <https://explore.zoom.us/livedemo>>
Webinars and Events < <https://zoom.us/events>>

Support < <https://support.zoom.us/>>
Test Zoom < <https://support.zoom.us/test>>
Account < <https://support.zoom.us/account>>
Support Center < <https://support.zoom.us/support-center>>
Plans & Pricing < <https://zoom.us/pricing>>
Live Training < <https://explore.zoom.us/live-training>>
Feedback < <https://explore.zoom.us/feedback>>
Contact Us < <https://explore.zoom.us/contact-us>>
Accessibility < <https://explore.zoom.us/accessibility>>
Privacy, Security, Modern Slavery Statement < <https://zoom.us/compliance>>

© 2022 Zoom Video Communications, Inc. All rights reserved. **Terms** < <https://explore.zoom.us/en/terms>> **Privacy** < <https://zoom.us/privacy>> **Trust Center** < <https://zoom.us/trust>> **Legal & Compliance** < <https://zoom.us/trust/legal-compliance>> **Preferências de cookies** **Preferências de cookies**



Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E INTEGRANTES DO COMITÊ DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO n.º59/2022

HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 39.378.032/0001-60, estabelecida à AV. ANTÔNIO GIL VELOSO 1818 LOJA 01, Box 01, PRAIA DA COSTA, na cidade de VILA VELHA, estado do ESPÍRITO SANTO, vem respeitosamente à vossa ilustre presença, apresentar seu Recurso Administrativo contra a decisão que desclassificou a sua proposta no pregão eletrônico 59/2022.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Seguindo as determinações edilícias, a Recorrida apresenta seu Recurso Administrativo dentro do tempo determinado.

2. PREFACIALMENTE

Por excesso de zelo, embora desnecessário diante desta Comissão de Licitação, reconhecida pela diligência, transparência e lisura em todos os certames que conduz, é conveniente destacar que as razões formuladas em um Recurso Administrativo após comprovadas, devem ser acolhidas, e de acordo com o princípio do contraditório, assegurado pelo artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal, o qual reza que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

3. BREVE SINOPSE FÁTICA

O Pregão Eletrônico em referência tem por objeto a contratação de serviço de webconferência, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

O presente RECURSO apresenta questões pontualmente relevantes que desnuda a fragilidade das razões apresentadas como motivo de recusa da proposta classificada em primeiro lugar e mais vantajosa para o órgão.

4. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A finalidade da licitação, inicialmente, reúne a busca da contratação mais vantajosa e o respeito ao tratamento igualitário e impessoal a todos os interessados em firmar a contratação administrativa ("vantajosidade" + "Isonomia"). Essa finalidade dual é descrita pelo art. 3º da lei 8666/93, ao estabelecer que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e da eficiência, de modo a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, o que por um equívoco não ocorreu no presente caso, e que esclareceremos nesta peça recursal.

5. RAZÕES DO RECURSO

Na sua análise a Pregoeira justificou a recusa da proposta com o entendimento equivocado de que a empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ/CPF: 39.378.032/0001-60, vencedora pelo melhor lance de R\$ 29.309,0000 "São representantes da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, que é a quem registrou a marca VIDEOBRAX. Assim, reconsideramos a nossa decisão e rejeitaremos a sua proposta com base na condição 10.11 do edital."

Muitas vezes, a rigidez legalista imposta pelo gestor administrativo o coloca em situação desfavorável quando de uma interpretação estritamente literária, o que pode afetar até mesmo o interesse público e, neste sentido, os Princípios da Eficiência e do Julgamento Objetivo são fundamentais como ferramenta de equilíbrio analítico.

5.1. DO RECURSO:

Questionados sobre a marca VIDEOBRAX, foi enviado, mediante diligência, o contrato de seção de uso da MARCA VIDEOBRAX da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA para a empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, ou seja, um contrato de USO da MARCA, e não um contrato de REPRESENTAÇÃO como entendeu a PREGOEIRA.

Foi questionado sobre o item 10.11 do Edital:

10.11.A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners):[https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners@ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners@ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

A fim de esclarecer que atendemos plenamente este requisito, enviamos os seguintes documentos pelo sistema ComprasNet:

1. Comprovação do website da Zoom que a Videobrax é revenda oficial da Zoom, habilitada a fornecer as licenças.
2. Comprovação de que a Videobrax é uma marca devidamente registrada no INPI;
3. Contrato de sessão de direito de uso da marca VIDEOBRAX da Crossing Comércio e Serviços de Tecnologia Ltda para a HD Soluções Tecnológicas Ltda permitindo o uso comercial da marca Videobrax, bem como venda de produtos cancelados. Onde destacamos o Parágrafo Terceiro da Cláusula Segunda:

Parágrafo Terceiro. Considerando que a Sociedade Empresária REPRESENTADA é detentora dos direitos de uso de

marca, bem como a venda de produtos VIDEOBRAX, aquela porque estou me referindo a sociedade empresária representada, cede e concede os direitos de exploração de uso de marca, bem como de venda de produtos chancelados da marca VIDEOBRAX ao REPRESENTANTE contratado.

Para facilitar o entendimento gostaríamos de dar o exemplo da marca COCA-COLA, possui vários representantes pelo mundo, e que cada um destes representantes são pessoas jurídicas distintas, cada um com o seu próprio CNPJ e razão social, porém, todos eles utilizam da "marca" COCA-COLA nas suas operações comerciais e de marketing. É exatamente isso que a empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA faz ao utilizar a "marca" Videobrax, consagrada como referência nacional em videoconferência nas suas operações comerciais e de marketing.

Para não restar dúvidas sobre a capacidade técnica da HD Soluções Tecnológicas Ltda para a renovação das licenças Zoom para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. É importante destacar que a empresa HD Soluções Tecnológicas Ltda é a atual fornecedora das Licenças ZOOM do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA. É possível ainda consultar a equipe técnica deste tribunal, sobre a qualidade dos serviços prestados. Para comprovar que somos o fornecedor atual das licenças ZOOM para o TRE BA, enviamos:

1. A Nota de Empenho do contrato atual.
2. A Nota Fiscal do contrato atual.

Há de se destacar ainda que, no item 2 do Termo de Referência do Edital é mencionado que "Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022."

Como atual fornecedora das licenças somente a HD Soluções Tecnológicas Ltda tem capacidade de renovar o plano sem nenhuma alteração nas configurações atuais, mantendo o domínio usado para o e-mail cadastrado.

O edital em si não é lei entre os licitantes, mas é regra de competição, que precisa, obrigatoriamente, adequar-se aos ditames legais e aos princípios administrativos. Ressalta-se o Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade, princípios estes que devem ser observados pelo aplicador do direito, sobretudo nas relações como esta, que envolve a contratação administrativa.

É evidente que os analistas do TRE BA respeitam o Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade, que possuem na vida administrativa, funções axiológicas e teleológicas essenciais, permitindo o controle dos atos administrativos pelos mais elevados valores que o justificam e não por critérios subjetivos ou rígidos a ponto de não atingirem o interesse público.

Ocorre que, neste caso seus critérios de avaliação se basearam na análise superficial sem levar em conta os documentos enviados em diligências, adotando um formalismo extremo e não-objetivo do certame, desclassificando o licitante vencedor do certame com base em aspectos de pouca relevância e sem o devido fundamento que justifique a rigorosidade extrema.

São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a adoção do princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório. Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona sobre a ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica.

Nesse sentido, orienta o TCU no acórdão 357/2015-Plenário: No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

Nota-se que a utilização do formalismo moderado não significa desmerecimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41 da lei 8.666/93. Trata-se de solução a ser tomada a partir de um conflito de princípios.

Vale destacar que o certame licitatório não representa um fim em si mesmo, mas um meio que busca o atendimento das necessidades públicas.

O rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências. (Acórdão 2302/2012-Plenário).

Por fim, tendo em vista que a desclassificação se deu por razões frágeis e que não se sustentam pelos seus pilares e considerando também o formalismo moderado, o Princípio da Economicidade e da Proposta Mais Vantajosa para a Administração, é impositivo concluir que este Recurso Administrativo não tem intuito protelatório e muito menos o interesse de causar tumulto ao certame que, ressalta-se, foi conduzido com maestria. Porém a análise técnica que desclassificou a proposta mais vantajosa deve ser revista em cumprimento aos princípios basilares do Direito por esta administração.

Portanto, a procedência do Recurso Administrativo é a solução que se impõe, e se mostra adequada, pois são justas as razões deste Recorrente.

6. REQUERIMENTOS

Diante dos fatos e fundamentos ora apresentados, HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, tendo confiança no bom senso e sabedoria deste Pregoeiro, bem como da reanálise da equipe da TRE BA, e nos princípios basilares que norteiam a Administração Pública, requer:

Que seja revogada a desclassificação da empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, e que seja ela declarada vencedora do certame, tendo em vista que a solução ofertada atende integralmente aos requisitos solicitados,

conforme esclarecido neste RECURSO, uma vez sendo essa empresa a atual fornecedora do objeto do certame do respectivo órgão.

E que deste modo, se dê sequência ao procedimento licitatório com a classificação da proposta da HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA e o aceite do objeto.

Certos do deferimento, desde já agradecemos.

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2022.

HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA

Fechar

Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

SENHOR PREGOEIRO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA

Ref.: Pregão Eletrônico n. 59/2022

XP ON CONSULTORIA LTDA., qualificada nos

autos do procedimento licitatório em epígrafe, com arrimo no art. 165, da Lei Federal 14.133/21 c/c art. 4, XVIII, da Lei Federal

10.520/2002, vem, com o devido respeito, à presença de Vossa Senhoria, por seu representante legal infra-assinado, apresentar

CONTRARRAZÕES ao recurso administrativo interposto pela empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, o que faz pelos motivos de fato e de direito a seguir delineados:

DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE

Destaca-se, inicialmente, a tempestividade das presentes contrarrazões, haja vista que a interposição do recurso administrativo

pela Recorrente perante este respeitável Órgão se deu aos 30 dias de setembro do corrente ano.

Assim, por terem as presentes contrarrazões sido apresentadas nesta data, é forçoso concluir por sua plena tempestividade, eis que atendido o prazo de 3 (três) dias úteis, previsto no inciso XVIII, art. 4º, da Lei Federal 10.520/2002, motivo que também justifica o seu conhecimento. DA SÍNTESE DA PRETENSÃO RECURSAL

A Empresa Recorrente, aos 23 dias de setembro de 2022, foi desclassificada para o grupo 01 da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº n. 59/2022, cujo critério de julgamento foi o de menor preço por lote, por descumprir o item 10.11 do edital.

Todavia, no dia 30/09/2022, interpôs recurso contra a decisão administrativa que acertadamente desclassificou-a e, nas mencionadas razões, alegou que: é revenda oficial da Zoom, habilitada a fornecer as licenças e que é a atual fornecedora das Licenças ZOOM do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA.

À vista das razões recursais apresentadas no recurso em questão, a Recorrida traz as suas contrarrazões, a fim de demonstrar que a pretensão recursal lançada pela Recorrente é eminentemente protelatória e retórica por descuidar-se de fundamentos fáticos e legais.

Salienta-se que uma simples leitura do recurso interposto pela Recorrente é suficiente para revelar o seu desconhecimento em relação às normas que regulam o procedimento licitatório e a contratação pública, sempre marcadas pela formalidade, legalidade e segurança jurídica necessárias ao atendimento do almejado interesse público.

É o que passa a se demonstrar:

III. DA PRELIMINAR PREJUDICIAL DO MÉRITO RECURSAL. A EXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO DAS MATÉRIAS RECURSAIS

No caso em apreço, verifica-se que a Recorrente almeja nitidamente rediscutir os termos da cláusula 10.11 do edital, que TEXUALMENTE impõe aos licitantes a comprovação de ser uma "revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao site de parceiros certificados (Zoom Certified

Partners): [https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type\[\]=resellerpartners&ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type[]=resellerpartners&ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil)."

No entanto, aqui é preciso dizer de forma radical e solene: o edital não foi impugnado pela Recorrente, pelo que não houve a motivação de seu inconformismo no momento recursal apropriado, em atenção à normatização geral do Pregão e ao regimento específico do certame.

Esse ato da Recorrente de se calar na fase pré-licitatória e de, agora, após a sua desclassificação, declinar insurgências contra o texto editalício, representa uma espécie de falta de lealdade como interesse público.

Isso porque, um eventual êxito de uma impugnação editalícia tempestiva e oportuna teria o condão de modificar o Edital para todo o universo de potenciais licitantes interessados, ao passo em que uma "impugnação" a posteriori e, portanto, inoportuna, aproveitaria exclusivamente a Recorrente.

Em adição, importa destacar que, no caso em apreço, houve o fenômeno da PRECLUSÃO LÓGICA e CONSUMATIVA das matérias que não foram objetos de impugnação e esclarecimentos tempestivos por parte da Recorrente. Sobre o tema, leciona Ovídio A. Batista da Silva, in verbis:

"Diz-se preclusão, no campo da teoria dos prazos processuais, a impossibilidade em que se encontra a parte de praticar determinado ato processual em virtude de se haver esgotado o momento adequado para fazê-lo.

Preclusão (do latim praeccludere, fechar, cerrar, impedir) é, em última análise, a perda de uma faculdade processual, ou a extinção do direito que a parte tivera de realizar o ato, ou de exigir determinada providência judicial." (Curso de Processo Civil, vol. 1, 4ª ed., pág. 209)

Em razão do exposto, não há se atribuir valor jurídico aos rogos recursais da Recorrente, os quais não passam de impugnações impertinentes e preclusas, pelo que requer seja acolhida esta preliminar prejudicial de mérito para que não seja conhecido o recurso administrativo interposto, com fundamento na existência de preclusão consumativa das matérias recursais.

IV. DO MÉRITO

Na remota hipótese de não acolhimento da PRELIMINAR suscitada, impende salientar que, no MÉRITO, melhor sorte não socorre a Recorrente, senão, veja-se: IV. A DA ACERTADA DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE. Na surrada alegação de que a Recorrente "é revenda

oficial da Zoom" resta evidente o seu desconhecimento em relação às normas que regulam o procedimento licitatório e a contratação pública.

No contexto apresentado, a questão a ser levantada é: a Recorrente não está listada no rol de autorizada da Zoom Video Communications para intermediar a contratação com entidades governamentais, o que pode ser comprovado por meio do acesso ao site de parceiros certificados (Zoom Certified Partners):

[https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type\[\]=resellerpartners&ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type[]=resellerpartners&ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

Há, portanto, por parte da Recorrente um descumprimento flagrante ao disposto na cláusula 10.11 do edital, pelo que resta demonstrado que a sua desclassificação possui fundamento no edital e na legislação de regência.

Nesse passo, compete evidenciar que a decisão administrativa proferida pelo Pregoeiro, que desclassificou a

Recorrente no certame, foi compartilhada pela Equipe Técnica do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA. Além disso, a hipótese recursal começa a adquirir contornos teratológicos quando a Recorrente lança mão da informação de que é a atual fornecedora das Licenças ZOOM do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA, como se tal fatofosse suficiente para afastar as normas pormenorizadas do Pregão Eletrônico n. 59/2022 e para reclassificá-la na presente licitação.

Ora, Senhor Pregoeiro, não é preciso ser um advogado especialista em licitações públicas para se ter em mente que os serviços atualmente prestados pela Recorrente estão vinculados a outros contratos administrativos e a outros processos licitatórios, mas que não são objetos de normatizações do Pregão Eletrônico n.59/2022.

À vista disso, requer-se a improcedência do recurso porque, de um lado, a desclassificação da Recorrente é consequência lógica à vista do seu descumprimento dos requisitos legais e editalícios.

Além disso, o simples fato de prestar serviços ao Órgão não é suficiente para afastar as normas do Pregão Eletrônico n. 59/2022 que foram flagrantemente descumpridas pela Recorrente.

MEDIANTE O EXPOSTO, evidencia-se que a desclassificação da empresa Recorrente atende plenamente aos requisitos do Edital, o que, inclusive, já foi observado no julgamento vestibular de Vossa Senhoria e da equipe técnica que conduziram o certame, pelo que requer:V. DA CONCLUSÃO

(A) seja acolhida a PRELIMINAR, com o consequente decreto de não recebimento e conhecimento da razões de recurso da empresa Recorrente;

(B) uma vez superada a PRELIMINAR arguida, o que não se espera e nem se acredita, seja julgado integralmente improcedente o Recurso da Empresa Recorrente, eis que desprovido de qualquer sustentáculo fático-jurídico; e

(C) caso Vossa Senhoria entenda de forma diversa, que os autos sejam encaminhados para Autoridade Competente, para apreciação.

Termos em que,
Pede provimento.

Brasília - DF, 04 de outubro de 2022.

Aguinaldo Alves Barbosa - CPF 234.903.811-49
Representante Legal da XP ON Consultoria Ltda.
CNPJ: 23.518.065/

Fechar

[Órgãos do Governo](#)[Acesso à Informação](#)[Legislação](#)[Acessibilidade](#)[Entrar](#)[Portal de Compras do Governo Federal](#)[>](#) [Acesso à informação](#) [>](#) [Notícias](#) [>](#) [Atualização do Aplicativo Compras.gov.br](#)

Atualização do Aplicativo Compras.gov.br

Publicado em 21/09/2022 09h13 Atualizado em 21/09/2022 15h05

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

Prezados Fornecedores e Usuários do Governo,



Informamos que o sistema Compras.gov.br estará indisponível a partir das **20h do dia 23/09/2022 - sexta-feira**, voltando a funcionar normalmente no dia **26/09/2022, segunda-feira, 07h**. Neste período, **todas** as funcionalidades do sistema estarão inacessíveis.

Assim, recomendamos que, **caso haja alguma licitação na fase de disputa, que seja suspensa até às 20h de sexta-feira, 23/09/2022**.

Caso a licitação não seja suspensa até a data supracitada, será automaticamente suspensa administrativamente pelo sistema.

Essa interrupção será devido a implementação da funcionalidade de envio de lances para modalidade Dispensa Eletrônica no Aplicativo Compras.gov.br.

Contamos com a compreensão de todos.

Mais informações, acesse: gov.br/compras.

Tags: [LICITAÇÃO](#) [CONTRATOS](#) [APLICATIVOS](#) [DISPENSA ELETRÔNICA](#)

Compartilhe: [f](#) [t](#) [l](#)

SEI 0015909-28.2022.6.05.8000 / pg. 285



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO - PRE/DG/SGA/NUP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2022

PROCESSO SEI Nº 0015909-28.2022.6.05.8000

ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 59/2022

RECORRENTE: HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo, interposto tempestivamente através do Sistema Comprasnet pela empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, contra a decisão desta Pregoeira que recusou a sua proposta, mas aceitou a da empresa **XP ON CONSULTORIA LTDA** relativa ao **Pregão 059/2022**, cujo objeto é a contratação de serviço de webconferência.

Inicialmente foi aceita a proposta da empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, pois foi apresentada num papel timbrado da empresa **Videobrax**, que consta como revenda autorizada da *Zoom Video Communications*, atendendo assim à condição 10.11 do edital. No entanto, no momento da análise dos documentos de habilitação não foi possível comprovar que a empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** é a Videobrax. Mais ainda, verificamos que outra empresa, a empresa **CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA** possuía como nome fantasia o nome Videobrax. Então solicitamos o seguinte esclarecimento, via sistema, à empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**: *"Sr. licitante, na análise da documentação não conseguimos verificar que a empresa HD Soluções Tecnológicas Ltda é a Videobrax, que consta da proposta e como sendo a autorizada no site do Zoom. Poderiam nos esclarecer, por favor? Concederemos o prazo de 2 (duas) horas, conforme condição 11.12.1 do edital, para o envio da documentação complementar"*.

Na documentação enviada em resposta ao questionamento consta o Contrato de Representação Comercial firmado entre a empresa **CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA** e a empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, bem como a comprovação de registro da marca **Videobrax** pela **CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA** no INPI – Instituto de Nacional da Propriedade Industrial.

Com base nessa documentação a decisão desta Pregoeira foi: *"Senhores, após a análise da documentação enviada, fica claro que vocês são representantes da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, que é quem registrou a marca VIDEOBRAX. Assim, reconsideramos a nossa decisão e rejeitaremos a sua proposta com base na condição 10.11 do edital, pois a condição é clara: "10.11. A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil)"*

II - DO RECURSO:

Transcrevemos abaixo o mérito das questões abordadas pela recorrente:

Na sua análise a Pregoeira justificou a recusa da proposta com o entendimento equivocado de que a empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ/CPF: 39.378.032/0001-60, vencedora pelo melhor lance de R\$29.309,0000 “São representantes da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, que é a quem registrou a marca VIDEOBRAX. Assim, reconsideramos a nossa decisão e rejeitaremos a sua proposta com base na condição 10.11 do edital.”

Muitas vezes, a rigidez legalista imposta pelo gestor administrativo o coloca em situação desfavorável quando de uma interpretação estritamente literária, o que pode afetar até mesmo o interesse público e, neste sentido, os Princípios da Eficiência e do Julgamento Objetivo são fundamentais como ferramenta de equilíbrio analítico.

5.1. DO RECURSO:

Questionados sobre a marca VIDEOBRAX, foi enviado, mediante diligência, o contrato de seção de uso da MARCAVIDEOBRAX da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA para a empresa HD SOLUCOESTECNOLOGICAS LTDA, ou seja, um contrato de USO da MARCA, e não um contrato de REPRESENTAÇÃO como entendeu a PREGOEIRA.

Foi questionado sobre o item 10.11 do Edital:

10.11.A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners):[https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners&ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners&ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

A fim de esclarecer que atendemos plenamente este requisito, enviamos os seguintes documentos pelo sistema ComprasNet:

1. Comprovação do website da Zoom que a Videobrax é revenda oficial da Zoom, habilitada a fornecer as licenças.
2. Comprovação de que a Videobrax é uma marca devidamente registrada no INPI;
3. Contrato de sessão de direito de uso da marca VIDEOBRAX da Crossing Comércio e Serviços de Tecnologia Ltda para a HD Soluções Tecnológicas Ltda permitindo o uso comercial da marca Videobrax, bem como venda de produtos cancelados. Onde destacamos o Parágrafo Terceiro da Cláusula Segunda:

Parágrafo Terceiro. Considerando que a Sociedade Empresária REPRESENTADA é detentora dos direitos de uso de marca, bem como a venda de produtos VIDEOBRAX, aquela porque estou me referindo a sociedade empresária representada, cede e concede os direitos de exploração de uso de marca, bem como de venda de produtos cancelados da marca VIDEOBRAX ao REPRESENTANTE contratado.

Para facilitar o entendimento gostaríamos de dar o exemplo da marca COCA-COLA, possui vários representantes pelo mundo, e que cada um destes representantes são pessoas jurídicas distintas, cada um com o seu próprio CNPJ e razão social, porém, todos eles utilizam da “marca” COCA-COLA

nas suas operações comerciais e de marketing. É exatamente isso que a empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA faz ao utilizar a “marca” Videobrax, consagrada como referência nacional em videoconferência nas suas operações comerciais e de marketing.

E ainda esclarece:

Para não restar dúvidas sobre a capacidade técnica da HD Soluções Tecnológicas Ltda para a renovação das licenças Zoom para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. É importante destacar que a empresa HD Soluções Tecnológicas Ltda é a atual fornecedora das Licenças ZOOM do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA. É possível ainda consultar a equipe técnica deste tribunal, sobre a qualidade dos serviços prestados. Para comprovar que somos o fornecedor atual das licenças ZOOM para o TRE BA, enviamos:

1. A Nota de Empenho do contrato atual.
2. A Nota Fiscal do contrato atual.

Há de se destacar ainda que, no item 2 do Termo de Referência do Edital é mencionado que “Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022.”

Como atual fornecedora das licenças somente a HD Soluções Tecnológicas Ltda tem capacidade de renovar o plano sem nenhuma alteração nas configurações atuais, mantendo o domínio usado para o e-mail cadastrado.

III- DAS CONTRARRAZÕES

A empresa **XP ON CONSULTORIA LTDA** apresentou suas contrarrazões, das quais transcrevemos abaixo os pontos mais esclarecedores:

III. DA PRELIMINAR PREJUDICIAL DO MÉRITORECURSAL. A EXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO DAS MATÉRIAS RECURSAIS

No caso em apreço, verifica-se que a Recorrente almeja nitidamente rediscutir os termos da cláusula 10.11 do edital, que TEXTUALMENTE impôs aos licitantes a comprovação de ser uma “revenda autorizada da Zoom VideoCommunications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom CertifiedPartners): [https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type\[\]=resellerpartners&ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type[]=resellerpartners&ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).”

No entanto, aqui é preciso dizer de forma radical e solene: o edital não foi impugnado pela Recorrente, pelo que não houve a motivação de seu inconformismo no momento recursal apropriado, em atenção à normatização geral do Pregão e ao regramento específico do certame.

Esse ato da Recorrente de se calar na fase pré-licitatória e de, agora, após a sua desclassificação, declinar insurgências contra o texto editalício, representa uma espécie de falta de lealdade como interesse público. Isso porque, um eventual êxito de uma impugnação editalícia tempestiva e oportuna teria o condão de modificar o Edital para todo o universo de potenciais licitantes interessados, ao passo em que uma “impugnação” a posteriori e, portanto, inoportuna, aproveitaria exclusivamente a Recorrente.

Em adição, importa destacar que, no caso em apreço, houve o fenômeno da PRECLUSÃO LÓGICA e CONSUMATIVA das matérias que não foram objetos de impugnação e esclarecimentos tempestivos por parte da Recorrente. Sobre o tema, leciona Ovídio A. Batista da Silva, in verbis:

"Diz-se preclusão, no campo da teoria dos prazos processuais, a impossibilidade em que se encontra a parte de praticar determinado ato processual em virtude de se haver esgotado o momento adequado para fazê-lo. Preclusão (do latim *praecludere*, fechar, cerrar, impedir) é, em última análise, a perda de uma faculdade processual, ou a extinção do direito que a parte tivera de realizar o ato, ou de exigir determinada providência judicial." (Curso de Processo Civil, vol. 1, 4ª ed., pág. 209)

Em razão do exposto, não há se atribuir valor jurídico aos rogos recursais da Recorrente, os quais não passam de impugnações impertinentes e preclusas, pelo que requer seja acolhida esta preliminar prejudicial de mérito para que não seja conhecido o recurso administrativo interposto, com fundamento na existência de preclusão consumativa das matérias recursais.

IV. DO MÉRITO

Na remota hipótese de não acolhimento da PRELIMINAR suscitada, impende salientar que, no MÉRITO, melhor sorte não socorre a Recorrente, senão, veja-se: IV.A DA ACERTADA DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE. Na surrada alegação de que a Recorrente "é revenda oficial da Zoom" resta evidente o seu desconhecimento em relação às normas que regulam o procedimento licitatório e a contratação pública.

No contexto apresentado, a questão a ser levantada é: a Recorrente não está listada no rol de autorizada da ZoomVideoCommunications para intermediar a contratação com entidades governamentais, o que pode ser comprovado por meio do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type\[\]=resellerpartners&ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type[]=resellerpartners&ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

Há, portanto, por parte da Recorrente um desatendimento flagrante ao disposto na cláusula 10.11 do edital, pelo que resta demonstrado que a sua desclassificação possui fundamento no edital e na legislação de regência. Nesse passo, compete evidenciar que a decisão administrativa proferida pelo Pregoeiro, que desclassificou a Recorrente no certame, foi compartilhada pela Equipe Técnica do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA. Além disso, a hipótese recursal começa a adquirir contornos teratológicos quando a Recorrente lança mão da informação de que é a atual fornecedora das Licenças ZOOM do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA, como se tal fato fosse suficiente para afastar as normas pormenorizadas do Pregão Eletrônico n. 59/2022 e para reclassificá-la na presente licitação.

Ora, Senhor Pregoeiro, não é preciso ser um advogado especialista em licitações públicas para se ter em mente que os serviços atualmente prestados pela Recorrente estão vinculados a outros contratos administrativos e a outros processos licitatórios, mas que não são objetos de normatizações do Pregão Eletrônico n. 59/2022.

À vista disso, requer-se a improcedência do recurso porque, de um lado, a desclassificação da Recorrente é consequência lógica à vista do seu descumprimento dos requisitos legais e editalícios. Além disso, o simples fato de prestar serviços ao Órgão não é suficiente para afastar as normas do Pregão Eletrônico n. 59/2022 que foram flagrantemente

descumpridas pela Recorrente.

IV - DOS FATOS

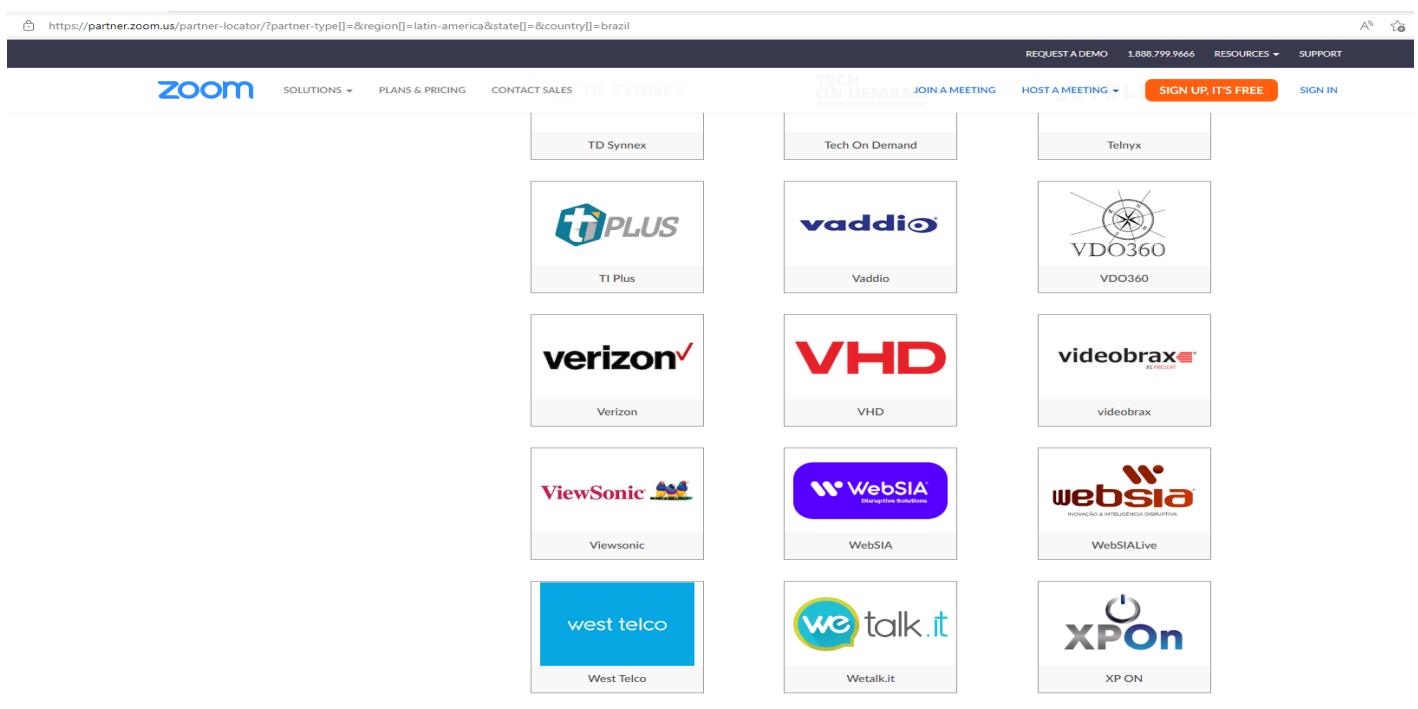
Trazemos à tona a disposição do Edital do Pregão Eletrônico nº 59/2022:

SUBSEÇÃO I – REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

10.11. A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

O regramento contido no edital é claro quando estabelece que a empresa deve ser revenda autorizada e deve constar como sítio da Zoom Vídeo Communications. E na consulta verificamos que consta como autorizada a Videobrax, conforme captura da tela abaixo:

E apesar da proposta da empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA ter sido apresentada num papel timbrado da Videobrax, ela não é a proprietária da marca nem possui esse nome como nome fantasia. Solicitada a esclarecer, apresentou o contrato de representação comercial firmado entre ela e a empresa **CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**, essa sim proprietária da marca Videobrax e que tem esse nome como nome fantasia.



V- CONCLUSÃO

O recurso foi admitido por sua tempestividade, legitimidade e motivação.

A empresa alegou:

Muitas vezes, a rigidez legalista imposta pelo gestor administrativo o coloca em situação desfavorável quando de uma interpretação estritamente literária, o que pode afetar até mesmo o interesse público e, neste sentido, os Princípios da Eficiência e do Julgamento Objetivo são fundamentais como ferramenta de equilíbrio analítico.

....

Questionados sobre a marca VIDEOBRAX, foi enviado, mediante diligência, o contrato de seção de uso da MARCAVIDEOBRAX da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA para a empresa HD SOLUCOESTECNOLOGICAS LTDA, ou seja, um contrato de USO da MARCA, e não um contrato de REPRESENTAÇÃO como entendeu a PREGOEIRA.

Ocorre que a decisão de apegou ao que claramente estabelece o edital na condição 10.11, não se tratando de uma interpretação particular, e o contrato apresentado diz claramente que é um 'Contrato de Representação Comercial', ainda que no parágrafo terceiro da cláusula segunda conceda "*os direitos de exploração de uso de marca, bem como de venda de produtos cancelados da marca VIDEOBRAX*".

Assim, no nosso entendimento, a representante - HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, não é a representada - CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, portanto, não é a autorizada no site da Zoom Vídeo Communications.

Outro detalhe importante foi apresentado pela empresa **XP ON CONSULTORIA LTDA**, vencedora do certame:

No entanto, aqui é preciso dizer de forma radical e solene: o edital não foi impugnado pela Recorrente, pelo que não houve a motivação de seu inconformismo no momento recursal apropriado, em atenção à normatização geral do Pregão e ao regramento específico do certame.

Esse ato da Recorrente de se calar na fase pré-licitatória e de, agora, após a sua desclassificação, declinar insurgências contra o texto editalício, representa uma espécie de falta de lealdade como interesse público. Isso porque, um eventual êxito de uma impugnação editalícia tempestiva e oportuna teria o condão de modificar o Edital para todo o universo de potenciais licitantes interessados, ao passo em que uma "impugnação" a posteriori e, portanto, inoportuna, aproveitaria exclusivamente a Recorrente.

Considerando que não houve a impugnação ao edital, não há como fugir da exigência.

VI- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Manifestamo-nos pela IMPROCEDÊNCIA do recurso, mantendo a decisão de não aceitação da proposta da empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.

Conforme previsão 12.8 do Edital, submeto o presente processo às considerações superiores.

Salvador (BA), 11 de outubro de 2022

Cristiana Maria Paz Lima Soares

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Maria Paz Lima Soares, Técnico Judiciário**, em 11/10/2022, às 12:36, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2130865** e o código CRC **6C947C1D**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2130865v3

Pregão/Concorrência Eletrônica

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO: NÃO PROCEDE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2022

PROCESSO SEI Nº 0015909-28.2022.6.05.8000

ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 59/2022

RECORRENTE: HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo, interposto tempestivamente através do Sistema Comprasnet pela empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, contra a decisão desta Pregoeira que recusou a sua proposta, mas aceitou a da empresa XP ON CONSULTORIA LTDA relativa ao Pregão 059/2022, cujo objeto é a contratação de serviço de webconferência.

Inicialmente foi aceita a proposta da empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, pois foi apresentada num papel timbrado da empresa Videobrax, que consta como revenda autorizada da Zoom Video Communications, atendendo assim à condição 10.11 do edital. No entanto, no momento da análise dos documentos de habilitação não foi possível comprovar que a empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA é a Videobrax. Mais ainda, verificamos que outra empresa, a empresa CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA possuía como nome fantasia o nome Videobrax. Então solicitamos o seguinte esclarecimento, via sistema, à empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA: "Sr. licitante, na análise da documentação não conseguimos verificar que a empresa HD Soluções Tecnológicas Ltda é a Videobrax, que consta da proposta e como sendo a autorizada no site do Zoom. Poderiam nos esclarecer, por favor? Concederemos o prazo de 2 (duas) horas, conforme condição 11.12.1 do edital, para o envio da documentação complementar".

Na documentação enviada em resposta ao questionamento consta o Contrato de Representação Comercial firmado entre a empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA e a empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, bem como a comprovação de registro da marca Videobrax pela CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA no INPI – Instituto de Nacional da Propriedade Industrial.

Com base nessa documentação a decisão desta Pregoeira foi: "Senhores, após a análise da documentação enviada, fica claro que vocês são representantes da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, que é quem registrou a marca VIDEOBRAX. Assim, reconsideramos a nossa decisão e rejeitaremos a sua proposta com base na condição 10.11 do edital, pois a condição é clara: "10.11. A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao site de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners@ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners@ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil)"

II – DO RECURSO:

Transcrevemos abaixo o mérito das questões abordadas pela recorrente:

Na sua análise a Pregoeira justificou a recusa da proposta com o entendimento equivocado de que a empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ/CPF: 39.378.032/0001-60, vencedora pelo melhor lance de R\$29.309,0000 "São representantes da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, que é a quem registrou a marca VIDEOBRAX. Assim, reconsideramos a nossa decisão e rejeitaremos a sua proposta com base na condição 10.11 do edital."

Muitas vezes, a rigidez legalista imposta pelo gestor administrativo o coloca em situação desfavorável quando de uma interpretação estritamente literária, o que pode afetar até mesmo o interesse público e, neste sentido, os Princípios da Eficiência e do Julgamento Objetivo são fundamentais como ferramenta de equilíbrio analítico.

5.1. DO RECURSO:

Questionados sobre a marca VIDEOBRAX, foi enviado, mediante diligência, o contrato de seção de uso da MARCAVIDEOBRAX da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA para a empresa HD SOLUCOESTECNOLOGICAS LTDA, ou seja, um contrato de USO da MARCA, e não um contrato de REPRESENTAÇÃO como entendeu a PREGOEIRA.

Foi questionado sobre o item 10.11 do Edital:

10.11.A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao site de parceiros certificados (Zoom Certified Partners):[https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners@ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners@ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

A fim de esclarecer que atendemos plenamente este requisito, enviamos os seguintes documentos pelo sistema ComprasNet:

1. Comprovação do website da Zoom que a Videobrax é revenda oficial da Zoom, habilitada a fornecer as licenças.
2. Comprovação de que a Videobrax é uma marca devidamente registrada no INPI;
3. Contrato de sessão de direito de uso da marca VIDEOBRAX da Crossing Comércio e Serviços de Tecnologia Ltda para a HD Soluções Tecnológicas Ltda permitindo o uso comercial da marca Videobrax, bem como venda de produtos chancelados. Onde destacamos o Parágrafo Terceiro da Cláusula Segunda:
Parágrafo Terceiro. Considerando que a Sociedade Empresária REPRESENTADA é detentora dos direitos de uso de marca, bem como a venda de produtos VIDEOBRAX, aquela porque estou me referindo a sociedade empresária representada, cede e concede os direitos de exploração de uso de marca, bem como de venda de produtos chancelados da marca VIDEOBRAX ao REPRESENTANTE contratado.

Para facilitar o entendimento gostaríamos de dar o exemplo da marca COCA-COLA, possui vários representantes pelo mundo, e que cada um destes representantes são pessoas jurídicas distintas, cada um com o seu próprio CNPJ e razão social, porém, todos eles utilizam da "marca" COCA-COLA nas suas operações comerciais e de marketing. É exatamente isso que a empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA faz ao utilizar a "marca" Videobrax, consagrada como referência nacional em videoconferência nas suas operações comerciais e de marketing.

E ainda esclarece:

Para não restar dúvidas sobre a capacidade técnica da HD Soluções Tecnológicas Ltda para a renovação das licenças Zoom para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. É importante destacar que a empresa HD Soluções Tecnológicas Ltda é a atual fornecedora das Licenças ZOOM do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA. É possível ainda consultar a equipe técnica deste tribunal, sobre a qualidade dos serviços prestados. Para comprovar que somos o fornecedor atual das licenças ZOOM para o TRE BA, enviamos:

1. A Nota de Empenho do contrato atual.
2. A Nota Fiscal do contrato atual.

Há de se destacar ainda que, no item 2 do Termo de Referência do Edital é mencionado que "Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022."

Como atual fornecedora das licenças somente a HD Soluções Tecnológicas Ltda tem capacidade de renovar o plano sem nenhuma alteração nas configurações atuais, mantendo o domínio usado para o e-mail cadastrado.

III- DAS CONTRARRAZÕES

A empresa XP ON CONSULTORIA LTDA apresentou suas contrarrazões, das quais transcrevemos abaixo os pontos mais esclarecedores:

III. DA PRELIMINAR PREJUDICIAL DO MÉRITORECURSAL. A EXISTÊNCIA DE PRECLUSÃO DAS MATÉRIAS RECURSAIS

No caso em apreço, verifica-se que a Recorrente almeja nitidamente rediscutir os termos da cláusula 10.11 do edital, que TEXTUALMENTE impõe aos licitantes a comprovação de ser uma "revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type\[\]=resellerpartners@ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type[]=resellerpartners@ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil)."

No entanto, aqui é preciso dizer de forma radical e solene: o edital não foi impugnado pela Recorrente, pelo que não houve a motivação de seu inconformismo no momento recursal apropriado, em atenção à normatização geral do Pregão e ao regramento específico do certame.

Esse ato da Recorrente de se calar na fase pré-licitatória e de, agora, após a sua desclassificação, declinar insurgências contra o texto editalício, representa uma espécie de falta de lealdade como interesse público. Isso porque, um eventual êxito de uma impugnação editalícia tempestiva e oportuna teria o condão de modificar o Edital para todo o universo de potenciais licitantes interessados, ao passo em que uma "impugnação" a posteriori e, portanto, inoportuna, aproveitaria exclusivamente a Recorrente.

Em adição, importa destacar que, no caso em apreço, houve o fenômeno da PRECLUSÃO LÓGICA e CONSUMATIVA das matérias que não foram objetos de impugnação e esclarecimentos tempestivos por parte da Recorrente. Sobre o tema, leciona Ovídio A. Batista da Silva, in verbis:

"Diz-se preclusão, no campo da teoria dos prazos processuais, a impossibilidade em que se encontra a parte de praticar determinado ato processual em virtude de se haver esgotado o momento adequado para fazê-lo. Preclusão (do latim praeccludere, fechar, cerrar, impedir) é, em última análise, a perda de uma faculdade processual, ou a extinção do direito que a parte tivera de realizar o ato, ou de exigir determinada providência judicial." (Curso de Processo Civil, vol. 1, 4ª ed., pág. 209)

Em razão do exposto, não há se atribuir valor jurídico aos rogos recursais da Recorrente, os quais não passam de impugnações impertinentes e preclusas, pelo que requer seja acolhida esta preliminar prejudicial de mérito para que não seja conhecido o recurso administrativo interposto, com fundamento na existência preclusão consumativa das matérias recursais.

IV. DO MÉRITO

Na remota hipótese de não acolhimento da PRELIMINAR suscitada, impende salientar que, no MÉRITO, melhor sorte não socorre a Recorrente, senão, veja -se: IV.A DA ACERTADA DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA RECORRENTE Na surrada alegação de que a Recorrente "é revenda oficial da Zoom" resta evidente o seu desconhecimento em relação às normas que regulam a procedimento licitatório e a contratação pública.

No contexto apresentado, a questão a ser levantada é: a Recorrente não está listada no rol de autorizada da Zoom Video Communications para intermediar a contratação com entidades governamentais, o que pode ser comprovado por meio do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type\[\]=resellerpartners@ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type[]=resellerpartners@ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

Há, portanto, por parte da Recorrente um desatendimento flagrante ao disposto na cláusula 10.11 do edital, pelo que resta demonstrado que a sua desclassificação possui fundamento no edital e na legislação de regência. Nesse passo, compete evidenciar que a decisão administrativa proferida pelo Pregoeiro, que desclassificou a Recorrente no certame, foi compartilhada pela Equipe Técnica do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA. Além disso, a hipótese recursal começa a adquirir contornos teratológicos quando a Recorrente lança mão da informação de que é a atual fornecedora das Licenças ZOOM do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA, como se tal fato fosse suficiente para afastar as normas pormenorizadas do Pregão Eletrônico n. 59/2022 e para reclassificá-la na presente licitação.

Ora, Senhor Pregoeiro, não é preciso ser um advogado especialista em licitações públicas para se ter em mente que os serviços atualmente prestados pela Recorrente estão vinculados a outros contratos administrativos e a outros processos licitatórios, mas que não são objetos de normatizações do Pregão Eletrônico n.59/2022.

À vista disso, requer-se a improcedência do recurso porque, de um lado, a desclassificação da Recorrente é consequência lógica à vista do seu descumprimento dos requisitos legais e editalícios. Além disso, o simples fato de prestar serviços ao Órgão não é suficiente para afastar as normas do Pregão Eletrônico n. 59/2022 que foram flagrantemente descumpridas pela Recorrente.

IV - DOS FATOS

Trazemos à tona a disposição do Edital do Pregão Eletrônico nº 59/2022:

SUBSEÇÃO I – REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

10.11. A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=resellerpartners@ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=resellerpartners@ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

O regramento contido no edital é claro quando estabelece que a empresa deve ser revenda autorizada e deve constar como tal no sítio da Zoom Video Communications. Na consulta verificamos que consta como autorizada a Videobrax, conforme captura da tela abaixo:

E apesar da proposta da empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA ter sido apresentada num papel timbrado da Videobrax, ela não é a proprietária da marca nem possui esse nome como nome fantasia. Solicitada a esclarecer, apresentou o contrato de representação comercial firmado entre ela e a empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, essa sim proprietária da marca Videobrax e que tem esse nome como nome fantasia.

V- CONCLUSÃO

O recurso foi admitido por sua tempestividade, legitimidade e motivação.

A empresa alegou:

Muitas vezes, a rigidez legalista imposta pelo gestor administrativo o coloca em situação desfavorável quando de uma interpretação estritamente literária, o que pode afetar até mesmo o interesse público e, neste sentido, os Princípios da

Eficiência e do Julgamento Objetivo são fundamentais como ferramenta de equilíbrio analítico.

....

Questionados sobre a marca VIDEOBRAX, foi enviado, mediante diligência, o contrato de seção de uso da MARCAVIDEOBRAX da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA para a empresa HD SOLUCOESTECNOLÓGICAS LTDA, ou seja, um contrato de USO da MARCA, e não um contrato de REPRESENTAÇÃO como entendeu a PREGOEIRA.

Ocorre que a decisão se apegou ao que claramente estabelece o edital na condição 10.11, não se tratando de uma interpretação particular, e o contrato apresentado diz claramente que é um 'Contrato de Representação Comercial', ainda que no parágrafo terceiro da cláusula segunda conceda "os direitos de exploração de uso de marca, bem como de venda de produtos cancelados da marca VIDEOBRAX".

Assim, no nosso entendimento, a representante - HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, não é a representada - CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, portanto, não é a autorizada no site da Zoom Vídeo Communications.

Outro detalhe importante foi apresentado pela empresa XP ON CONSULTORIA LTDA, vencedora do certame:

No entanto, aqui é preciso dizer de forma radical e solene: o edital não foi impugnado pela Recorrente, pelo que não houve a motivação de seu inconformismo no momento recursal apropriado, em atenção à normatização geral do Pregão e ao regramento específico do certame.

Esse ato da Recorrente de se calar na fase pré-licitatória e de, agora, após a sua desclassificação, declinar insurgências contra o texto editalício, representa uma espécie de falta de lealdade como interesse público. Isso porque, um eventual êxito de uma impugnação editalícia tempestiva e oportuna teria o condão de modificar o Edital para todo o universo de potenciais licitantes interessados, ao passo em que uma "impugnação" a posteriori e, portanto, inoportuna, aproveitaria exclusivamente a Recorrente.

Considerando que não houve a impugnação ao edital, não há como fugir da exigência.

VI- DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Manifestamo-nos pela IMPROCEDÊNCIA do recurso, mantendo a decisão de não aceitação da proposta da empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.

Conforme previsão 12.8 do Edital, submeto o presente processo às considerações superiores.

Salvador (BA), 11 de outubro de 2022

Cristiana Maria Paz Lima Soares
Pregoeira

Fechar



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

RELATÓRIO - PRE/DG/SGA/NUP

RELATÓRIO FINAL - PREGÃO 059/2022

Pregão Eletrônico, para contratação de contratação de serviço de webconferência.

Instada a realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico, visando a contratação de empresa contratação de serviço de webconferência, a Pregoeira Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, foi publicado Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, bem como nos sites do TRE-BA e do Comprasnet.

Não houve impugnações nem pedido de esclarecimento.

No dia 23 (vinte e três) de setembro de 2022, às 9:00h (horário de Brasília), a Pregoeira Oficial, designada pela Portaria nº 45, de 22 de abril de 2020, deu início a realização dos trabalhos relativos ao presente Pregão.

Logo no início foi feito o alerta aos licitantes de que, conforme condição 16.1 do Edital, serão aplicadas sanções às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação, resultando na instauração de processo para apurar a conduta da licitante, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Aberta a sessão, a Pregoeira fez a análise preliminar das propostas apresentadas. Em seguida, foram iniciadas as etapas competitivas aberta e fechada, tendo sido ofertados os lances registrados na ata acostada aos autos (doc. nº 2126873). Também anexamos resumo das declarações feitas pelas licitantes (doc. nº 2126875)

Após a classificação das propostas pelo próprio sistema, consultamos a empresa que apresentou o melhor lance para o item se este atendia às especificações do edital e negociamos a redução dos valores, tentando obter melhor preço. A empresa não aceitou reduzir o valor ofertado, mas confirmou atender às exigências do edital. A fim de verificar se a proposta atendia à condição 10.11 do edital, procedemos consulta ao site da *Zoom Video Communications* e comprovamos que o nome que constava da proposta da licitante - Videobrax (fls. 1 a 5 do doc. nº 2126929), constava como autorizada (ver fl. 8 do doc. 2126935), e por isso procedemos a aceitação da proposta da empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**.

Prosseguimos, então, para a análise dos documentos de habilitação, no entanto, não foi possível comprovar que a empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** é a Videobrax (fls. 6 a 10 do doc. nº 2126929). Mais ainda, verificarmos que outra empresa, a empresa **CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA** possuía como nome fantasia o nome Videobrax (fl 11 do doc. nº 2126929). Então solicitamos o seguinte esclarecimento, via sistema, à empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**: "Sr. licitante, na análise da

documentação não conseguimos verificar que a empresa HD Soluções Tecnológicas Ltda é a Videobrax, que consta da proposta e como sendo a autorizada no site do Zoom. Poderiam nos esclarecer, por favor? Concederemos o prazo de 2 (duas) horas, conforme condição 11.12.1 do edital, para o envio da documentação complementar”.

Na documentação enviada em resposta ao questionamento consta o Contrato de Representação Comercial firmado entre a empresa **CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA** e a empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, bem como a comprovação de registro da marca **Videobrax** pela **CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA** no INPI – Instituto de Nacional da Propriedade Industrial (fls. 12 a 20 do doc. 2126929)

Com base nessa documentação a decisão desta Pregoeira foi: *“Senhores, após a análise da documentação enviada, fica claro que vocês são representantes da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERCIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, que é a quem registrou a marca VIDEOBRAX. Assim, reconsideramos a nossa decisão e rejeitaremos a sua proposta com base na condição 10.11 do edital, pois a condição é clara: “10.11. A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil)”.* Com isso, rejeitamos a proposta da empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** e partimos para a segunda colocada, a empresa **XP ON CONSULTORIA LTDA**. Verificamos que constava como autorizada no site da Zoom Video Communications e procedemos à aceitação da proposta.

Seguimos, então, para a análise da documentação da empresa, passando-se para a fase de habilitação. Consultamos também o SICAF e verificamos: a) a compatibilidade do objeto social da empresa vencedora com o objeto da licitação; b) os documentos de habilitação, consoante documentos de habilitação anexados ao processo; c) a ausência de causas impeditivas da contratação, através da consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), em nome da empresa e dos sócios majoritários; d) e confirmamos a veracidade da certidão de falência e concordata. Os documentos de habilitação da empresa vencedora estão juntados como doc. nº 2126891.

Por fim, informamos no *chat* que a empresa **XP ON CONSULTORIA LTDA** foi habilitada. Realizada a habilitação, abriu-se o prazo para registro de intenção de recursos, e a empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** se manifestou. Inserimos, então, no sistema, os prazos finais para a apresentação do recurso e das contrarrazões, conforme item 12.5 do edital.

A empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** anexou a peça recursal apropriada e a **XP ON CONSULTORIA LTDA** as contrarrazões, ambas no prazo estabelecido. Foram anexados ao presente processo o recurso, a contrarrazão e a manifestação do Pregoeiro que pugna pela improcedência do recurso e pela manutenção da decisão proferida (docs. nº 2126939, 2126941 e 2130865, respectivamente).

Juntamos, ainda, ao presente processo o resultado por fornecedor, doc. nº 2126892.

Houve problemas no acesso ao sistema por dois dias, após atualização

ocorrida no final de semana, ver o doc. nº 2126944.

É o relatório final que ora se submete à apreciação superior da Diretoria-Geral deste Tribunal, por intermédio da ASSESD, de ordem.

Salvador(BA), em 11 de outubro de 2022

Cristiana Maria Paz Lima Soares

Pregoeira



Documento assinado eletronicamente por **Cristiana Maria Paz Lima Soares, Técnico Judiciário**, em 11/10/2022, às 13:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2135441** e o código CRC **BB0998EF**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2135441v12



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/ASSED

Considerando o recurso interposto e contrarrazões apresentadas, documentos n.ºs 2126939 e 2126941, bem assim a manifestação da Pregoeira, documento n.º 2130865, ouça-se a ASJUR1.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 11/10/2022, às 15:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2135729** e o código CRC **25B55077**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2135729v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0015909-28.2022.6.05.8000
INTERESSADO : MARCO ANTÔNIO VÍDERO VIEIRA SANTOS
ASSUNTO :

PARECER nº 205 / 2022 - PRE/DG/ASJUR1

1. Chegam os autos a essa Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, para emissão de parecer em face do Recurso impetrado pela empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (doc. nº 2126939), contra a decisão da Pregoeira, que, no Pregão Eletrônico nº 59/2022 (doc. nº 2094873), desclassificou a proposta da Recorrente e, por consequência, declarou vencedora do certame a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA (docs. nºs 2126873 e 2126892 - Ata e Resultado por Fornecedor).

2. Alega a Recorrente, em síntese, que a decisão da Pregoeira foi equivocada, ao afirmar que a HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA não logrou êxito em comprovar o atendimento à condição 10.11. do ato convocatório, que estabelece a obrigatoriedade da licitante ser *"uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais"*.

2.1. Neste intuito, afirma a Recorrente: *"Questionados sobre a marca VIDEOBRAX, foi enviado, mediante diligência, o contrato de seção de uso da MARCA VIDEOBRAX da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERÇIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA para a empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, ou seja, um contrato de USO da MARCA, e não um contrato de REPRESENTAÇÃO como entendeu a PREGOEIRA"*.

2.2. Ainda na tentativa de demonstrar o erro na decisão que desclassificou sua proposta, afirma ser *"a atual fornecedora das Licenças ZOOM"* desta Administração, sugerindo, nesta linha, que seja consultada *"a equipe técnica deste tribunal, sobre a qualidade dos serviços prestados"*. Sobre tal particularidade, assevera: *"Como atual fornecedora das licenças somente a HD Soluções Tecnológicas Ltda tem capacidade de renovar o plano sem nenhuma alteração nas configurações atuais, mantendo o domínio usado para o e-mail cadastrado"*.

2.3. Segue, clamando pela observância a diversos princípios que regem os certames, entre eles, *formalismo moderado, economicidade e proposta mais vantajosa*, para, ao final, pugnar para que *"seja revogada a desclassificação da empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, e que seja ela declarada vencedora do certame, tendo em vista que a solução ofertada atende integralmente aos requisitos solicitados"*.

3. Em sede de contrarrazões, a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA, sobre o ponto central da desclassificação da Recorrente, afirma (doc. nº 2126941):

"No contexto apresentado, a questão a ser levantada é: a Recorrente não está listada no rol de autorizada da Zoom VideoCommunications para intermediar a contratação com entidades governamentais, o que pode ser comprovado por meio do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): <https://partner.zoom.us/partnerlocator/>?

partner-
type[]=resellerpartners@ion[]=latinamerica&state[]=&country[]=brazil.
Há, portanto, por parte da Recorrente um desatendimento flagrante ao disposto na cláusula 10.11 do edital, pelo que resta demonstrado que a sua desclassificação possui fundamento no edital e na legislação de regência.

Nesse passo, compete evidenciar que a decisão administrativa proferida pelo Pregoeiro, que desclassificou a Recorrente no certame, foi compartilhada pela Equipe Técnica do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA.

Além disso, a hipótese recursal começa a adquirir contornos teratológicos quando a Recorrente lança mão da informação de que é a atual fornecedora das Licenças ZOOM do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL NA BAHIA, como se tal fato fosse suficiente para afastar as normas pormenorizadas do Pregão Eletrônico n. 59/2022 e para reclassificá-la na presente licitação.

Ora, Senhor Pregoeiro, não é preciso ser um advogado especialista em licitações públicas para se ter em mente que os serviços atualmente prestados pela Recorrente estão vinculados a outros contratos administrativos e a outros processos licitatórios, mas que não são objetos de normatizações do Pregão Eletrônico n.59/2022".

4. Por meio do doc. nº. 2130865, a Pregoeira, *prima facie*, relata:

"Inicialmente foi aceita a proposta da empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, pois foi apresentada num papel timbrado da empresa **Videobrax**, que consta como revenda autorizada da *Zoom Video Communications*, atendendo assim à condição 10.11 do edital. No entanto, no momento da análise dos documentos de habilitação não foi possível comprovar que a empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** é a Videobrax. Mais ainda, verificarmos que outra empresa, a empresa **CROSSING COMERCIO E SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA** possuía como nome fantasia o nome Videobrax. Então solicitamos o seguinte esclarecimento, via sistema, à empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**: "*Sr. licitante, na análise da documentação não conseguimos verificar que a empresa HD Soluções Tecnológicas Ltda é a Videobrax, que consta da proposta e como sendo a autorizada no site do Zoom. Poderiam nos esclarecer, por favor? Concederemos o prazo de 2 (duas) horas, conforme condição 11.12.1 do edital, para o envio da documentação complementar*".

Na documentação enviada em resposta ao questionamento consta o Contrato de Representação Comercial firmado entre a empresa **CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA** e a empresa **HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, bem como a comprovação de registro da marca **Videobrax** pela **CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA** no INPI – Instituto de Nacional da Propriedade Industrial.

Com base nessa documentação a decisão desta Pregoeira foi: "*Senhores, após a análise da documentação enviada, fica claro que vocês são representantes da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, que é quem registrou a marca VIDEOBRAX. Assim, reconsideramos a nossa decisão e rejeitaremos a sua proposta com base na condição 10.11 do edital, pois a condição é clara: "10.11. A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do*

acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil)"

4.1. Ato contínuo, reproduz parcialmente as razões e contrarrazões das empresas, concluindo, ao final, pela "IMPROCEDÊNCIA do recurso", mantendo-se, assim, "a decisão de não aceitação da proposta da empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA".

4.1.1. Antes, de modo a robustecer a decisão ora atacada, aduziu:

"A empresa alegou:

Muitas vezes, a rigidez legalista imposta pelo gestor administrativo o coloca em situação desfavorável quando de uma interpretação estritamente literária, o que pode afetar até mesmo o interesse público e, neste sentido, os Princípios da Eficiência e do Julgamento Objetivo são fundamentais como ferramenta de equilíbrio analítico.

....

Questionados sobre a marca VIDEOBRAX, foi enviado, mediante diligência, o contrato de seção de uso da MARCAVIDEOBRAX da empresa CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA para a empresa HD SOLUCOESTECNOLOGICAS LTDA, ou seja, um contrato de USO da MARCA, e não um contrato de REPRESENTAÇÃO como entendeu a PREGOEIRA.

Ocorre que a decisão de apegou ao que claramente estabelece o edital na condição 10.11, não se tratando de uma interpretação particular, e o contrato apresentado diz claramente que é um 'Contrato de Representação Comercial', ainda que no parágrafo terceiro da cláusula segunda conceda "*os direitos de exploração de uso de marca, bem como de venda de produtos chancelados da marca VIDEOBRAX*".

Assim, no nosso entendimento, a representante - HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA, não é a representada - CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA, portanto, não é a autorizada no site da Zoom Vídeo Communications.

Outro detalhe importante foi apresentado pela empresa **XP ON CONSULTORIA LTDA**, vencedora do certame:

No entanto, aqui é preciso dizer de forma radical e solene: o edital não foi impugnado pela Recorrente, pelo que não houve a motivação de seu inconformismo no momento recursal apropriado, em atenção à normatização geral do Pregão e ao regramento específico do certame.

Esse ato da Recorrente de se calar na fase pré-licitatória e de, agora, após a sua desclassificação, declinar insurgências contra o texto editalício, representa uma espécie de falta de lealdade como interesse público. Isso porque, um eventual êxito de uma impugnação editalícia tempestiva e

oportuna teria o condão de modificar o Edital para todo o universo de potenciais licitantes interessados, ao passo em que uma "impugnação" a posteriori e, portanto, inoportuna, aproveitaria exclusivamente a Recorrente.

Considerando que não houve a impugnação ao edital, não há como fugir da exigência."

É o breve Relatório.

5. Decerto, o edital do Pregão Eletrônico nº 59/2022 (doc. nº 2094873), traz:

"**10.11.** A licitante deverá ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type\[\]=reseller-partners&ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partnerlocator/?partner-type[]=reseller-partners&ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil)."

5.1. Repete-se, assim, tópico do Termo de Referência (TR, doc. nº 2094873, fls. 19/24) , que encerra:

"6. REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Além daquelas previstas no edital, a licitante deverá comprovar Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners&ion\[\]=latinamerica&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners&ion[]=latinamerica&state[]=&country[]=brazil)."

5.2. Nesse contexto, convém registrar que o TCU recomenda que seja evitada a exigência indevida de credenciamento da contratada junto ao fabricante da solução como requisito de habilitação, o que potencialmente contribui para reduzir o caráter competitivo do certame, à medida que afasta empresas não parceiras do fabricante, além de ter se mostrado desnecessária para a execução dos serviços contratados. Assim, a medida somente tem sido autorizada em casos excepcionais, quando necessária à execução do objeto contratual, situação que deverá ser adequadamente justificada de forma expressa e pública.

6. Assim, na esteira do racional acima destacado, reafirmamos, agora, a pertinência da exigência editalícia, vez que, em momento de anterior questionamento feito por esta unidade de assessoramento (doc. nº 2082881), a unidade demandante reiterou a necessidade de mantê-la. Vejamos (doc. nº 2085150):

"11.3. Assim, em linha com o entendimento firmado pelo TCU, e nos moldes então propostos nos mencionados opinativos, reiteramos que a SEMIN avalie a pertinência e, se for o caso, justifique de forma fundamentada a necessidade da exigência.

Avaliamos a pertinência e mantivemos a exigência de comprovação da condição de revendedor autorizado do fabricante, vez que não se trata de uma aquisição de software "de prateleira" mas sim da subscrição de assinaturas de serviço que, a princípio, assim como está sendo feito na presente contratação, será renovada pelo Tribunal nos exercícios subsequentes. Dessa forma, somente uma revenda autorizada é capaz de garantir a validade da assinatura junto ao fabricante e manter esta continuidade na prestação dos serviços sem que haja perdas para o Tribunal,

a exemplo do que ocorreu com a contratação da plataforma ZOOM de forma independente, levando à perda de todas as configurações, contas e arquivos do Tribunal quando foi feita a contratação seguinte, desta vez via revenda autorizada."

7. Pois bem. Diante do cenário descrito acima, não se admitiria, que, na fase de julgamento, a Pregoeira classificasse licitante que não comprovou, nos moldes do ato convocatório, ser um *revendedor autorizado do fabricante*. É, de fato, uma restrição; foi declinada a razão para assim ser feito; e, em respeito à isonomia, não se poderia habilitar proponente que, ao final, não demonstrasse atender à regra tal qual posta no edital.

7.1. Na descrição das diligências e análises que embasaram a decisão de desclassificação, resta acertadamente asseverado (doc. nº 2130865):

"O regramento contido no edital é claro quando estabelece que a empresa deve ser revenda autorizada e deve constar como sítio da *Zoom Vídeo Comunicações*. E na consulta verificamos que consta como autorizada a Videobrax, conforme captura da tela abaixo:

E apesar da proposta da empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA ter sido apresentada num papel timbrado da Videobrax, ela não é a proprietária da marca nem possui esse nome como nome fantasia. Solicitada a esclarecer, apresentou o contrato de representação comercial firmado entre ela e a empresa **CROSSING COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA**, essa sim proprietária da marca Videobrax e que tem esse nome como nome fantasia".

8. A respeito da empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA ter prestado semelhante serviço a este Tribunal, por si só, não a tornaria apta à classificação no certame, vez que, as regras antes impostas para contratação cujo termo final já foi alcançado, podem ter sido efetivamente modificadas. Aliás, a experiência de contratações anteriores robustecem os estudos técnicos preliminares para contratações subsequentes, e, não raro, aprimoram seus termos e condições. Não obstante, tratando-se de ajuste cuja vigência estará limitada a 12 meses (Tópico 9 do Termo de Referência), nada impede que a Administração busque outras soluções, ou ainda, mais uma vez, altere condições, desde que tecnicamente demonstrada a viabilidade e/ou necessidade.

9. Ante o exposto, opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTD, mantendo-se, por consequência, a decisão da Pregoeira, que declarou vencedora no Pregão Eletrônico nº 59/2022, a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

À ASSESD.



Documento assinado eletronicamente por **Silene Mascarenhas de Souza, Assessor Jurídico**, em 13/10/2022, às 15:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2137499** e o código CRC **80257D3D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PARECER nº 94 / 2022 - PRE/DG/ASSESD

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço de webconferência, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 59/2022 (documento n.º 2094873).
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (documento n.º 2090437).
3. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria 45/2020 (documentos n.ºs 2091220 e 2096068).
4. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras e no DOU (documentos n.ºs 2096077 e 2096081).
5. Iniciado a sessão pública, foi realizada a classificação inicial das propostas e, em seguida, realizada a etapa competitiva, para apresentação de lances pelas empresas.
6. Finalizada a etapa competitiva, o Pregoeiro procedeu à negociação de preços, conforme tópico 9.1, do edital (documento n.º 2094873).
7. A proposta da HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, melhor classificada, foi rejeitada por não atender o estabelecido no tópico 10.11, do edital.
8. Ato contínuo, foi aceita a proposta da empresa XP ON CONSULTORIA LTDA., inscrita no CNPJ n.º 23.518.065/0001-29, realizado o exame dos documentos de habilitação e a predita empresa foi declarada vencedora.
9. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimentos de licitar (documento n.º 2126891).
10. Aberto o prazo, foi interposto recurso e correspondente contrarrazões foram apresentadas conforme documento n.º 2126939 e 2126941.
11. Mediante manifestação no documento n.º 2130865, a Pregoeira sustentou seus argumentos pela improcedência do recurso interposto pela empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. e pela manutenção da decisão de não aceitação da proposta da referida empresa.
12. No Parecer n.º 205, a ASJUR1 opinou de igual modo pelo não-acolhimento do recurso, documento n.º 2137499, trecho em destaque:

“(…)

7. Pois bem. Diante do cenário descrito acima, não se admitiria, que, na fase de julgamento, a Pregoeira classificasse licitante que não comprovou, nos moldes do ato convocatório, ser um *revendedor autorizado do fabricante*. É, de fato, uma restrição; foi declinada a razão para assim ser feito; e, em respeito à isonomia, não se poderia habilitar

proponente que, ao final, não demonstrasse atender à regra tal qual posta no edital.

(...)

8. A respeito da empresa HD SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA ter prestado semelhante serviço a este Tribunal, por si só, não a tornaria apta à classificação no certame, vez que, as regras antes impostas para contratação cujo termo final já foi alcançado, podem ter sido efetivamente modificadas. Aliás, a experiência de contratações anteriores robustecem os estudos técnicos preliminares para contratações subsequentes, e, não raro, aprimoram seus termos e condições. Não obstante, tratando-se de ajuste cuja vigência estará limitada a 12 meses (Tópico 9 do Termo de Referência), nada impede que a Administração busque outras soluções, ou ainda, mais uma vez, altere condições, desde que tecnicamente demonstrada a viabilidade e/ou necessidade.

9. Ante o exposto, opinamos pela rejeição do Recurso impetrado pela empresa HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTD, mantendo-se, por consequência, a decisão da Pregoeira, que declarou vencedora no Pregão Eletrônico nº 59/2022, a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA.”

13. Após, retornaram os autos para análise pela ASSESD.

14. Observa-se que os procedimentos realizados durante a sessão pública foram detalhadamente descritos pela Pregoeira em seu Relatório Final, e estão em consonância com o quanto registrado na Ata de Realização do Pregão.

15. Assim sendo, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto à decisão pelo não acolhimento do recurso apresentado, **adjudicação** e **homologação** da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa vencedora, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, e arts. 13, VI e VII, e 48 do Decreto n.º 10.024/2019, bem como de acordo com a Ata de Realização do Pregão Eletrônico, Relatório Resultado por Fornecedor e Relatório Final do Pregão (documentos n.ºs 2126873, 2126892 e 2135441).

16. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos-Lei 8666/93.

À consideração superior.

Cintia Mont’Alverne

Técnico Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

RONILDO DANTAS



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 14/10/2022, às 08:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2138676** e o código CRC **311929DF**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2138676v6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

DECISÃO nº 2138919 / 2022 - PRE/DG/ASSED

Cuidam os autos de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de serviço de webconferência, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 59/2022 (documento n.º 2094873).

Realizada a sessão pública, foi interposto recurso pela licitante HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA., e apresentadas contrarrazões pela empresa declarada vencedora (documento n.º 2126939 e 2126941). Após manifestação da Pregoeira, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos - ASJUR1, que se pronunciou pelo não acolhimento do recurso (documento n.º 2137499).

Mediante parecer constante do documento n.º 2138676, a ASSED opinou pela regularidade do procedimento.

Assim, lastreado no parecer n.º 205, ASJUR1, **não acolho** o recurso interposto pela licitante HD SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA., mantendo-se a decisão da Pregoeira que declarou vencedora, no Pregão Eletrônico nº 59/2022, a empresa XP ON CONSULTORIA LTDA.

Por conseguinte, acolhendo o parecer da ASJUR1 e ASSED, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n.º 10.520/2002 e art. 13, VI e VII, 45 e 48, do Decreto n.º 10.024/2019, **ADJUDICO e HOMOLOGO** a licitação realizada por meio do Pregão n.º 59/2022, determinando a convocação da empresa XP ON CONSULTORIA LTDA., CNPJ 23.518.065/0001-29, para celebração do contrato, **pelo valor total de R\$ 29.310,00** (vinte e nove mil trezentos e dez reais), conforme Ata de realização do Pregão Eletrônico, Relatório Resultado por Fornecedor e Relatório Final do Pregão, respectivamente, documentos n.ºs 2126873, 2126892 e 2135441.

Assim posto, encaminhe-se, simultaneamente:

- ao NUP, para conhecimento e providências.
- à SOF, para emissão de empenho.
- à SGA, para formalização do ajuste.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 14/10/2022, às 08:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2138919** e o código CRC **EA140344**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2138919v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SOF

Em atendimento à Decisão da Diretoria-Geral deste Tribunal, constante do documento 2138919, encaminhem-se os autos à:

- SEAE0 para emissão da nota de empenho;
- COORC para apreciação do empenho da despesa, posteriormente, à COGELIC;
- SECONGE para análise da incidência tributária e
- SEAFIN para os registros na programação financeira.

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA
SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE



Documento assinado eletronicamente por **Carla Lustosa Pinto da Silva, Secretário**, em 14/10/2022, às 09:33, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2139093** e o código CRC **B9AF301F**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2139093v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA

1. À vista da indicação constante do doc. n.º 1904748 e seguindo a sistemática atualmente adotada de nomeação do servidor que atuou como integrante administrativo nas contratações de STIC (*in casu*, nomeada no doc. nº 2025350) para atuar, também, como fiscal administrativo dos ajustes decorrentes dos estudos técnicos realizados, nomeio os servidores a seguir listados para comporem a equipe de gestão do contrato a ser formalizada no âmbito do presente expediente:

a) fiscalização demandante: **Marco Antônio Vídero Vieira Santos** (titular);

b) fiscalização técnica: **Leonardo Costa de Menezes** (titular);

b) fiscalização administrativa: **Maria da Salete Saraiva** (titular).

2. À **COGELIC**, para, tão logo emitida a nota de empenho, adoção das providências com vistas à formalização do ajuste e devidos registros.

3. Simultaneamente:

a) à **STI**, para indicação dos servidores que atuarão como fiscais demandante e técnico substitutos, voltando;

b) à **COGED**, para indicação do servidor que atuará como fiscal administrativo substituto, voltando.

Antônio Moisés Almeida Braga
Secretário de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Moisés Almeida Braga**, **Secretário**, em 14/10/2022, às 10:35, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2139270** e o código CRC **5920DE76**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SOF/COORC

De acordo com a nota de empenho nº 2022NE001471, emitida em atendimento à decisão constante do doc. nº 2138919, para cobertura da despesa com a contratação de serviços de webconferência, de acordo com a informação retro da SEAE0.

À SEAE0 para coleta das assinaturas da gestora financeira e do ordenador de despesa por delegação, juntada da nota de empenho aos autos e envio à COGELIC para demais providências, conforme despacho SOF no documento nº 2139093

Andréia Machado

Coordenadora de Orçamento



Documento assinado eletronicamente por **Andréia Martins Machado, Coordenador**, em 14/10/2022, às 10:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2139471** e o código CRC **B6FD4941**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2139471v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INFORMAÇÃO - PRE/DG/SOF/COORC/SEAE0

Informamos que foi providenciada a emissão da nota de empenho nº 2022NE001471, no valor de R\$ 29.310,00 (vinte e nove mil, trezentos e dez reais), em atendimento à decisão constante do doc. nº 2138919.

Em 14/10/2022,

Carlos Alberto Sampaio Lopes
Técnico Judiciário

De Acordo, À COGELIC.
Em 14/10/2022,

Suely Felix Lisa
Chefe da SEAE0



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alberto Sampaio Lopes, Técnico Judiciário**, em 14/10/2022, às 12:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Suely Felix Lisa, Chefe de Seção**, em 14/10/2022, às 13:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2139483** e o código CRC **1BDF4493**.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 23.518.065/0001-29 DUNS®: 943605619
Razão Social: XP ON CONSULTORIA LTDA
Nome Fantasia: XP ON CONSULTORIA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 02/12/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Demais

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

| | | |
|---|-----------|------------|
| Receita Federal e PGFN | Validade: | 09/04/2023 |
| FGTS | Validade: | 10/11/2022 |
| Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) | Validade: | 11/04/2023 |

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

| | | |
|----------------------------|-----------|------------|
| Receita Estadual/Distrital | Validade: | 28/11/2022 |
| Receita Municipal (Isento) | | |

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/04/2023

Emitido em: 14/10/2022 10:12

CPF: 828.814.565-53 Nome: CARLOS ALBERTO SAMPAIO LOPES

Ass: _____

1 de 1



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (14/10/2022 às 10:13) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 23.518.065/0001-29.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6349.6085.A85B.5221 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ: 23518065000129

LIMPAR

Data da consulta: 14/10/2022 09:22:16

Data da última atualização: 13/10/2022 20:00:04

| DETALHAR | CNPJ/CPF DO SANCIONADO | NOME DO SANCIONADO | UF DO SANCIONADO | ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA | TIPO DA SANÇÃO | DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO | QUANTIDADE |
|----------------------------|------------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|----------------|------------------------------|------------|
| Nenhum registro encontrado | | | | | | | |



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/STI

À SGA, com indicação dos fiscais demandante e técnico substitutos:

- a) fiscalização demandante: **Marcos Franco Assis** (substituto);
- b) fiscalização técnica: **Raphael Ângelo Viana Duarte Oliveira** (substituto).

ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE

Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Cavalcanti e Cavalcante, Secretário**, em 14/10/2022, às 11:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2139515** e o código CRC **097C9068**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2139515v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA

1. À vista da indicação constante do doc. n.º 2139515, nomeio **Marcos Franco Assis** para atuar como fiscal demandante substituto e **Raphael Ângelo Viana Duarte Oliveira** para atuar como fiscal técnico substituto do contrato a ser formalizado no âmbito do presente expediente:
2. Com essa nomeação, a equipe de gestão passa a ter a seguinte composição:
 - a) fiscalização demandante: **Marco Antônio Vídero Vieira Santos** (titular) e **Marcos Franco Assis** (substituto)
 - b) fiscalização técnica: **Leonardo Costa de Menezes** (titular) e **Raphael Ângelo Viana Duarte Oliveira** (substituto)
 - b) fiscalização administrativa: **Maria da Salete Saraiva** (titular).
3. À **COGELIC**, para, conforme já indicado no doc. n.º 2139270, adoção das providências com vistas à formalização do ajuste.

Antônio Moisés Almeida Braga
Secretário de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Moisés Almeida Braga**, **Secretário**, em 14/10/2022, às 12:44, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2139560** e o código CRC **A8CF0BB0**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC

À SECONT para, tão logo emitida a nota de empenho, providenciar a celebração do contrato, bem como registro de fiscais.

Após, à SECONTA para apropriação e à COSUP para ciência e acompanhamento.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho, Coordenador**, em 14/10/2022, às 11:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2139591** e o código CRC **8D192F93**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2139591v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ANÁLISE DE RETENÇÃO TRIBUTÁRIA - PRE/DG/SOF/COFIC/SECONGE

Processo nº 0015909-28.2022

Informação nº 440/2022

Trata-se de solicitação de análise de incidência tributária sobre a contratação de serviço de webconferência junto à empresa XP ON CONSULTORIA LTDA, conforme as especificações e condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico nº 59/2022 e de acordo com decisão constante do documento nº 2138919.

Tendo em vista que os serviços serão prestados por empresa não optante pelo regime tributário do Simples Nacional, conforme consulta anexa, haverá retenção dos tributos federais (IR, CSLL, PIS e COFINS) com a alíquota de 9,45% e código de retenção 6190, conforme Instrução Normativa RFB Nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

Não haverá incidência de ISSQN, uma vez que o imposto é devido no local de estabelecimento do prestador, conforme art. 3º, da Lei Complementar 116/03, que no caso em tela localiza-se em Brasília-DF, conforme documento nº 2139758.

Quanto à contribuição previdenciária, não haverá retenção devido ao não enquadramento nos artigos 117 e 118 da IN RFB 971/09.

Salvador-BA, 14 de outubro de 2022.

Rute dos Santos Pereira

Seção de Contabilidade Gerencial



Documento assinado eletronicamente por **Rute dos Santos Pereira, Chefe de Seção**, em 14/10/2022, às 12:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2139747** e o código CRC **A7C5FCF9**.

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz

CNPJ: **23.518.065/0001-29**

A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

Nome Empresarial: **XP ON CONSULTORIA LTDA**

Situação Atual

Situação no Simples Nacional: **NÃO optante pelo Simples Nacional**

Situação no SIMEI: **NÃO enquadrado no SIMEI**

[+ Mais informações](#)

Períodos Anteriores

Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: **Não Existem**

Eventos Futuros (Simples Nacional)

Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)

Não Existem

[Voltar](#)

[Gerar PDF](#)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|---|---|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.518.065/0001-29 MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA 19/10/2015 |
|---|---|---------------------------------------|

| |
|---|
| NOME EMPRESARIAL XP ON CONSULTORIA LTDA |
|---|

| | |
|--|------------------------|
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) XP ON CONSULTORIA | PORTE DEMAIS |
|--|------------------------|

| |
|---|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática |
|---|

| |
|--|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 46.52-4-00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 61.10-8-01 - Serviços de telefonia fixa comutada - STFC 61.90-6-02 - Provedores de voz sobre protocolo internet - VOIP 61.90-6-99 - Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador |
|--|

| |
|---|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada |
|---|

| | | |
|---|---------------------|-----------------------------|
| LOGRADOURO ST SCN QUADRA 5 BLOCO A ENTRADA 50 SALA 1406 | NÚMERO SN | COMPLEMENTO ***** |
|---|---------------------|-----------------------------|

| | | | |
|--------------------------|-------------------------------------|------------------------------|-----------------|
| CEP 70.715-010 | BAIRRO/DISTRITO ASA NORTE | MUNICÍPIO BRASILIA | UF DF |
|--------------------------|-------------------------------------|------------------------------|-----------------|

| | |
|---|-----------------------------------|
| ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@XPON.COM.BR | TELEFONE (61) 3546-5267 |
|---|-----------------------------------|

| |
|---|
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) ***** |
|---|

| | |
|------------------------------------|---|
| SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/10/2015 |
|------------------------------------|---|

| |
|------------------------------|
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|------------------------------|

| | |
|-----------------------------------|---|
| SITUAÇÃO ESPECIAL ***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ***** |
|-----------------------------------|---|

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/10/2022** às **11:53:26** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Data e hora da consulta: 14/10/2022 12:39

Usuário: ***.814.565-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

| Código | Nome | Moeda |
|--------------------|--|---------------------|
| 70013 | TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA | REAL - (R\$) |
| CNPJ | Endereço | CEP |
| 05.967.350/0001-45 | CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, 1ª AVENIDA, Nº 150 - | 41710-900 |
| Município | UF | Telefone |
| SALVADOR | BA | (071)3373-7000/7094 |

| Ano | Tipo | Número |
|------|------|--------|
| 2022 | NE | 1471 |

Célula Orçamentária

| Esfera | PTRES | Fonte de Recurso | Natureza da Despesa | UGR | Plano Interno |
|--------|--------|------------------|---------------------|-------|---------------|
| 1 | 167699 | 0100000000 | 339040 | 70065 | TIC ARMDAD |

| Data de Emissão | Tipo | Processo | Taxa de Câmbio | Valor |
|-----------------|-----------|-----------------------|----------------|-----------|
| 14/10/2022 | Ordinário | 0015909282022605800 - | | 29.310,00 |

Favorecido

| Código | Nome | CEP |
|--|------------------------|------------|
| 23.518.065/0001-29 | XP ON CONSULTORIA LTDA | 70715-010 |
| Endereço | | |
| SCN QD. 5 BL. A - EN 50 SALA 1406- SETOR ASA NORTE | | |
| Município | UF | Telefone |
| BRASILIA | DF | 6132472000 |

Amparo Legal

| Código | Modalidade de Licitação | | | | |
|-------------------|-------------------------|-----------|--------|--------|--|
| 126 | PREGAO | | | | |
| Ato Normativo | Artigo | Parágrafo | Inciso | Alínea | |
| LEI 10.520 / 2002 | 1 | - | - | - | |

Descrição

22CT0089 GERAL1 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2022. CONTRATO Nº 089/2022. VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DA ASSINATURA. SEI Nº 0015909-28.2022.6.05.8000

Local da Entrega

-

Informação Complementar

-

Sistema de Origem

SIAFI-STN

Data e hora da consulta: 14/10/2022 12:39

Usuário: ***.814.565-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

| Natureza de Despesa | Total da Lista |
|--|----------------|
| 339040 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNI | 29.310,00 |

Subelemento 19 - COMPUTACAO EM NUVEM - SOFTWARE COMO SERVICO (SAAS)

| Seq. | Descrição | Valor do Item |
|------|---|---------------|
| 001 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2022. CONTRATO Nº 089/2022. VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DA ASSINATURA. SEI Nº 0015909-28.2022.6.05.8000 QTD: 25 UNIDADES VLR UNIT: R\$ 1.172,40 (MIL, CENTO E SETENTA E DOIS REAIS E QUARENTA CENTAVOS) VLR TOTAL: R\$ 29.310,00 (VINTE E NOVE MIL, TREZENTOS E DEZ REAIS) | 29.310,00 |

| Data | Operação | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------------|----------|------------|----------------|-------------|
| 14/10/2022 | Inclusão | 25,00000 | 1.172,4000 | 29.310,00 |

Assinaturas

Ordenador de Despesa

ANTONIO MOISES DE ALMEIDA BRAGA

***.778.115-**

14/10/2022 11:59:38

Gestor Financeiro

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA

***.289.005-**

14/10/2022 11:03:19

Data de Envio:

14/10/2022 14:07:38

De:

TRE-BA/Seção de Contratos <secont@tre-ba.jus.br>

Para:

jose.henderson@xpon.com.br

Assunto:

TRE-BA solicita dados para celebração de contrato

Mensagem:

Prezados Senhores e prezadas Senhoras,

Considerando o resultado do Pregão n.º 059/2022, cujo objeto é a prestação de serviços de webconferência, em que esta empresa sagrou-se vencedora, solicitamos que seja informado a este Regional:

- Nome do representante legal que irá assinar o contrato:

- RG:

- CPF:

- Nacionalidade:

- Estado civil:

- Profissão:

- Razão social:

- CNPJ:

- Telefones de contato da empresa:

- Endereço completo da empresa:

Por oportuno, solicitamos que seja informado se a empresa possui assinatura digital via certificado digital.

Qualquer esclarecimento adicional, solicitamos que seja feito contato com a Seção de Contratos, através do e-mail secont@tre-ba.jus.br ou pelo telefone (71) 3373-7083 / 7085.

Solicitamos a confirmação do recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Cristian Patric de Sousa Santos

Chefe da Seção de Contratos

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Anexos:

DECISAO_2138919.pdf



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
WEBCONFERÊNCIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DA BAHIA, E A EMPRESA XP ON CONSULTORIA LTDA.**

CONTRATO N.º 089/2022

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **05.967.350/0001-45**, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Raimundo de Campos Vieira, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XP ON CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **23.518.065/0001-29**, com sede no **Setor SCN, Quadra 5, Bloco A, Entrada 50, Sala 1406 – Setor Asa Norte, Brasília - DF**, CEP: **70.715-010**, telefone n.º (61) **3546-5267 / (61) 99426-4680**, e-mail **jose.henderson@xpon.com.br**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **Aguinaldo Alves Barbosa**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º **1.179.992-SSP GO**, inscrito no CPF/MF sob n.º **234.903.811-49**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA**, albergado na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, resultante do **Pregão n.º 59/2022**, consoante Processo (SEI) n.º 0015909-28.2022.6.05.8000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviço de webconferência, conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão n.º 59/2022 e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE CONTRATUAL

| Item | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|-------------------------|------------|----------------|---------------|
| 1 | licença | 25 | R\$ 1.172,40 | R\$ 29.310,00 |

1. O valor total do presente contrato é de R\$ 29.310,00 (vinte e nove mil, trezentos e dez reais).
2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

execução deste ajuste.

REAJUSTE

3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.
4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.
5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.
6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento 3.3.3.90.40.19 - “Computação em Nuvem – Software como Serviço (SAAS)”, vinculado à Ação 02.122.0033.20GP.0029 – “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado da Bahia”, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º 2022NE001471, em 14 de outubro de 2022.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. A Contratante obriga-se a:
 - a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
 - c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
- h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;
- i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.
5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:
 - a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - b) comportar-se de modo inidôneo;
 - c) fizer declaração falsa;
 - d) cometer fraude fiscal;
 - e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - f) não encaminhar documentação exigida no certame ou entregar documentação falsa;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

- g) não executar o objeto licitado;
 - h) retardar a execução do objeto licitado;
 - i) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.
2. Para os fins da alínea “b”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE-BA.
5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.
6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE/BA.
7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, observado o disposto nos **itens 6 e 7, desta Cláusula** a Contratada será intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.
9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.
10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.

2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão nº 59/2022 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 14 de outubro de 2022.

Diretor-Geral do TRE-BA

CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de webconferência, pelo período de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA

A pandemia global do Novo Coronavírus declarado pela Organização Mundial da Saúde levou as autoridades públicas a decretarem restrições de contato social, o que implicou na necessidade de realização de trabalho remoto nas mais diversas organizações.

Findadas as restrições, percebeu-se que as soluções de digitalização dos serviços permitiram, por acabarem com necessidade de reunião de todos num único ambiente, ampliaram o alcance da comunicação entre os clientes e colaboradores, facilitando a vida de todos.

Diante desse fato, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia manteve o atendimento virtual, sobretudo na realização de audiências entre partes, sessões do plenário e realização ações de capacitação dos seus colaboradores.

Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE |
|------|--------|---|------------|
| 1 | 26077 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | 25 |

Para o provimento da função de webmeeting, o serviço deve possuir, no mínimo, os seguintes recursos:

- a) Sem limite de quantidade de eventos remotos que poderão ser realizados por cada licença;
- b) Sem limite de participantes com câmera ativa simultaneamente;
- c) Possibilidade de exibir apenas participantes com câmera ligada;
- d) Possibilidade de exibir, no mínimo, 20 (vinte) participantes ao mesmo tempo em uma mesma tela na versão desktop;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

- e) Possibilidade de manter em destaque o participante que estiver falando;
- f) Sala de espera para o participante aguardar autorização para ingresso no evento;
- g) O ingresso de participantes ocorrer somente após o ingresso do anfitrião/organizador;
- h) Possibilidade de participação de até 300 (trezentas) pessoas por reunião;
- i) Possibilidade de o participante pedir a palavra por meio de uma ação ou ícone no ambiente da ferramenta e de o anfitrião/organizador controlar a ordem para fala;
- j) Possibilidade de os participantes baterem papo de forma privada e pública;
- k) Possibilidade de o anfitrião/organizador bloquear o bate papo privado ou público;
- l) Possibilidade de excluir participante;
- m) Possibilidade de desativar microfone e câmera de participante de modo que ele tenha que pedir permissão para reativar;
- n) Possibilidade de gravar os eventos, inclusive bate-papo, em nuvem e localmente;
- o) Possibilidade de compartilhar tela de apresentação;
- p) Possuir encriptação de dados nas comunicações;
- q) Possibilidade de encriptação de dados do cliente armazenados na nuvem, de modo que somente o cliente tenha acesso ao seu conteúdo;
- r) Possibilidade de uso de senha única de acesso a cada evento;
- s) Possibilidade de transmissão do evento ao vivo pelo canal do Contratante no Youtube;
- t) Possibilidade de divisão de uma reunião em sessões separadas para realização de atividades em grupos menores;
- u) Possibilidade de criação de canais de áudio independentes numa mesma reunião de modo que intérpretes possam traduzir eventos e os participantes possam escolher entre o áudio original e o traduzido.

4. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecedor deverá habilitar as licenças em até **em até 5 (cinco) dias úteis** após a celebração do ajuste.

4.2. O serviço deverá estar disponível em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano.

5. RECEBIMENTO DO SERVIÇO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

5.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

5.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

5.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o que foi pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para que providencie a reexecução do serviço no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.1.

5.5. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer ace à eventual aplicação de multa.

5.6. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos serviços durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

6. REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Além daquelas previstas no edital, a licitante deverá comprovar Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência e do edital;
- d) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- b) manter o serviço disponível e acessível conforme especificado no item 4.2.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

10. PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

10.1 A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente o início da prestação do serviço – **1%, sobre o valor do serviço entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 30 (trinta) dias;**
- b) inexecução total – **20% sobre o valor total contratado.**

10.2. Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, a Administração poderá não receber o serviço contratado.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

11.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 23, inciso I da Portaria nº 308/2022, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

11.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

- a)** Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura;
- b)** Para valor superior a R\$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura.

12.2. Condiciona-se o pagamento à:

- a)** Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b)** Declaração da Fiscalização do Contrato de que a execução se deu conforme pactuado;

12.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

12.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.

13. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

13.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

- a)** Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.
- b)** A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

14.1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

14.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

14.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

15.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que a Contratada deve ser capaz de interagir junto ao fabricante e acioná-lo diretamente para atender com agilidade eventuais demandas de suporte por parte do TRE-BA. Somente revendedores parceiros autorizados do fabricante têm capacidade para acessar as contas registradas na plataforma de videoconferência bem como seus arquivos, sendo portanto os únicos autorizados pelo fabricante a prestar este suporte especializado.

Data de Envio:

14/10/2022 14:57:01

De:

TRE-BA/Seção de Contratos <secont@tre-ba.jus.br>

Para:

jose.henderson@xpon.com.br

cosup@tre-ba.jus.br

Assunto:

TRE-BA encaminha contrato para assinatura da empresa

Mensagem:

Prezados Senhores e prezadas Senhoras,

Considerando os termos da Portaria n.º 475/2017, encaminhamos o Contrato n.º 089/2022 em anexo, a fim de que seja assinado digitalmente, preferencialmente, por meio de certificado digital emitido no âmbito do ICP-Brasil, devendo a assinatura ser inserida na página destinada às assinaturas do contratante e da contratada. A assinatura digital poderá ser em nome da empresa ou do representante legal.

Após a assinatura, o arquivo deverá ser enviado à Seção de Contratos, por meio do endereço eletrônico secont@tre-ba.jus.br.

Caso seja inviável a assinatura no formato digital, solicitamos que seja providenciada a impressão no documento, em via única, para que seja assinado de forma manual pela pessoa competente, rubricando todas as páginas e anexos, sem datar. A via física deverá ser encaminhada a este Regional, devendo tal fato ser comunicado de imediato à SECONT, por meio do endereço eletrônico acima informado.

Em qualquer das hipóteses (assinatura digital ou manual), solicita-se o envio dos seguintes documentos para o e-mail desta unidade: contrato social da empresa; RG e CPF do representante legal que assinará o contrato; instrumento de procuração, se for o caso.

Ao postar o instrumento devidamente assinado, se for o caso, solicita-se que seja informado o número do código de rastreamento do SEDEX, para acompanhamento.

Qualquer esclarecimento adicional, solicitamos que seja feito contato com a Seção de Contratos, através do e-mail secont@tre-ba.jus.br ou pelo telefone (71) 3373-7083 / 7085.

O referido e-mail está sendo encaminhado com cópia para a COSUP, unidade gestora do contrato.

Solicitamos a confirmação do recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Cristian Patric de Sousa Santos
Chefe da Seção de Contratos
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Anexos:

CONTRATO_2140243_CT_089_2022._Servico_de_Webconferencia._XP_ON_CONUSLTORIA.pdf



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
WEBCONFERÊNCIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
DA BAHIA, E A EMPRESA XP ON CONSULTORIA LTDA.**

CONTRATO N.º 089/2022

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **05.967.350/0001-45**, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Raimundo de Campos Vieira, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XP ON CONSULTORIA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **23.518.065/0001-29**, com sede no **Setor SCN, Quadra 5, Bloco A, Entrada 50, Sala 1406 – Setor Asa Norte, Brasília - DF**, CEP: **70.715-010**, telefone n.º (61) **3546-5267 / (61) 99426-4680**, e-mail **jose.henderson@xpon.com.br**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **Aguinaldo Alves Barbosa**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade n.º **1.179.992-SSP GO**, inscrito no CPF/MF sob n.º **234.903.811-49**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE WEBCONFERÊNCIA**, albergado na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, resultante do **Pregão n.º 59/2022**, consoante Processo (SEI) n.º 0015909-28.2022.6.05.8000.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviço de webconferência, conforme as condições estabelecidas no Edital de Pregão n.º 59/2022 e na proposta firmada pela Contratada, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DO REAJUSTE CONTRATUAL

| Item | Unidade de Fornecimento | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total |
|------|-------------------------|------------|----------------|---------------|
| 1 | licença | 25 | R\$ 1.172,40 | R\$ 29.310,00 |

1. O valor total do presente contrato é de R\$ 29.310,00 (vinte e nove mil, trezentos e dez reais).
2. O valor acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento resultante da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

execução deste ajuste.

REAJUSTE

3. Os preços pactuados serão reajustados, observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data de apresentação da proposta, aplicando-se a variação do IPCA, calculado e divulgado pelo IBGE.
4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação em vigor, à época.
5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento dos preços.
6. Caso os preços contratados, após o cálculo referente ao reajuste citado no item anterior, venham a ser superiores aos praticados no mercado, as partes deverão rever os preços para adequá-los às condições existentes no início do contrato firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento 3.3.3.90.40.19 - “Computação em Nuvem – Software como Serviço (SAAS)”, vinculado à Ação 02.122.0033.20GP.0029 – “Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado da Bahia”, do Programa “Gestão do Processo Eleitoral”.
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º 2022NE001471, em 14 de outubro de 2022.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1. A execução do serviço será efetuada em conformidade com o disposto no Termo de Referência, Anexo I, do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. A Contratante obriga-se a:
 - a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
 - b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
 - c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes dos instrumentos convocatório e contratual;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

- d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) determinar a reparação, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta;
- b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor;
- d) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;
- e) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;
- f) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato;
- h) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato;
- i) prestar garantia de adequação dos serviços (qualidade, segurança, durabilidade e desempenho), em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado na forma e no prazo estabelecidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

2. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).
3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.
4. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.
5. No caso de atraso de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela Contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
6. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará IMPEDIDA DE LICITAR E DE CONTRATAR com a União e será descredenciada do SICAF e dos sistemas de cadastramento de fornecedores do TRE-BA, PELO PRAZO DE ATÉ 5 (CINCO) ANOS, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantidos o contraditório e a ampla defesa, a licitante que:
 - a) não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - b) comportar-se de modo inidôneo;
 - c) fizer declaração falsa;
 - d) cometer fraude fiscal;
 - e) falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - f) não encaminhar documentação exigida no certame ou entregar documentação falsa;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

- g) não executar o objeto licitado;
 - h) retardar a execução do objeto licitado;
 - i) executar objeto que não atenda à especificação exigida no edital.
2. Para os fins da alínea “b”, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.
3. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.
4. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido no art. 87, § 2º da Lei 8.666/93, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE-BA.
5. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a Contratada estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.
6. O Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 23, inciso I, da Portaria nº 308/2022, da Presidência do TRE/BA.
7. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante vencedora ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.
8. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, observado o disposto nos **itens 6 e 7, desta Cláusula** a Contratada será intimada para efetuar o recolhimento do seu valor por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 30 dias, contados da intimação.
9. As situações mencionadas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93 podem ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.
10. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos no art.109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

a 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.

2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

1. O presente contrato será publicado, em extrato, no Diário Oficial da União, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão nº 59/2022 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, 14 de outubro de 2022.

Diretor-Geral do TRE-BA

CONTRATADA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

ANEXO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de serviço de webconferência, pelo período de 12 meses.

2. JUSTIFICATIVA

A pandemia global do Novo Coronavírus declarado pela Organização Mundial da Saúde levou as autoridades públicas a decretarem restrições de contato social, o que implicou na necessidade de realização de trabalho remoto nas mais diversas organizações.

Findadas as restrições, percebeu-se que as soluções de digitalização dos serviços permitiram, por acabarem com necessidade de reunião de todos num único ambiente, ampliaram o alcance da comunicação entre os clientes e colaboradores, facilitando a vida de todos.

Diante desse fato, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia manteve o atendimento virtual, sobretudo na realização de audiências entre partes, sessões do plenário e realização ações de capacitação dos seus colaboradores.

Essa contratação tem como objetivo a contratação de uma solução que possibilite a manutenção desses serviços, visto que o contrato atual, terá sua vigência encerrada em 15/09/2022.

3. ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | CATSER | ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE |
|------|--------|---|------------|
| 1 | 26077 | Zoom Meetings Plano CORPORATIVO (Business) | 25 |

Para o provimento da função de webmeeting, o serviço deve possuir, no mínimo, os seguintes recursos:

- a) Sem limite de quantidade de eventos remotos que poderão ser realizados por cada licença;
- b) Sem limite de participantes com câmera ativa simultaneamente;
- c) Possibilidade de exibir apenas participantes com câmera ligada;
- d) Possibilidade de exibir, no mínimo, 20 (vinte) participantes ao mesmo tempo em uma mesma tela na versão desktop;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

- e) Possibilidade de manter em destaque o participante que estiver falando;
- f) Sala de espera para o participante aguardar autorização para ingresso no evento;
- g) O ingresso de participantes ocorrer somente após o ingresso do anfitrião/organizador;
- h) Possibilidade de participação de até 300 (trezentas) pessoas por reunião;
- i) Possibilidade de o participante pedir a palavra por meio de uma ação ou ícone no ambiente da ferramenta e de o anfitrião/organizador controlar a ordem para fala;
- j) Possibilidade de os participantes baterem papo de forma privada e pública;
- k) Possibilidade de o anfitrião/organizador bloquear o bate papo privado ou público;
- l) Possibilidade de excluir participante;
- m) Possibilidade de desativar microfone e câmera de participante de modo que ele tenha que pedir permissão para reativar;
- n) Possibilidade de gravar os eventos, inclusive bate-papo, em nuvem e localmente;
- o) Possibilidade de compartilhar tela de apresentação;
- p) Possuir encriptação de dados nas comunicações;
- q) Possibilidade de encriptação de dados do cliente armazenados na nuvem, de modo que somente o cliente tenha acesso ao seu conteúdo;
- r) Possibilidade de uso de senha única de acesso a cada evento;
- s) Possibilidade de transmissão do evento ao vivo pelo canal do Contratante no Youtube;
- t) Possibilidade de divisão de uma reunião em sessões separadas para realização de atividades em grupos menores;
- u) Possibilidade de criação de canais de áudio independentes numa mesma reunião de modo que intérpretes possam traduzir eventos e os participantes possam escolher entre o áudio original e o traduzido.

4. FORMA E PRAZOS DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecedor deverá habilitar as licenças em até **em até 5 (cinco) dias úteis** após a celebração do ajuste.

4.2. O serviço deverá estar disponível em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias do ano.

5. RECEBIMENTO DO SERVIÇO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

5.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

a) Recebimento provisório: o serviço será recebido provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de execução inicialmente fixado.

b) Recebimento definitivo: no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após o recebimento provisório, a Fiscalização do Contrato avaliará as características do serviço que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

5.2. A Contratada garantirá a qualidade do serviço prestado, obrigando-se a reexecutar aqueles que se revelarem impróprios ou inadequados em decorrência de vícios ou defeitos na execução ou de materiais empregados.

5.3. Em caso de irregularidades apuradas no momento do recebimento, o serviço poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor.

5.4. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que a prestação do serviço se deu em desacordo com o que foi pactuado, a fiscalização notificará por escrito a Contratada para que providencie a reexecução do serviço no prazo que lhe restar daquele indicado no subitem 4.1.

5.5. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, e a encaminhará para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer ace à eventual aplicação de multa.

5.6. Em caso de paralisação das atividades dos setores responsáveis pelo recebimento dos serviços durante o Recesso Forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro do ano subsequente), haverá a suspensão dos prazos de entrega em favor da Contratada. Neste caso, a empresa será previamente notificada pela Fiscalização do Contrato.

6. REQUISITOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Além daquelas previstas no edital, a licitante deverá comprovar Ser uma revenda autorizada da Zoom Video Communications com permissão para intermediar a contratação com entidades governamentais. Este requisito será verificado através do acesso ao sítio de parceiros certificados (Zoom Certified Partners): [https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type\[\]=reseller-partners®ion\[\]=latin-america&state\[\]=&country\[\]=brazil](https://partner.zoom.us/partner-locator/?partner-type[]=reseller-partners®ion[]=latin-america&state[]=&country[]=brazil).

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência e do edital;
- d) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- e) solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a reexecução do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

- a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta;
- b) manter o serviço disponível e acessível conforme especificado no item 4.2.

9. VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.

10. PENALIDADES PELA INEXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

10.1 A Administração poderá aplicar à licitante vencedora, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente o início da prestação do serviço – **1%, sobre o valor do serviço entregue em atraso, por dia de atraso, até o máximo de 30 (trinta) dias;**
- b) inexecução total – **20% sobre o valor total contratado.**

10.2. Ultrapassado o prazo estabelecido na alínea “a”, a Administração poderá não receber o serviço contratado.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

11.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 23, inciso I da Portaria nº 308/2022, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

11.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

12. PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, nos seguintes prazos e condições:

- a)** Para valor igual ou inferior a R\$ 17.600,00: até o 5º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura;
- b)** Para valor superior a R\$ 17.600,00: até o 10º dia útil subsequente à apresentação da nota fiscal/fatura.

12.2. Condiciona-se o pagamento à:

- a)** Apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b)** Declaração da Fiscalização do Contrato de que a execução se deu conforme pactuado;

12.3. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o nome do Banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

12.4. A Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações por esta devidos.

13. MEIOS DE COMUNICAÇÃO

13.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas pessoalmente, mediante ciência nos autos, ou por meio eletrônico, com confirmação inequívoca do recebimento.

- a)** Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União – DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.
- b)** A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Seção de Contratos

14. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD) – LEI 13709/18

14.1. O TRE-BA e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do TRE-BA, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

14.2. A Contratada dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

14.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

14.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

14.5. A critério do TRE-BA, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

15. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

15.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que a Contratada deve ser capaz de interagir junto ao fabricante e acioná-lo diretamente para atender com agilidade eventuais demandas de suporte por parte do TRE-BA. Somente revendedores parceiros autorizados do fabricante têm capacidade para acessar as contas registradas na plataforma de videoconferência bem como seus arquivos, sendo portanto os únicos autorizados pelo fabricante a prestar este suporte especializado.

Data de Envio:

15/10/2022 07:48:39

De:

TRE-BA/Seção de Contratos <secont@tre-ba.jus.br>

Para:

jose.henderson@xpon.com.br
cosup@tre-ba.jus.br

Assunto:

TRE-BA encaminha CT 089/2022

Mensagem:

Prezado Senhor José Henderson,

A Seção de Contratos encaminha, para os devidos fins, 1 (uma) via do Contrato n.º 089/2022, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços de webconferência, devidamente assinado pelo Diretor-Geral deste Tribunal.

O referido e-mail está sendo encaminhado com cópia para a COSUP, unidade gestora do contrato.

Favor confirmar o recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Cristian Patric de Sousa Santos
Chefe da Seção de Contratos
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Anexos:

CONTRATO_2140545_CT_089_2022_Servico_de_Webconferencia._XP_ON_CONUSLTORIAassinado.pdf

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº15/2022. Órgão Gerenciador: TRF5ªRegião. Fornecedor: SUPORTE INFORMÁTICA SOLUÇÕES LTDA. CNPJ nº 07.880.897/0002-15. Objeto: Promover o remanejamento de quantidades entre Justiça Federal do Paraná - JFPR e a Justiça Federal do Espírito Santo - JFES, onde o TRF5ªR. é o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços nº 15/2022, oriunda do Pregão Eletrônico nº 32/2022. Fundamento Legal: PAV nº 0001212-60.2022.4.05.7000-TRF5ªRegião e Lei n.º 8.666/1993. Assinatura: 13/10/2022. Assinam: Marcelo Nobre Tavares, Diretor da Diretoria Administrativa-TRF5ªR. e, Vital Maria de Sousa Couceiro Costa representante da SUPORTE INFORMÁTICA SOLUÇÕES LTDA.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2022 - UASG 70002

Nº Processo: 0001821-64.2020.6. Objeto: Escolha da proposta mais vantajosa para a Formação de Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem e passagem toalhas de mesa, bandeiras, coletes e togas, bem como higienização de sofás, poltronas, pelo método lavagem á seco, para atender as demandas do Tribunal Regional Eleitoral do Acre que vierem ocorrer durante o exercício de 2023. Total de Itens Licitados: 33. Edital: 17/10/2022 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Alameda Ministro Miguel Ferrante, Nº 224, Portal da Amazônia - Rio Branco/AC ou <https://www.gov.br/compras/edital/70002-5-00053-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 17/10/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 27/10/2022 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: .

BRUNA SILVA BRASIL

Chefe de Seção

(SIASGnet - 14/10/2022) 70002-00001-2022NE000001

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão eletrônico nº 30/2022. Assinatura: 14/10/2022. P.A. nº 0003109-22.2022.6.03.8000 Vigência: 12 (doze) meses, a contar desta publicação. Ata de Registro de Preços nº 37/2022.

| | | | | | | | |
|--|-------|---|--------------------------------|--|-----|---------------------------------------|--------------|
| EMPRESA REGISTRADA: SOLUCOES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI | | | | | | | |
| CNPJ: 29.216.954/0001-18 | | | | E-MAIL: solucoesnorte@solucoesnorte.com.br / flavio.alves@solucoesnorte.com.br | | | |
| ENDEREÇO: RUA MIGUEL CALMON, 3905 - CASTANHEIRA - PORTO VELHO - RO - CEP: 76.811-313 | | | | | | TEL: (69) 3301-5863 / (69) 99918-2127 | |
| Ordem | ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | UNIDADE | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 14 G2 | Disjuntor tripolar, DIN, curva C, 80A. | SOPRANO / SOPRANO / SOPRANO | | 10 | R\$ 94,79 | R\$ 947,90 |
| 02 | 15 G2 | Lâmpada led bulbo 15 W, bivolt, luz branca 6500k, base E27 | EMPALUX / EMPALUX / EMPALUX | | 200 | R\$ 11,06 | R\$ 2.212,00 |
| 03 | 16 G2 | Lâmpada led bulbo 30W, bivolt, luz branca 6500k, base E27 | EMPALUX / EMPALUX / EMPALUX | | 20 | R\$ 38,74 | R\$ 774,80 |
| 04 | 17 G2 | Lâmpada led bulbo 40 W, bivolt, luz branca 6500k, base E27 | EMPALUX / EMPALUX / EMPALUX | | 100 | R\$ 39,54 | R\$ 3.954,00 |
| 05 | 18 G2 | Painel led quadrado de sobrepor 24 W, 30 x 30 cm, bivolt, luz branca 6500k | ILUMINIM / ILUMINIM / ILUMINIM | | 110 | R\$ 52,21 | R\$ 5.743,10 |
| 06 | 19 G2 | Painel led quadrado de embutir 24W, 30 x 30 cm, bivolt, luz branca 6500k | ILUMINIM / ILUMINIM / ILUMINIM | | 100 | R\$ 53,95 | R\$ 5.395,00 |
| 07 | 20 G2 | Painel led quadrado de embutir 30W, 40 x 40 cm, bivolt, luz branca 6500k | ILUMINIM / ILUMINIM / ILUMINIM | | 50 | R\$ 139,65 | R\$ 6.982,50 |
| 08 | 21 G2 | Caixa para medidor de energia trifásico em acrílico, dimensões 500x378x366 mm | TAF / TAF / TAF | | 10 | R\$ 311,82 | R\$ 3.118,20 |
| 09 | 22 G2 | Refletor led 100 W, bivolt, luz branca 6500k | ILUMINIM / ILUMINIM / ILUMINIM | | 50 | R\$ 113,03 | R\$ 5.651,50 |
| 10 | 23 G2 | Refletor led 200 W, bivolt, luz branca 6500k | ILUMINIM / ILUMINIM / ILUMINIM | | 15 | R\$ 243,10 | R\$ 3.646,50 |

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: CONTRATO 87/2022, firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa GILMAR SANTANA MENDONÇA 25171372349. OBJETO: Prestação dos serviços de regência do "Coral Institucional do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia". VALOR TOTAL: R\$ 36.000,00. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, III, da Lei 8.666/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento 3.33.90.39.05; Ação 02.122.0033.20GP.0029. Processo SEI: 0013180-29.2022.6.05.8000. VIGÊNCIA: 12 meses da data da assinatura. ASSINATURA: 14/10/2022. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira pelo TRE-BA e o Sr. Gilmar Santana Mendonça, pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: CONTRATO 89/2022, firmado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa XP ON CONSULTORIA LTDA. OBJETO: Prestação de serviço de webconferência. VALOR TOTAL: R\$ 29.310,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e Pregão nº 59/2022. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento 3.3.3.90.40.19; Ação 02.122.0033.20GP.0029. Processo SEI: 0015909-28.2022.6.05.8000. VIGÊNCIA: 12 meses da data da assinatura. ASSINATURA: 14/10/2022. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira pelo TRE-BA e o Sr. Aguinaldo Alves Barbosa, pela Contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 83/2022, assinada entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa PRODUS PRODUTOS E SOLUÇÕES PARA INFORMÁTICA LTDA, para eventual aquisição de equipamentos e programas de datacenter. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.666/93 e n.º 10.520/2002; Decretos n.º 10.024/2019 e 7.892/2013; Resolução Administrativa TRE-BA nº 10/2007, PROCESSO: SEI N° 0006349-62.2022.6.05.8000. VIGÊNCIA: 12 meses, contados da data da sua assinatura. ASSINATURA: 14/10/2022. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira, pelo TRE-BA, e o Sr. Alberto Luiz Bouzas Áspera.

| Item | Especificação | Qtd. Total Estimada | Preço Unitário (R\$) |
|------|---|---------------------|----------------------|
| 1 | Nó de Hiperconvergência HPE Simplivity Extra-Large Marca / Modelo: HPE / SimpliVity 380 Gen10 G Node | 10 | 537.473,00 |
| 2 | VMware VCenter Standard | 20 | 54.417,00 |
| 3 | VMWare VRealize Operations Standard | 20 | 9.408,00 |
| 4 | VMWare Network Virtualization and Security Platform Advanced Edition (VMware NSX) | 20 | 72.000,00 |

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RETIFICAÇÃO

No Aviso de homologação do PE nº 84/2022, publicado no DOU do dia 06/10/2022, Seção 03, nº 191, pág. 152, onde se lê: "adjudicado às empresas:...b) LIVRARIA E PAPELARIA PRATICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 19.197.721/0001-61, vencedora do Item 2, em razão do melhor lance ofertado no valor total de R\$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais)", leia-se: "adjudicado às empresas:... b) LIVRARIA E PAPELARIA PRATICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 19.197.721/0001-61, vencedora do Item 2, em razão do melhor lance ofertado no valor total de R\$ 12.180,00 (doze mil, cento e oitenta reais).

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2022 - UASG 70011

Nº Processo: 0009079-30.2022. Objeto: Registro de Preço para aquisição de computadores para substituir equipamentos fora de garantia e/ou obsoletos, conforme especificações descritas no Anexo I do edital.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 17/10/2022 das 08h00 às 17h00. Endereço: Avenida Aristeu de Andrade, Nº 377, Farol - Maceió/AL ou <https://www.gov.br/compras/edital/70011-5-00089-2022>. Entrega das Propostas: a partir de 17/10/2022 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 03/11/2022 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

INGRID PEREIRA DE LIMA ARAUJO

Chefe da Seção de Licitações e Contratos

(SIASGnet - 14/10/2022) 70011-00001-2021NE000032

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão eletrônico nº 30/2022. Assinatura: 14/10/2022. P.A. nº 0003109-22.2022.6.03.8000 Vigência: 12 (doze) meses, a contar desta publicação. Ata de Registro de Preços nº 37/2022.

| | | | | | | | |
|--|-------|---|--------------------------------|--|-----|---------------------------------------|--------------|
| EMPRESA REGISTRADA: SOLUCOES NORTE ENGENHARIA, CONSTRUCOES E COMERCIO EIRELI | | | | | | | |
| CNPJ: 29.216.954/0001-18 | | | | E-MAIL: solucoesnorte@solucoesnorte.com.br / flavio.alves@solucoesnorte.com.br | | | |
| ENDEREÇO: RUA MIGUEL CALMON, 3905 - CASTANHEIRA - PORTO VELHO - RO - CEP: 76.811-313 | | | | | | TEL: (69) 3301-5863 / (69) 99918-2127 | |
| Ordem | ITEM | DESCRIÇÃO | MARCA | UNIDADE | QTD | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 01 | 14 G2 | Disjuntor tripolar, DIN, curva C, 80A. | SOPRANO / SOPRANO / SOPRANO | | 10 | R\$ 94,79 | R\$ 947,90 |
| 02 | 15 G2 | Lâmpada led bulbo 15 W, bivolt, luz branca 6500k, base E27 | EMPALUX / EMPALUX / EMPALUX | | 200 | R\$ 11,06 | R\$ 2.212,00 |
| 03 | 16 G2 | Lâmpada led bulbo 30W, bivolt, luz branca 6500k, base E27 | EMPALUX / EMPALUX / EMPALUX | | 20 | R\$ 38,74 | R\$ 774,80 |
| 04 | 17 G2 | Lâmpada led bulbo 40 W, bivolt, luz branca 6500k, base E27 | EMPALUX / EMPALUX / EMPALUX | | 100 | R\$ 39,54 | R\$ 3.954,00 |
| 05 | 18 G2 | Painel led quadrado de sobrepor 24 W, 30 x 30 cm, bivolt, luz branca 6500k | ILUMINIM / ILUMINIM / ILUMINIM | | 110 | R\$ 52,21 | R\$ 5.743,10 |
| 06 | 19 G2 | Painel led quadrado de embutir 24W, 30 x 30 cm, bivolt, luz branca 6500k | ILUMINIM / ILUMINIM / ILUMINIM | | 100 | R\$ 53,95 | R\$ 5.395,00 |
| 07 | 20 G2 | Painel led quadrado de embutir 30W, 40 x 40 cm, bivolt, luz branca 6500k | ILUMINIM / ILUMINIM / ILUMINIM | | 50 | R\$ 139,65 | R\$ 6.982,50 |
| 08 | 21 G2 | Caixa para medidor de energia trifásico em acrílico, dimensões 500x378x366 mm | TAF / TAF / TAF | | 10 | R\$ 311,82 | R\$ 3.118,20 |
| 09 | 22 G2 | Refletor led 100 W, bivolt, luz branca 6500k | ILUMINIM / ILUMINIM / ILUMINIM | | 50 | R\$ 113,03 | R\$ 5.651,50 |
| 10 | 23 G2 | Refletor led 200 W, bivolt, luz branca 6500k | ILUMINIM / ILUMINIM / ILUMINIM | | 15 | R\$ 243,10 | R\$ 3.646,50 |

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 96/2022, assinada entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa CPM CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL E VENDAS LTDA, para eventual aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.666/93 e n.º 10.520/2002; Decretos n.º 10.024/2019 e 7.892/2013; Resolução Administrativa TRE-BA nº 10/2007, PROCESSO: SEI N° 0003932-39.2022.6.05.8000. VIGÊNCIA: 12 meses, contados da data da sua assinatura. ASSINATURA: 14/10/2022. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira, pelo TRE-BA, e a Sra. Marinita Faria Lima Cavalcanti.

| Item | Especificação | Qtd. Total Estimada | Preço Unitário (R\$) |
|------|---|---------------------|----------------------|
| 37 | VENTILADOR DE COLUMNA Marca / Modelo: Ventisol / VOC60CM | 150 | 287,90 |

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 95/2022, assinada entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e a Empresa MAVYG COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, para eventual aquisição de eletrodomésticos e eletroeletrônicos. FUNDAMENTO LEGAL: Leis nº 8.666/93 e n.º 10.520/2002; Decretos n.º 10.024/2019 e 7.892/2013; Resolução Administrativa TRE-BA nº 10/2007, PROCESSO: SEI N° 0003932-39.2022.6.05.8000. VIGÊNCIA: 12 meses, contados da data da sua assinatura. ASSINATURA: 14/10/2022. SIGNATÁRIOS: Raimundo de Campos Vieira, pelo TRE-BA, e a Sra. Marinalva Lima Fernandes Aragão.

| Item | Especificação | Qtd. Total Estimada | Preço Unitário (R\$) |
|------|--|---------------------|----------------------|
| 6 | SUPORTE PARA TV LED TIPO PEDESTAL DE PISO Marca / Modelo: Brasformas / SBARRO.4 | 10 | 897,00 |
| 25 | LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL Marca / Modelo: J Colombo / 1204 | 4 | 469,94 |
| 26 | LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL Marca / Modelo: J Colombo / 1204 | 4 | 500,00 |

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, torna pública a retificação do extrato de Ata de Registro de Preços Nº 88/2021, publicado no Diário Oficial da União, edição de 18 de novembro de 2021, seção 3, página 177, referente à empresa ITALBRÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS DE AÇO LTDA, para eventual aquisição de Mobiliário Geral, Processo SEI nº 0011968-07.2021.6.05.8000. Na tabela abaixo, acrescente-se o item 20.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SGA/COGELIC/SECONT

Adotadas as devidas providências referentes à assinatura do Contrato n.º 089/2022, documento n.º 2140545, feitos os devidos registros, bem como publicado o extrato no DOU, documento 2142498, encaminhamos os autos à SECONTA, para apropriação.

Concomitantemente, envio o processo SEI à COSUP, para formal ciência do/a Coordenador/a titular (ou do/a substituto/a, no caso de ausência do titular), que exercerá a função de gestor do contrato, devendo ser dado ciência aos fiscais do ajuste (nomeados em documento 2139560), bem como para acompanhamento da execução.

A SECONT orienta a fiscalização do contrato a:

a) registrar no processo SEI a ciência da nomeação;

b) tomar conhecimento das instruções necessárias ao exercício de suas atribuições, consultando, quando necessário:

- a [Portaria de Gestão e Fiscalização de Contratos](#);

- o [Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos](#);

- a [Portaria de Apuração de Responsabilidade Contratual](#);

- as [Orientações aos Fiscais de Contrato 2021](#) e [Orientações aos Fiscais de Contrato 2022](#), emitidas por esta Unidade.

c) anexar ao processo eventuais documentos externos pertinentes à execução contratual e adotar as providências cabíveis para o seu regular trâmite, bem como anexar, quando necessária alguma providência por parte da Administração, os documentos que demonstrem as providências adotadas pela fiscalização (solicitações, notificações, diligências, respostas etc.), os quais deverão integrar a pasta específica para registro de ocorrências;

d) anexar ao processo SEI as notas fiscais e/ou documentos de cobrança, devidamente conferidos e com o respectivo “atesto”, e encaminhá-los à SOF para pagamento, devendo-se adotar o [modelo de check-list](#) aprovado no âmbito deste Regional, atentando-se para as recomendações nele constante.

Ao término da vigência contratual, o processo SEI e os registros de ocorrências deverão ser arquivados no próprio setor demandante da contratação.



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Patric de Sousa Santos, Chefe de Seção**, em 17/10/2022, às 13:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2142500** e o código CRC **9BB12E0B**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2142500v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/SGPRE/STI/COSUP

Ciente da assinatura do Contrato 089/2022.

Às SEMIN e SESAU para ciência e acompanhamento da execução pelos fiscais demandantes e técnicos nomeados no documento 2139560.



Documento assinado eletronicamente por **André Anton Hadad, Coordenador**, em 17/10/2022, às 14:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2142750** e o código CRC **CACE5198**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2142750v2

___ SIAFI2022-DOCUMENTO-CONSULTA-CONNS (NOTA LANCAMENTO DE SISTEMA)_____
17/10/22 16:35 NS USUARIO : JULIA OLIVEIRA
DATA EMISSAO : 17Out22 VALORIZACAO : 17Out22 NUMERO : 2022NS015382
UG/GESTAO EMITENTE: 070013 / 00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
FAVORECIDO : 23518065/0001-29 - XP ON CONSULTORIA LTDA
TITULO DE CREDITO : 2022RC000303 DATA VENCIMENTO : 17Out22

OBSERVACAO

APROPRIAÇÃO DO CT 89/2022 COM VIGÊNCIA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA 14/10/2022
. O OBJETO DO CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE WEBCONFRÊNCIA. CONFORME SEI
0015909-28.2022.6.05.8000.

CONTINUA...

LANCADO POR : 08128232576 - JULIA OLIVEIRA UG : 070013 17Out22 16:34
PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

___ SIAFI2022-DOCUMENTO-CONSULTA-CONNS (NOTA LANCAMENTO DE SISTEMA)_____
17/10/22 16:35 NS USUARIO : JULIA OLIVEIRA
DATA EMISSAO : 17Out22 VALORIZACAO : 17Out22 NUMERO : 2022NS015382
UG/GESTAO EMITENTE: 070013 / 00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
FAVORECIDO : 23518065/0001-29 - XP ON CONSULTORIA LTDA
TITULO DE CREDITO : 2022RC000303 DATA VENCIMENTO : 17Out22

| L | EVENTO | INSCRICAO | CLAS.CONT | CLAS.ORB | V A L O R |
|----|--------|-----------|-----------|----------|-----------|
| 01 | 541404 | ICSER8922 | 812310201 | | 29.310,00 |

LANCADO POR : 08128232576 - JULIA OLIVEIRA UG : 070013 17Out22 16:34
PF1-AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF5=EVENTO/CONTA PF12=RETORNA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

INFORMAÇÃO - PRE/DG/SOF/COFIC/SECONTA

Em atendimento à solicitação da SECONT, efetuamos o registro do contrato no sistema SIAFI, conforme documento retro anexado (2143534).

Considerando a necessidade de se individualizar a execução de contratos por meio do SIAFI, visando sua fácil e imediata visualização através da utilização da Inscrição Genérica, como também a existência de mais de um contrato de um mesmo fornecedor, registramos o referido contrato com a seguinte inscrição genérica:

ICSER8922

Esse código deve ser utilizado no campo "Favorecido do Contrato" na aba Principal com Orçamento. Na aba "Dados Básicos" deve ser informado o CPF/CNPJ do contratado.

Júlia Oliveira

Seção de Contabilidade Analítica

De Acordo.

À SEAFIN, para ciência da informação retro.

Flávia Primo

Chefe da Seção de Contabilidade Analítica



Documento assinado eletronicamente por **Júlia Carmo Oliveira dos Santos, Estagiário**, em 17/10/2022, às 16:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Maria Almeida Primo, Analista Judiciário**, em 17/10/2022, às 16:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2143535** e o código CRC **A4E2203B**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

DESPACHO - PRE/DG/SOF/COFIC/SEAFIN

Efetuadas as anotações.

Elizete Queiroz Brito

SEAFIN



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Queiroz Brito de Melo, Chefe de Seção**, em 17/10/2022, às 18:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2143783** e o código CRC **264C5821**.

0015909-28.2022.6.05.8000

2143783v2